



FMI: economia brasileira continuará crescendo em níveis inferiores à média global
Pág. 33

Economia brasileira teve um dos piores desempenhos do mundo durante os últimos 15 anos
Pág. 36

Juros sobre a dívida pública brasileira batem recorde em 2025, ultrapassam R\$ 1 trilhão – e alcançam 7,91% do PIB

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
FEVEREIRO DE 2026
33 ANOS - EDIÇÃO 354

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
newsletter@mercadocomum.com

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda. CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: newsletter@mercadocomum.com
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

A Economia com Todas as Letras e Números

17

Mundo Empresarial



33

Debate Econômico

48

Especial

93

Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

67

Destaques

102

Lançamentos

Exportações brasileiras aos EUA têm a maior queda desde a pandemia



As exportações brasileiras para os Estados Unidos registraram, em 2025, a maior queda dos últimos cinco anos, interrompendo o dinamismo do comércio bilateral observado desde a recuperação pós-pandemia. De acordo com a edição anual do Monitor do Comércio Brasil-EUA, elaborado pela Amcham Brasil com base em estatísticas oficiais do governo brasileiro, as vendas ao mercado americano totalizaram US\$ 37,7 bilhões, uma retração de 6,6% em relação a 2024.

“A queda das exportações brasileiras aos Estados Unidos em 2025 interrompe uma trajetória saudável no comércio bilateral observada nos últimos anos. Para restabelecer esse dinamismo e retomar o crescimento das exportações brasileiras — especialmente de bens industriais — será fundamental avançar nas negociações para a redução ou eliminação das sobretaxas atualmente em vigor”, afirma Abrão Neto, presidente da Amcham Brasil.

O resultado contrasta com o desempenho positivo das exportações brasileiras para outros parceiros relevantes, como China, União Europeia e Mercosul, e levou à redução da participação dos Estados Unidos na pauta exportadora brasileira, que passou de 12,0% para 10,8%. Trata-se da participação mais baixa desde 2020.

TARIFAS E PETRÓLEO EXPLICAM A RETRAÇÃO

A Amcham aponta dois fatores principais para a queda das exportações em 2025.

O primeiro é o impacto das sobretaxas aplicadas a produtos brasileiros. As

exportações de bens sujeitos a tarifas de 40% ou 50% recuaram 9,5% (–US\$ 1,5 bilhão) no ano. Já os produtos afetados pelas medidas da Seção 232, como o setor siderúrgico, registraram queda de 4,1% (–US\$ 353 milhões).

Os efeitos das sobretaxas tornam-se ainda mais evidentes quando se observa o período a partir de agosto de 2025, quando as medidas mais elevadas entram em vigor. Entre agosto e dezembro, as exportações de produtos atualmente sujeitos a sobretaxas caíram de US\$ 11,2 bilhões em 2024 para US\$ 8,8 bilhões em 2025, uma redução de 21,6%.

O segundo fator foi a queda nas vendas de petróleo bruto e combustíveis, que somaram retração de US\$ 1,2 bilhão, influenciada pela maior produção interna nos Estados Unidos e, portanto, sem relação com tarifas.

Além de petróleo e combustíveis, destacaram-se quedas relevantes nas exportações de celulose (–US\$ 352,8 milhões), semimanufaturados de ferro e aço (–US\$ 179,8 milhões), madeira (–US\$ 127,8 milhões), motores de pistão (–US\$ 93,8 milhões), minério de ferro (–US\$ 89,1 milhões) e equipamentos de engenharia civil (–US\$ 85,6 milhões).

INDÚSTRIA REGISTRA PRIMEIRA QUEDA DESDE 2020

A indústria de transformação, responsável por mais de 80% das exportações brasileiras aos Estados Unidos e que vinha registrando sucessivos recordes de vendas, apresentou em 2025 sua pri-

meira retração desde 2020. O recuo foi de 4,2%, totalizando US\$ 30,2 bilhões. Apesar da queda, os EUA permaneceram como o principal destino das exportações industriais brasileiras, respondendo por 16% do total, à frente da União Europeia (US\$ 23,6 bilhões) e do Mercosul (US\$ 23,5 bilhões).

IMPORTAÇÕES EM ALTA E DÉFICIT COMERCIAL SE APROFUNDA

Em sentido oposto às exportações, as importações brasileiras de produtos americanos cresceram pelo terceiro ano consecutivo, com alta de 11,3% em relação a 2024, alcançando US\$ 45,2 bilhões — o segundo maior valor da série histórica. O avanço foi puxado por produtos como motores e máquinas não elétricas, óleos combustíveis, aeronaves e medicamentos.

A combinação entre o aumento das importações e a queda das exportações resultou em um déficit comercial de US\$ 7,5 bilhões para o Brasil em 2025. Trata-se de um salto expressivo frente a 2024, quando o saldo negativo foi de apenas US\$ 300 milhões, uma variação superior a 2.500%. O déficit com os Estados Unidos foi o terceiro maior do Brasil em 2025, atrás apenas de Rússia e Alemanha.

2026: JANELA ESTRATÉGICA PARA DESTRAVAR O COMÉRCIO BILATERAL

Na avaliação da Amcham Brasil, o início de 2026 representa uma janela estratégica para o avanço das negociações bilaterais, com foco na redução de barreiras que hoje limitam o comércio entre os dois países.

Atualmente, produtos sujeitos a sobretaxas de 40% ou 50% representam cerca de um terço das exportações brasileiras para os Estados Unidos, evidenciando seu peso na pauta exportadora. Um eventual avanço nas negociações para a redução ou eliminação dessas tarifas será decisivo para impulsionar a retomada do crescimento das exportações brasileiras, especialmente de bens industriais.

Ouro e prata entre os melhores investimentos de 2025



De acordo com Mônica Araújo, Economista Chefe da InvestSmart XP - no ranking dos melhores investimentos de 2025, o ouro e a prata, metais preciosos, se destacaram e alcançaram as primeiras posições. O ouro encerrou o ano com alta de 66% e a prata alcançou uma surpreendente marca, com uma alta de 148%. A motivação para essa forte alta está relacionada com uma série de fatores que, combinados, impulsionaram as cotações desses metais ao longo de 2025. No caso do ouro, os principais motivadores foram: a queda na taxa de juros promovida pelos principais BCs, o aumento das tensões geopolíticas e geoeconômicas no mundo, queda na confiança dos emissores de dívida soberana diante do aumento no nível de endividamento, desvalorização cambial e a própria diversificação de investimentos, sendo esta última promovida principalmente pelos Bancos Centrais que aumentaram suas reservas em ouro.

Considerando que o mercado global do ouro é relativamente pequeno, com produção média anual entre 3 mil a 3,3 mil tons, quando há um aumento forte da demanda a oferta não consegue acompanhar, gerando desequilíbrio no mercado e consequente alta no preço da commodity. Lembrando que o investimento em ouro tem características de proteção patrimonial com elevada liquidez.

No caso da prata a alta foi ainda mais relevante em 2025 e teve algumas motivações adicionais às relatadas para o ouro. A principal delas é o seu uso industrial. Como um excelente condutor elétrico e térmico, a prata é insubstituível em várias aplicações, tais como placas de circuito impresso, veículos elétricos, baterias, entre muitos outros. O mercado da prata também tem características técnicas que a deixam mais volátil, em especial por ser um mercado menos

líquido e com estoques restritos. Além dessas características, em 2025 alguns eventos potencializaram a alta. Entraves regulatórios em países produtores, especulações sobre a imposição de tarifas de importação pelos EUA, fluxo de entrada em ETFs de metais preciosos e preocupação sobre restrição à exportação de prata pela China trouxeram preocupação aos investidores.

Após uma alta tão forte é natural que tenhamos alguma realização no preço desses metais preciosos no curto prazo, daí o cuidado que se deve ter ao incluir esses ativos no portfólio. Porém é importante acompanhar se os motivadores fundamentais que suportaram a forte alta em 2025 irão se manter nos próximos anos. Se considerarmos apenas a questão geopolítica, o ano de 2026 começou com aumento de risco global com a operação realizada pelos EUA na Venezuela.

O potencial de lítio e ouro em MG

Foram publicados três novos mapas sobre Vale do Jequitinhonha e Quadrilátero Ferrífero

O Serviço Geológico do Brasil (SGB) publicou três novos mapas sobre reservas em Minas Gerais, sendo um de favorabilidade de lítio, outro para ouro e um de recursos minerais de lítio. Os três estão disponíveis gratuitamente no Repositório Institucional de Geociências (RiGeo) da autarquia, que é vinculada ao Ministério das Minas e Energia (MME).

Os mapas de favorabilidade reúnem dados dos principais controles geológicos das mineralizações, integrados a outros dados de prospec-

ção regional, resultando na indicação das áreas mais potenciais para lítio e para ouro, no Vale do Jequitinhonha e no Quadrilátero Ferrífero, respectivamente.

Já o mapa de recursos minerais engloba as principais mineralizações de lítio da região leste do Estado.

A chefe do Departamento de Recursos Minerais do SGB, Maisa Abram, observa que o Vale do Jequitinhonha é hoje a principal região produtora de lítio no Brasil, pos-

suindo depósitos de classe mundial. Por isso, o objetivo do órgão é que o novo mapa sirva para alavancar novos investimentos. Maisa destaca ainda "a importância da mineração que, de maneira sustentável, contribui para o desenvolvimento econômico e social da região".

As publicações são resultado de projetos executados pelo Departamento de Recursos Minerais (DEREM), da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM) e podem ser conferidos aqui.

IPCA fecha 2025 abaixo do teto, mas serviços mantêm pressão sobre juros

De acordo com o economista do Banco Daycoval Julio Barros, "O IBGE divulgou o IPCA referente ao mês de dezembro e a alta verificada de 0,33% veio levemente abaixo das expectativas de 0,35% e a surpresa levemente benigna veio do grupo de alimentos, que teve uma alta menor do que aquilo que se esperava para esse número. O IPCA de 2025, como um todo, terminou o ano abaixo do teto da meta, em 4,26%, o teto é 4,5%, demonstrando ser um resultado benigno para o BC, mas ainda é um número bem distante da meta de 3%.

Neste ano de 2025, a alimentação e os bens industriais foram os principais vetores da desinflação que ocorreu, surpreendendo inclusive o que esperava para esses números desde o início do ano e parte desse resultado evidentemente relacionado ao comportamento mais benigno das commodities e do câmbio ao longo do ano de 2025. Quando se olha para o grupo de serviços, por outro lado, no mês de dezembro terminou com uma alta expressiva. Normalmente isso acontece no final do ano por conta de questões sazonais, como por exemplo o próprio aumento das passagens aéreas com férias de final de ano, mas no todo a inflação de serviços terminou um ano bem mais pressionada do que aconteceu no ano passado e quando se abre o grupo de serviços, a parte mais perene desse grupo, o núcleo de inflação e a parte intensiva, em trabalho em especial, seguem sendo um desafio importante para o Banco Central.

Nesse sentido, o resultado não altera a expectativa para o início de corte de juros apenas em março pelo Banco Central. Esse desafio na composição da inflação, com a parte mais perene, mais elevada do que a parte



dos voláteis, coloca um viés, evidentemente, de postergação no cenário base de corte de juros em março, justamente por conta desse desafio. Somado, evidentemente, ao cenário de expectativas desancorados, desafios que se tem normalmente para

o ano de 2026. Atualmente, a nossa projeção para 2026 é 4,1%. Este número coloca um viés de leve e baixa para projeção de janeiro. Atualmente, nossa projeção é 0,41, em função, justamente, dessa alta um pouco menor para o grupo de alimentos."

Genial Investimentos lança guia de investimentos para 2026 e indica estratégias contra volatilidade fiscal e eleitoral

A Genial Investimentos, um dos maiores conglomerados financeiros do Brasil, lança o "Melhores Investimentos 2026", guia que resume a estratégia da instituição para o ano. Com ambiente de indefinições político-econômicas, no Brasil e no exterior, o material traz uma perspectiva de cautela e diversificação de ativos, focando em oferecer uma solução eficaz para navegar o cenário de incertezas.

As opções destacam alocações em ações domésticas e internacionais, renda fixa, com foco em títulos pós-fixados e indexados à inflação, e ativos alternativos, que incluem fundos imobiliários (FIIs), commodities metálicas e criptoativos. A recomendação equilibra oportunidades de valorização com proteção contra os principais riscos do ano, preparando o investidor para atravessar o ambiente de incertezas que deve caracterizar o ano 2026.

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO: CONSERVADORISMO ATIVO

Diferente de anos de otimismo linear, a estratégia da Genial para 2026 adota uma postura ligeiramente conservadora, porém estritamente ativa. A blindagem do patrimônio será viabilizada por uma diversificação tripla: por classes de ativos, por geografias e por fatores de risco.

- *Ações Domésticas: Foco em ativos defensivos, com menor dependência do cenário político e que se beneficiem da queda de juros.*
- *Ações internacionais: A estratégia de alocação em ações internacionais visa reduzir a exposição ao risco local e*



garantir acesso a setores sub-representados no Brasil, como tecnologia e saúde.

- *Renda Fixa: Permanece como o pilar de consistência, com destaque para títulos pós-fixados (liquidez) e IPCA+ longos, que capturam o fechamento da curva de juros em caso de melhora no prêmio de risco.*
- *Alternativos: O guia recomenda exposição a metais preciosos e FIIs de tijolo, visando capturar valor com a queda da Selic.*

CENÁRIO MACRO: O IMPACTO DO CICLO DE JUROS E O PAPEL DO DÓLAR

Em 2026, o período começa sob forte incerteza econômica e política, tanto no Brasil quanto no exterior. Por aqui, o desequilíbrio das contas públicas e o aumento da dívida do governo mantêm o mercado em alerta, situação que deve ser agravada pela instabilidade típica de um ano de eleição presidencial, que mexe com o valor do dólar e das ações. No cenário internacional, os riscos vêm das novas políticas econômicas de Donald Trump nos Estados Unidos, da possível mudança na liderança do Banco Central americano (Fed) para alguém menos rigoroso com a inflação, além das guerras globais e da perda de fôlego

da economia da China, que é a principal parceira comercial do Brasil.

No mercado de câmbio, o relatório aponta que o dólar global (DXY) deve seguir pressionado. Essa trajetória de depreciação da moeda americana funciona como um catalisador para o apetite por risco em mercados emergentes e favorece a valorização de metais preciosos, que atuam como reserva de valor. Para a Genial, o comportamento do câmbio será o principal "amortecedor" contra os riscos fiscais domésticos, garantindo sustentação aos ativos locais mesmo em períodos de ruído institucional.

O e-book completo, com as análises detalhadas e recomendações do time da Genial, está disponível gratuitamente neste link.

A Genial Investimentos é um dos principais conglomerados financeiros do Brasil, com mais de 2 milhões de clientes e R\$ 280 bilhões em ativos sob custódia. Com uma trajetória de mais de 20 anos e escritórios distribuídos pelo mundo, a empresa oferece um ecossistema completo de soluções que abrange conta digital, plataforma de investimentos, corretora, gestão de recursos e fund services, wealth management, investment banking, corporate banking e Genial Energy.

Bolsa atraiu 206 mil novos investidores em renda variável em 2025; veja estados com maior representatividade

Piauí foi o estado que mais cresceu base de investidores, mostra levantamento da B3

A B3, a bolsa do Brasil, registrou 205.949 novos investidores em produtos de renda variável em 2025. Isso representa um crescimento de 4% entre os meses de dezembro de 2024 e de 2025.

Atualmente, a B3 conta com quase 5,5 milhões de investidores em renda variável e um valor de custódia de R\$ 635 bilhões neste tipo de ativo, um aumento de 20% em relação aos quase R\$ 528 bilhões do final de 2024. Deste total de CPFs, 1,9 milhão de investidores são do estado de São Paulo, a maior presença na bolsa. Em seguida, estão os estados de Minas Gerais (554 mil) e Rio de Janeiro (550 mil).

Apesar da ampla representação da região Sudeste entre os investidores em renda variável, o estado que apresentou maior crescimento percentual no último ano foi Piauí, com um aumento de 7,73% no número de pessoas investidoras. Além dele, os estados de Amazonas, Pará, Paraíba, Ceará, Maranhão, Amapá, Pernambuco, Alagoas, Roraima, Rio Grande do Norte, Acre, Rondônia, Bahia e Sergipe também tiveram altas acima de 5%.

“Os dados mostram que o mercado de capitais avança para além dos grandes centros e chega cada vez mais aos demais polos do país, explicitando o potencial enorme destas regiões. O crescimento no número de investidores em todos os estados reforça o compromisso da B3 com a democratização do acesso ao mercado de capitais, ampliando oportunidades de investimento, educação financeira e participação de toda a população brasileira no desenvolvimento eco-

Confira a seguir o total de investidores em cada estado no comparativo entre 2024 e 2025:

Estado	Investidores em 2024	Investidores em 2025	Aumento Percentual
Piauí	32.037	34.514	7,73%
Amazonas	47.720	51.202	7,30%
Pará	84.221	90.134	7,02%
Paraíba	52.987	56.688	6,98%
Ceará	126.126	134.751	6,84%
Maranhão	56.773	60.598	6,74%
Amapá	8.492	9.037	6,42%
Pernambuco	134.819	143.433	6,39%
Alagoas	35.791	38.073	6,38%
Roraima	8.548	9.086	6,29%
Rio Grande do Norte	51.547	54.736	6,19%
Acre	8.764	9.302	6,14%
Rondônia	30.850	32.699	5,99%
Bahia	194.793	205.215	5,35%
Sergipe	31.764	33.444	5,29%
Espírito Santo	109.090	114.355	4,83%
Tocantins	20.728	21.661	4,50%
Minas Gerais	530.178	553.764	4,45%
Rio de Janeiro	527.072	549.603	4,27%
Mato Grosso	70.417	73.348	4,16%
Mato Grosso Do Sul	58.417	60.515	3,59%
Distrito Federal	143.141	148.005	3,40%
Goiás	146.137	151.071	3,38%
São Paulo	1.861.351	1.919.926	3,15%
Paraná	338.527	348.530	2,95%
Santa Catarina	255.909	262.966	2,76%
Rio Grande Do Sul	292.979	298.471	1,87%
TOTAL	5.259.178	5.465.127	3,92%

nômico do Brasil”, afirma Felipe Piva, diretor de Relacionamento com Clientes e Pessoa Física da B3.

A B3 S.A. (B3SA3) é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo e uma das maiores em valor de mercado, entre as líderes globais do setor de bolsas. Conecta, desenvolve e viabiliza o mercado financeiro e de capitais e, junto com os clientes e a sociedade,

potencializa o crescimento do Brasil.

Atua nos ambientes de bolsa e de balcão, além de oferecer produtos e serviços para a cadeia de financiamento. Com sede em São Paulo e escritórios em Chicago, Londres, Singapura e Xangai, desempenha funções importantes no mercado pela promoção de melhores práticas em governança corporativa, gestão de riscos e sustentabilidade.

Cadastro nacional de imóveis entra em vigor em 2026 e integra dados de cartórios e da Receita Federal

Sistema cria número único para cada imóvel no país e inicia cruzamento de dados que pode impactar IPTU, ITBI e ITR



O chamado “CPF dos imóveis” deixou de ser apenas um projeto e já entrou em vigor em 2026. Trata-se do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), instituído pela Instrução Normativa nº 2.275/2025, que estabelece um número único nacional para cada imóvel urbano ou rural no país. A medida inaugura um novo modelo de integração cadastral e começa a produzir efeitos práticos sobre a tributação imobiliária, a regularização de propriedades e a fiscalização patrimonial.

Na prática, o CIB passa a unificar informações que antes estavam dispersas entre prefeituras, cartórios de registro de imóveis, Receita Federal, INCRA e outras bases públicas. Um mesmo imóvel, que historicamente podia apresentar dados diferentes em cada órgão, passa a ser identi-

cado por um código único nacional, compartilhado entre os sistemas.

“O CIB marca o início da transição do cadastro fragmentado para um modelo de inteligência fiscal integrada”, explica a Dra. Siglia Azevedo, especialista em Direito Imobiliário. “Em 2026, o sistema já começa a operar e a reorganizar a forma como o poder público enxerga o patrimônio imobiliário.”

IMPLANTAÇÃO JÁ EM ANDAMENTO

Em 2026, o Cadastro Imobiliário Brasileiro está sendo implementado de forma gradual e escalonada, com integração prioritária entre a Receita Federal, os cartórios e grandes municípios. O número CIB é gerado automaticamente, sem cobrança direta

ao proprietário, e tende a constar em escrituras, registros e contratos formalizados.

Embora a integração total ainda avance ao longo de 2026 e 2027, o cruzamento de dados já começou, especialmente em novas transações imobiliárias e registros atualizados.

MUDANÇA PRÁTICA NA LÓGICA DO MERCADO

Com a integração das bases, movimentações como compra e venda, financiamentos, averbações de construção, regularização de imóveis, alterações de área e atualização de cadastros passam a alimentar a base nacional de forma automática.

Esse processo reduz discrepâncias históricas e aproxima o valor

cadastral do valor real de mercado, limitando práticas de subavaliação e inconsistências documentais.

“Matrículas desatualizadas, áreas não averbadas e valores artificiais tendem a ser identificados com mais facilidade. O sistema torna visível o que antes dependia de fiscalização manual”, afirma a Dra. Siglia Azevedo.

IMPACTO NOS IMPOSTOS COMEÇA EM 2026

O CIB não cria novos tributos nem altera alíquotas, mas muda a base de dados utilizada pelo Fisco, o que pode gerar revisões tributárias já a partir deste ano:

- *IPTU: municípios com cadastros defasados devem revisar valores gradualmente;*
- *ITBI: subavaliações em transações imobiliárias tornam-se mais fáceis de identificar;*
- *ITR: divergências de metragem, uso do solo e classificação rural passam a ser cruzadas automaticamente.*

“O imposto passa a refletir com mais fidelidade a realidade do imóvel. Para quem sempre esteve regular, isso traz segurança jurídica. Para quem utilizava distorções cadastrais como estratégia, o impacto pode ser financeiro”, avalia a especialista.

LOCAÇÕES ENTRAM NO RADAR

Outro efeito relevante do CIB é a integração da destinação do imóvel e dos contratos de locação formalizados, especialmente aqueles registrados em cartório. O cruzamento entre contratos, declarações fiscais e rendimentos recebidos tende a reduzir a informalidade no setor.

“A fiscalização da locação sempre foi limitada. Com a integração de dados, o controle passa a ser estrutural”, explica a Dra. Siglia Azevedo.



ADVOCACIA PREVENTIVA GANHA PROTAGONISMO

Com o avanço do sistema, cresce a importância da regularização prévia dos imóveis. Revisão de matrículas, averbações pendentes, correções de metragem e atualização de cadastros tornam-se medidas preventivas essenciais.

“Regularizar agora é muito mais barato do que corrigir depois que o sistema apontar divergências”, alerta a especialista.

O QUE AINDA DEPENDE DE REGULAMENTAÇÃO

Apesar do início da vigência, o governo ainda deve divulgar orien-

tações operacionais mais detalhadas sobre o fluxo para proprietários, a integração total dos cartórios e as exigências em transações imobiliárias.

A Instrução Normativa nº 2.275/2025 não prevê cobrança para a emissão do número CIB. No entanto, especialistas alertam para custos indiretos relacionados à regularização documental.

“Não há taxa para obter o CIB, mas imóveis com pendências podem exigir gastos com averbações, correções de metragem e atualização de registros. Antecipar ajustes agora evita problemas quando o sistema estiver plenamente consolidado”, conclui a Dra. Siglia Azevedo.

Redução da jornada de trabalho no Brasil: o que realmente está em discussão?

Amanda Alves

Coordenadora de RH na PKF BSP.



O debate sobre a redução da jornada de trabalho e a revisão de modelos tradicionais de escala, como a 6x1, voltou a ganhar força no Brasil. Embora muitas vezes seja tratado como novidade, trata-se de uma pauta histórica, já tendo sido defendida por diversas categorias profissionais. O que se observa, agora, é a convergência entre esse histórico já testado nas relações de trabalho e as transformações tecnológicas, que indicam que jornadas menores não apenas são possíveis, como também podem

gerar ganhos de eficiência quando acompanhadas de melhores processos e gestão.

Há décadas, sindicatos de diversas categorias defendem a diminuição da carga horária semanal como instrumento de promoção da saúde, da produtividade e do equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Ao longo dos anos, a redução da jornada para 40 horas semanais já foi incorporada por diferentes categorias profissionais por meio de negociações

coletivas, demonstrando, na prática, que a diminuição da carga horária é operacionalmente viável.

Além disso, a discussão brasileira dialoga com um contexto internacional mais amplo. Nosso país integra a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, historicamente, acompanha e orienta debates sobre limites de jornada e tempo de descanso, sendo que a referência de 40 horas semanais já é adotada ou considerada em diversos países.

Atualmente, o Congresso Nacional discute diferentes propostas legislativas voltadas à revisão da jornada de trabalho no país. Entre elas, há iniciativas que propõem a redução da carga semanal máxima de 44 para 40 horas, outras que ampliam o descanso semanal remunerado para dois dias, aproximando o regime do modelo 5x2, além de propostas mais abrangentes que tratam da adoção de jornadas de até 36 horas semanais, com reorganização dos dias trabalhados.

Essas matérias tramitam tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, e se apresentam sob duas naturezas jurídicas distintas: Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e Projetos de Lei (PLs). Enquanto as PECs promovem alterações diretas no texto constitucional e exigem quórum qualificado, com dois turnos de votação em cada Casa Legislativa, os PLs atuam no âmbito da legislação infraconstitucional, especialmente da CLT, seguindo o rito legislativo ordinário.

Apesar das diferenças de alcance e de tramitação, todas as iniciativas convergem para um mesmo propósito: a adequação do tempo de trabalho às transformações das dinâmicas produtivas contemporâneas, buscando consolidar, em regra geral, práticas que hoje já são adotadas de forma negociada em diversos setores.

Para empresários e profissionais de Recursos Humanos, o avanço desse debate exige atenção estratégica e planejamento antecipado. Eventuais mudanças legais impactam diretamente a organização das escalas, os modelos de banco de horas, os acordos coletivos vigentes, o dimensionamento de equipes e a forma como produtividade e desempenho são medidos. Mais do que uma simples adaptação jurídica, trata-se de uma revisão estrutural da forma de trabalhar.

A experiência acumulada de setores



que já operam com jornadas de 40 horas semanais por acordo coletivo indica que o sucesso da transição está menos na redução formal das horas e mais na organização dos processos, na clareza das regras e na eficiência operacional.

Outro ponto relevante está na gestão de pessoas e na comunicação interna. Alterações na jornada influenciam expectativas dos colaboradores, o clima organizacional e as relações sindicais. Nesse contexto, previsibilidade, transparência na aplicação das regras e alinhamento interno tornam-se fatores essenciais para evitar insegurança e interpretações equivocadas, contribuindo para a redução de riscos trabalhistas e para a preservação da estabilidade das relações de trabalho em períodos de mudança.

Sob a ótica dos empregados, a redução da jornada para 40 horas semanais representa um avanço significativo. Caso aprovada em lei, a medida ampliaria esse direito de forma mais homogênea, consolidando uma conquista concreta a ser valorizada pelos empregados, com impactos diretos na saúde física e mental, no convívio familiar e na

qualidade de vida, sem que isso signifique, necessariamente, perda de produtividade. Não é à toa, 65% dos brasileiros são favoráveis a essa redução, segundo dados divulgados pela Nexus Pesquisa e Inteligência de Dados.

Para as empresas, esse movimento também pode — e deve — ser compreendido como uma oportunidade estratégica. Menos horas disponíveis impulsionam a busca por eficiência, estimulam a revisão de processos e ampliam a necessidade de decisões orientadas por dados e uso inteligente da tecnologia. Nesse cenário, a adoção de soluções de automação e inteligência artificial deixa de ser apenas um diferencial competitivo e passa a integrar a sustentabilidade do negócio, permitindo ganhos consistentes de produtividade, redução de retrabalho e melhor alocação do capital humano.

A discussão sobre jornada, portanto, não se limita ao tempo de trabalho, mas se conecta diretamente à capacidade das organizações de evoluírem seus modelos operacionais e avançarem em competitividade, sustentabilidade e maturidade organizacional.

IBGE - o instituto que mede o Brasil está em conflito

Marcos_Erminio-midiamax



O IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vive mais um capítulo de instabilidade interna em um dos seus departamentos mais estratégicos.

Depois do afastamento da coordenadora das Contas Nacionais, três dos principais técnicos responsáveis pelos cálculos do PIB-Produto Interno Bruto deixaram seus cargos de chefia. Eles seguem no instituto, mas fora das posições de liderança.

O fato fica ainda mais relevante porque as trocas ocorrem apenas a um mês da divulgação do PIB anual de

2025 — considerado o número mais importante da economia brasileira.

Deve-se destacar que o indicador do PIB serve como termômetro oficial do país e influencia decisões de governo, Banco Central, investidores, mercado financeiro, agências de risco e até o discurso político.

Quando a equipe responsável por isso entra em crise, cria-se um sentimento de insegurança em relação ao prazo e ao modo da divulgação dos resultados. Ainda mais por não ser a primeira vez que isso acontece na atual gestão...

A turbulência no IBGE vem desde 2024, quando o presidente Marcio Pochmann, tentou criar o IBGE+, um braço paralelo e privado do órgão público. Entre cartas, protestos e exonerções, técnicos e sindicato acusam Pochmann de centralizar decisões e politizar o instituto.

Quando foi nomeado em 2023, Pochmann — ex-presidente do Instituto Lula — foi criticado por não ter experiência na área e por elogiar o instituto de estatísticas da China, um país que não é considerado transparente com os dados públicos.

Fonte: The News

PNAD Contínua do 4º trimestre de 2025: taxa de desemprego atinge 5,1% - o menor nível da série histórica

Pesquisa do IBGE mostra que taxa de desemprego no país caiu para 5,1% e a taxa média anual passou para 5,6%, em 2025, também a menor da série. Número de ocupados chega a 103 milhões



A taxa de desemprego no Brasil caiu para 5,1% no trimestre encerrado em dezembro de 2025, o menor nível da série histórica iniciada em 2012. O resultado indica que cerca de 5,5 milhões de pessoas buscaram trabalho nos três últimos meses do ano, em um mercado que chegou ao recorde de 103 milhões de pessoas ocupadas. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta sexta-feira, 30 de janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com os resultados observados ao longo de 2025, o desemprego manteve trajetória de queda no país. A taxa média anual passou de 6,6% em 2024 para 5,6% no ano seguinte, o menor nível registrado desde o início da série histórica, em 2012. Nesse intervalo, o número médio de brasileiros sem trabalho diminuiu em cerca de

1 milhão, ao cair de 7,2 milhões para 6,2 milhões de pessoas.

Em razão da pandemia de Covid 19, nos anos de 2020 e 2021 a taxa chegou a 13,7% e 14%, e cerca de 14 milhões de desocupados. O nível de ocupação da população em idade de trabalhar também alcançou recorde em 2025, ao atingir 59,1%. Em 2024, o indicador era de 58,6%, e, em 2012, de 58,1%.

Para Ariane Benedito - economista-chefe do PicPay, "a taxa de desemprego recuou para 5,1% no trimestre móvel encerrado em dezembro, queda de 0,5 p.p. em relação ao trimestre anterior e de 1,1 p.p. frente ao mesmo período do ano passado. Em termos de nível, a melhora foi acompanhada por uma combinação consistente entre redução do contingente desocupado (5,5 milhões) e avanço da ocupação (103,0 milhões), mantendo

o mercado de trabalho em patamar historicamente apertado.

Do ponto de vista qualitativo, o dado também veio com leitura construtiva: o emprego com carteira no setor privado permaneceu elevado, com crescimento na comparação anual, enquanto as categorias mais associadas à informalidade mostraram sinais de acomodação relativa. Além disso, a queda da taxa composta de subutilização para 13,4% e a redução do contingente de desalentados reforçam a interpretação de que a incorporação de mão de obra segue ocorrendo de forma relativamente eficiente, sem deterioração dos indicadores amplos de ociosidade.

No vetor de renda, o trimestre manteve uma dinâmica favorável: o rendimento médio real habitual avançou para R\$ 3.613 e a massa de rendimentos atingiu R\$ 367,6 bilhões, em

alta tanto no trimestre (+3,1%) quanto no ano (+6,4%). Esse conjunto de evidências sustenta a leitura de que o mercado de trabalho continua sendo um dos principais amortecedores do ciclo, preservando a capacidade de consumo das famílias e a resiliência de segmentos de serviços.

Para 2026, a série sugere que o espaço para novas quedas expressivas fica naturalmente mais limitado, o que tende a se traduzir em um cenário de desemprego lateralizado e com viés de leve correção ao longo do ano (isto é, pequenas altas em torno do nível atual), em vez de continuidade do mesmo ritmo de queda observado ao longo de 2024–2025. Para a próxima medição esperamos que a taxa de desemprego fique em torno de 5,2%.”

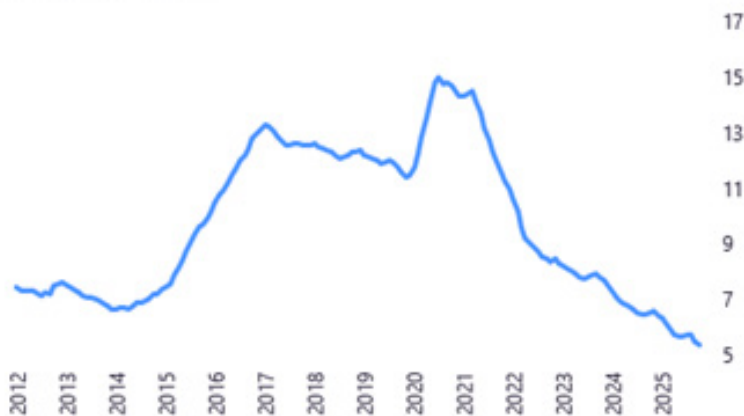
No entendimento de Sara Paixão, analista de Macroeconomia da InvestSmart XP, “o CAGED mostrou a destruição líquida de 618,2 mil postos de emprego formal em dezembro de 2025, um número muito acima do esperado pelo mercado, que era de 472 mil. O mês de dezembro, historicamente, apresenta queda no número de vagas, principalmente por conta das criações de empregos temporários no final do ano. O destaque de queda foi para construção, varejo e indústria.

Em termos de salário, houve aumento real de 0,1% em relação ao mês anterior e 2,5% em relação ao ano anterior, o que ainda indica um mercado de trabalho robusto, que caminha para um processo de desaceleração, conforme o esperado dado o atual patamar de juros. Para as próximas decisões do COPOM, esse é um dos indicadores que devem ser avaliados para definir a magnitude do corte que o comitê contratou na última reunião. Vale ressaltar, que indicadores mais positivos de inflação em conjunto com dados de atividade e mercado de trabalho arrefecendo podem contribuir para um início de

Var. da taxa de desocupação nos meses de dezembro
Trimestre encerrado em dez. contra trimestre encerrado em nov.
Em p.p. Fonte: IBGE.



Taxa de desocupação com ajuste sazonal
Em % da FT. Fonte: IBGE.



corte de juros em 0,5 p.p. conforme o mercado passou a precificar após a reunião do COPOM*.

Para a 4intelligence, “a taxa de desocupação no trimestre encerrado em dezembro de 2025 foi de 5,1%, 1,1 ponto percentual abaixo da taxa registrada no mesmo trimestre de 2024. O resultado veio em linha em relação às nossas expectativas (5,1%) e às expectativas medianas do mercado, ambas em 5,1%, segundo a Agência Estado e a Bloomberg. Vale ressaltar que a taxa de desocupação costuma apresentar queda nos trimestres findos em dezembro na com-

paração com trimestres encerrados em novembro:

A taxa média de desemprego anual encerrou o ano em 5,6%, o menor nível da série histórica. Desde 2024, o cálculo da média anual foi revisado pelo IBGE. A instituição passou a calcular essa taxa utilizando dados apenas da primeira visita a cada domicílio em cada trimestre em vez de utilizar a média aritmética simples das taxas trimestrais (ou seja, somavam-se as taxas de desemprego no final de cada trimestre e dividia-se o resultado por quatro para obter a média anual). Na média anual, essa taxa de desocupação ficou em 5,9%.”

Receita antecipa imposto no lucro presumido e acende alerta jurídico entre empresas

Nova instrução da Receita Federal muda a lógica do lucro presumido, antecipa o recolhimento de IRPJ e CSLL e pode ampliar o risco fiscal, avalia tributarista



A Receita Federal deu um passo que pode alterar de forma significativa a rotina tributária de empresas optantes pelo lucro presumido. Com a edição da Instrução Normativa nº 2.305/2025, publicada no fim de dezembro, o Fisco passou a exigir a verificação trimestral do limite anual de receita para aplicação do aumento nos percentuais de presunção do IRPJ e da CSLL o que, na prática, antecipa a tributação e eleva a carga fiscal ao longo do ano.

A norma regulamenta a Lei Complementar nº 224/2025, que prevê a redução linear de incentivos e benefícios tributários federais, mas, segundo especialistas, introduz uma mecânica não prevista de forma expressa na lei. O ponto mais sensível está no tratamento dado ao lucro presumido, que passou a ser enquadrado como benefício fiscal e submetido a um acréscimo automático nos percentu-

ais de presunção a partir do trimestre em que o limite de receita é superado.

Para o tributarista Eduardo Natal, sócio do Natal & Manssur Advogados, mestre em Direito Tributário pela PUC/SP e conselheiro da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (ABAT), a mudança altera a natureza do regime e cria distorções relevantes.

“O lucro presumido não é um incentivo fiscal, mas uma técnica legal de apuração da base de cálculo do imposto de renda. Ao tratá-lo como benefício a ser reduzido, a regulamentação transforma um método neutro de apuração em um suposto privilégio”, afirma.

Além da discussão conceitual, o novo modelo impõe maior complexidade operacional às empresas, que passam a ter de controlar com rigor a receita bruta trimestre a trimestre,

especialmente aquelas com faturamento próximo ao limite legal ou com forte sazonalidade.

“A antecipação da tributação pode gerar tratamento desigual entre contribuintes que ultrapassam o limite no início ou no fim do ano. Isso compromete a previsibilidade e amplia o risco fiscal, justamente em um regime criado para simplificar”, destaca Natal.

O tributarista alerta que a nova sistemática exige revisão imediata de procedimentos internos, planejamento financeiro e avaliação de riscos, inclusive sob a ótica jurídica.

“Há fundamentos relevantes para questionamento, sobretudo à luz dos princípios da simplicidade, da segurança jurídica e da legalidade. A tendência é de aumento da litigiosidade, caso a norma seja aplicada de forma automática”, conclui Natal.

Aos 80 anos, Senac aposta no amanhã e reforça seu papel na formação profissional do Brasil

Campanha nacional destaca trajetórias, oportunidades e a conexão da instituição com o futuro do comércio e dos serviços



No dia 10 de janeiro, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) completou 80 anos. Unindo tradição, autenticidade e inovação, a Instituição vem, desde 1946, impulsionando o Comércio e contribuindo para o fortalecimento socioeconômico nacional. E agora, comemora suas conquistas de olho no amanhã.

“Em novembro, a CNC completou 80 anos de vida. O Senac seguirá a mesma trilha em janeiro do próximo ano. E o Sesc, em setembro de 2026. É raro que três instituições atravessem juntas essa fronteira de oito décadas.

E que o façam com o vigor de quem nunca deixou de se renovar, mostrando-se decisivas para o desenvolvimento humano e econômico do Brasil”, celebra o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Desde sua criação, mais de 80 milhões de pessoas de cerca de 2 mil municípios tiveram suas vidas transformadas. De cada 10 alunos(as) formados(as), 7 conseguem nova ocupação durante ou no fim do curso e, se já estavam ocupados(as), impulsionam suas carreiras a partir da capacitação adquirida.

A maioria desse público são mulheres, oriundas de escolas públicas, que veem nos cursos ofertados pelo Senac (muitos gratuitamente) uma nova chance de (re)começar e traçar novos rumos. Por meio do Programa Senac de Gratuidade, mas de 4 milhões de estudantes escolheram uma profissão e mudaram suas vidas e de suas famílias.

O Senac é referência em educar para o mercado também na visão do empresariado: 87,9% dos empresários(as) brasileiros (as) avaliaram esse certificado como um dife-

rencial positivo no momento da contratação e mais de 94% das empresas consideram a importância da Instituição para o desenvolvimento nacional.

CONEXÕES PARA A VIDA

Nestas oito décadas, o Senac vem se empenhando em construir conexões com públicos estratégicos, como empresários(as), alunos(as), ex-alunos(as), docentes, colaboradores(as), governo e imprensa, além de representantes de organizações internacionais. E, ao longo de 2026, pretende fortalecer essa atuação, celebrando sua presença constante na vida da sociedade brasileira.

Com o olhar para o futuro das profissões e antevendo as exigências do mercado, a Instituição já se tornou referência em educação tecnológica, conquistando selos e prêmios nacionais e internacionais como reconhecimento.

Para levar às suas salas de aula recursos de última geração, firma parcerias com gigantes da tecnologia, garantindo a alunos(as) e docentes acesso à formação high-tech de alto nível.

Um exemplo é a atuação da Balsa-Escola José Roberto Tadros (primeira escola fluvial tecnológica do mundo), que oferta capacitação gratuita em Tecnologia da Informação às populações ribeirinhas do Amazonas.

Outro exemplo dessa conexão com o futuro é o processo de preparação de alunos e alunas de alta performance, capazes de representar o Brasil mundo afora, tornando esse time experts em ocupações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

É o que irá ocorrer em setembro, durante a próxima edição da WorldSkills Competition (a maior competição de educação profissional do planeta). A edição 2026 será em Xangai, China, quando sete alunos e alunas, medalhistas de ouro nas Competições



Senac de Educação Profissional, vão enfrentar desafios que reproduzem situações complexas, seguindo critérios e padrões internacionais, que só poderiam ser resolvidas por profissionais já experientes.

Além de tornar o Brasil uma vitrine da educação profissional para o mundo, o Senac se orgulha de contribuir para ampliar as perspectivas de sucesso de seu alunado, levando para suas escolas todo o aprendizado acumulado nesses torneios nacionais e internacionais em um efeito multiplicador com excelentes resultados.

A GENTE SE VÊ AMANHÃ

Diante de tantas histórias de sucesso e vidas transformadas, a Instituição tem muito a comemorar. Para começar, será inaugurado, no coração do país, o Senac Eixo Monumental.

Com café e restaurante-escola, experiências sensoriais, mostra temática e cursos, o empreendimento já foi batizado de Embaixada da Gastronomia Brasileira, com a proposta de ensinar por meio dos sentidos e promover uma experiência de alta

gastronomia única e inovadora, com ingredientes nativos.

O Senac Eixo Monumental conta com restaurante com cerca de 70 lugares, e um bar com serviço exclusivo de bartender, em um varandão para apreciar o pôr do sol mais belo de Brasília. Os menus – a la carte ou degustação, servidos em 4 ou 7 etapas – foram planejados pela chef Ana Loureiro (expert da delegação brasileira na WorldSkills Competition) e serão executados pelo chef Luiz Lira (vencedor do reality show Chef de Alto Nível, da Rede Globo).

Com o mote “A gente se vê amanhã”, uma campanha passa a ser veiculada em janeiro de 2026 em TV, streamings, veículos impressos, digitais e outros espaços. A ideia é mostrar que o Senac se vê relevante e se enxerga nas conquistas de cada público, atuando muito além de diplomas, abrindo possibilidades e caminhos, gerando oportunidades e conectando sonhos.

Assim como sempre foi ao longo desses 80 anos, muitas ações e transformações ainda virão. Afinal de contas: a gente se vê amanhã.

ACMinas completa 125 anos de protagonismo e apoio ao empresariado

Fábio Ortolan



Café com o presidente e os Associados mais antigos

No dia 6 de janeiro, a Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) alcançou um marco histórico: 125 anos de fundação. Criada em 1901, quando a capital mineira ainda dava seus primeiros passos, a entidade consolidou-se como um pilar fundamental na construção da identidade econômica e social de Belo Horizonte e Minas Gerais.

Ao longo de mais de um século, a ACMinas acompanhou e participou ativamente das principais transforma-

ções do Estado e do Brasil, atuando como ponte entre o setor produtivo, o poder público e a sociedade. A entidade tornou-se referência na articulação empresarial, na produção de conhecimento e na formulação de propostas voltadas à competitividade, à inovação e à geração de empregos.

Com natureza eclética, a ACMinas é a única entidade que reúne filiados de todos os portes e segmentos da economia. Essa pluralidade abrange os setores de comércio, indústria e serviços,

proporcionam para a entidade uma visão profunda sobre os desafios e as potencialidades do setor produtivo.

As comemorações dos 125 anos marcam não apenas a trajetória construída até aqui, mas também o compromisso da ACMinas com o futuro. A entidade prepara uma agenda especial de ações e projetos ao longo de 2026, reforçando seu papel como protagonista na construção de um ambiente de negócios mais moderno, ético e inclusivo.

Fiat consolida liderança no Brasil pelo quinto ano consecutivo e Strada reafirma posto de veículo mais vendido do país no período

Com 20,9% de participação, foram mais de 533 mil unidades emplacadas no ano e mais de 94 mil carros à frente da segunda colocada

Líder por cinco anos seguidos no mercado brasileiro, a Strada contabilizou mais de 142 mil unidades e 5,6% de share

Fiat posicionou três modelos no Top 10 nacional, com Strada em primeiro, Argo em terceiro e Mobi na oitava colocação, reforçando seu portfólio estratégico

Oferecendo o portfólio mais completo do mercado, a Fiat liderou de forma transversal os principais segmentos, incluindo Picapes, SUVs Híbridos, Vans e Hatchs

Marca olha para o futuro ao comemorar 50 anos no Brasil em 2026, com importantes novidades no lineup programadas para os próximos anos

A Fiat continua escrevendo uma história de liderança, protagonismo, pioneirismo e inovação no Brasil. Pelo quinto ano consecutivo, a marca é a mais vendida do mercado nacional: em 2025, alcançou 20,9% de participação do mercado e 533.739 unidades emplacadas e uma vantagem sólida de 94,8 mil carros à frente da segunda colocada.

Novamente a Fiat Strada é o veículo mais vendido do país considerando todos os segmentos do mercado - carros de passeio, picapes e comerciais leves - pelo quinto ano consecutivo. A picape registrou 142.901 mil unidades e 5,6% de market share. Além da Fiat Strada na primeira posição no ranking, a Fiat também ocupou a terceira e oitava posição no ranking geral de vendas com Argo (102.636 unidades) e Mobi (73.013 unidades).

Nos diferentes segmentos do mercado, a Fiat também lidera. Entre as picapes, representada por Strada, Toro e Titano, foram 201.470 unidades e



42,1% de participação na categoria. Considerando os hatchs, com Argo e Mobi, foram 175.680 emplacamentos e 28,4% do segmento e um importante aumento de 5,2 p.p. na participação em relação ao ano passado.

Outra categoria em que a Fiat mantém a liderança constante é a de Vans, com Fiorino (líder por doze

anos consecutivos), Scudo (líder desde sua estreia em 2022) e Ducato. Neste segmento foram 28.288 unidades vendidas e 34,8% de segment share em 2025. Desde o lançamento dos SUVs Híbridos, Pulse e Fastback, a marca também passou a liderar esta categoria, emplacando mais de 42 mil unidades e registrando 24,3% de share neste ano.



“Finalizamos mais um ano na primeira colocação do mercado brasileiro. Agora, são cinco anos consecutivos nesta posição, o que nos traz

bastante orgulho e uma enorme responsabilidade. Estes resultados são impulsionados por um portfólio completo e desenhado para atender aos

desejos dos consumidores em todos os segmentos – e nos entregam uma liderança diversa. Ou seja, a Fiat conhece e lidera todas as categorias do mercado, sem distinção entre veículos de passeio, comerciais leves e picapes”, comenta Frederico Battaglia, Head das Marcas Fiat e Abarth para a América do Sul.

FIAT FINALIZA DEZEMBRO NA LIDERANÇA MENSAL

Refletindo os resultados do ano, a Fiat também liderou o último mês de 2025 com 53.340 unidades emplacadas, além de ter a Strada na primeira colocação (14.536 unidades) e o Argo na quinta posição (10.256 unidades).

Entre os segmentos, a liderança foi mantida. Com as picapes, foram 21.485 unidades e 42,9% de participação – sendo a Strada líder entre B-Picapes (14.536 unidades e 64% da categoria) e a Toro entre as C-Picapes (6.275 unidades e 48,9% da categoria).

Já entre os hatchs, Mobi conquistou a primeira posição com 6.432 unidades e 39,4% do segmento de A-Hatch; e o Argo ocupou a segunda posição com 10.256 unidades emplacadas e 23,1% entre os B-Hatch.

Na categoria de Vans, a Fiat ocupou a primeira posição com 2.659 unidades e 38,1% de segment share em dezembro. A Fiorino liderou com 2.106 unidades e 74,9% das B+C-Van. E a Scudo foi a mais vendida entre as D-Van, com 313 unidades 30,2% de participação.

FIAT COMEMORA 50 ANOS DE BRASIL EM 2026

O ano de 2026 será especial para a Fiat do Brasil ao celebrar cinco décadas no país, marcando também o início de uma revitalização no portfólio nacional. A partir do ano que vem, será lançado um modelo completamente novo por ano até o final da década - representando cinco novos produtos no mercado brasileiro até 2030.

Filantropia estratégica no Brasil: como famílias empresárias estruturam capital social de longo prazo

Felipe Pereira

Planejador Financeiro - felipe@portogalloinvestimentos.com.br

A filantropia no Brasil atravessa um processo de amadurecimento conceitual. O debate deixa de girar em torno do ato de doar e passa a se concentrar na forma como recursos privados podem ser alocados de maneira estruturada, contínua e orientada à transformação social. Para famílias empresárias, essa mudança representa uma evolução natural: a filantropia passa a ser entendida como uma dimensão estratégica da atuação patrimonial, conectada a governança, sucessão, visão de longo prazo e legado.

A pesquisa mais recente do IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social evidencia esse movimento. Embora a cultura de doação esteja amplamente disseminada no país, a filantropia familiar ainda avança em ritmo inferior ao crescimento das grandes fortunas. O ponto central não é a ausência de recursos, mas a necessidade de maior intencionalidade na forma como esse capital social é estruturado e mobilizado.

Um dos achados mais relevantes do estudo é a clara mudança no vetor de decisão das famílias filantropas. A filantropia deixa de ser episódica ou reativa e passa a ser pensada como instrumento de transformação estrutural. A pesquisa demonstra que 71% dos respondentes apontam como principal motivação o desejo de mudar a sociedade em suas práticas, sistemas

e políticas, superando motivações associadas a tradição familiar, reconhecimento ou resposta a emergências.

Esse dado é especialmente relevante para o público empresarial, pois confirma que a filantropia familiar no Brasil já opera, em grande medida, sob uma lógica estratégica. Trata-se menos de transferir recursos e mais de decidir onde, como e com que horizonte o capital privado pode gerar maior impacto coletivo. Em outras palavras, a filantropia passa a ser tratada como uma alocação de longo prazo, orientada por propósito e resultado.

Essa abordagem aproxima a filantropia de práticas já consolidadas no ambiente corporativo: definição clara de objetivos, foco temático, disciplina na alocação de recursos e avaliação de resultados. Falar em filantropia estratégica significa reconhecer que impacto social relevante exige planejamento, escolhas conscientes e, muitas vezes, disposição para assumir riscos em iniciativas transformadoras.

Nesse contexto, a escolha dos veículos adequados torna-se uma decisão central. O arcabouço jurídico brasileiro oferece diferentes instrumentos para estruturar essa atuação, cada um com implicações distintas em termos de controle, flexibilidade, perenidade e governança.

Entre esses instrumentos, os fundos patrimoniais ocupam posição de destaque. Regulamentados pela Lei nº 13.800/2019, representam um marco institucional ao introduzir previsibilidade, segregação patrimonial e disciplina de longo prazo na gestão de recursos destinados ao interesse público. Para famílias empresárias, os endowments oferecem uma lógica conhecida: preservação de capital e geração recorrente de resultados sociais.

Em síntese, a filantropia familiar no Brasil deixa de ser um conjunto de iniciativas isoladas e passa a se consolidar como uma estratégia deliberada de alocação de capital social. Para famílias empresárias, o passo seguinte não é apenas reconhecer essa evolução, mas traduzi-la em escolhas concretas: definir prioridades, estabelecer horizontes de atuação, selecionar os veículos mais adequados e incorporar a filantropia ao processo decisório da família. Mais do que uma resposta a demandas externas, a filantropia estratégica convida à construção consciente de um legado, no qual propósito, governança e impacto caminham juntos ao longo do tempo.

Fonte: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. Pesquisa “Caminhos para uma atuação mais ampla e estratégica da filantropia familiar no Brasil” (2025).

Principais veículos de planejamento filantrópico estratégico

Veículo	Lógica estratégica	Aplicação típica
Doações diretas	Baixa estruturação e curto prazo	Ações emergenciais ou experimentais
Associações / Institutos	Flexibilidade operacional e controle direto	Execução de agendas próprias
Fundações privadas	Compromisso institucional permanente	Estratégias consolidadas de longo prazo
Fundos patrimoniais (endowments)	Sustentação contínua via rendimentos	Perpetuação de causas
Grantmaking	Alocação eficiente em organizações especializadas	Escala e fortalecimento do ecossistema

Os artigos publicados nesta edição são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião dos editores da publicação.

UniSenai PR oferece bolsas de até 100% com nota do ENEM no Vestibular 2026

Instituição amplia o acesso ao ensino superior com bolsas por mérito e formação conectada às demandas da indústria



O UniSenai PR está com inscrições abertas para o Vestibular 2026 até o dia 13 de março de 2026 e reforça uma das principais formas de ingresso na instituição: as Bolsas Mérito do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A iniciativa permite que candidatos utilizem a nota obtida no exame para ingressar no ensino superior com descontos que variam de 20% a 100%, de acordo com o desempenho alcançado.

BOLSAS POR MÉRITO AMPLIAM O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O processo seletivo é destinado a candidatos que tenham realizado o ENEM a partir de 2018, conforme previsto em edital. Além do benefício financeiro, a modalidade dispensa a realização do vestibular tradicional, tornando o ingresso mais ágil e democrático. Para concorrer, é necessário enviar o boletim oficial de notas dentro do prazo estipulado, seguindo as orientações disponíveis no edital.

Dados da Unesco mostram que, em 25 anos, o número de estudantes univer-

sitários cresceu 163% globalmente, chegando a 264 milhões. No Brasil, o avanço foi ainda mais expressivo: o número de universitários praticamente quadruplicou no mesmo período. Segundo o Inep, em 2024 cerca de 10 milhões de brasileiros estavam matriculados no ensino superior, embora apenas 20% da população tenha concluído a graduação — índice que era de 6% em 2000.

FORMAÇÃO ALINHADA À INDÚSTRIA E ÀS ÁREAS DE MAIOR DEMANDA

O UniSenai PR se posiciona como uma alternativa estratégica ao combinar bolsas de acesso por mérito acadêmico com uma proposta educacional conectada às necessidades do setor produtivo. A instituição oferece cursos de Administração, Direito, Design de Moda e Logística, além de tecnólogos em Automação Industrial, Fabricação Mecânica, Gestão da Produção Industrial e Inteligência Artificial. Também integram o portfólio as engenharias Automotiva, Elétrica, Mecânica, Mecatrônica, de Produção e de Software.

Além das bolsas ENEM, os candidatos podem ingressar no UniSenai PR por vestibular on-line, transferência externa, reingresso e outras políticas de descontos voltadas a egressos do Sesi e Senai, trabalhadores da indústria, sindicatos filiados à Fiep, dependentes e empresas parceiras. O objetivo é ampliar o acesso ao ensino superior sem abrir mão da qualidade acadêmica e da aderência ao mercado de trabalho.

A proposta pedagógica da instituição dialoga diretamente com o que os estudantes esperam da universidade. De acordo com a pesquisa do Na Prática, O Perfil do Universitário Brasileiro, realizada em outubro de 2025, 60% dos universitários consideram essencial unir teoria e experiências práticas, enquanto nove em cada dez participam de atividades complementares, como estágios, cursos e ações de voluntariado. Para 29% dos entrevistados, networking e atividades extracurriculares são fatores decisivos na valorização de uma instituição de ensino.

O UniSenai PR também se diferencia por oferecer a disciplina Jornadas de Aprendizagem, que possibilita aos estudantes vivenciar desafios reais da indústria, e pelo Programa de Mentoria, que promove experiências práticas junto a profissionais do setor produtivo.

Ao oferecer bolsas ENEM que podem chegar a 100%, a instituição amplia o acesso ao ensino superior e reforça seu compromisso com a formação de profissionais preparados para os desafios da indústria e da inovação.

Para mais informações, os interessados devem consultar o edital de bolsas ENEM, disponível na área "Sou Candidato" do site do UniSenai PR

Excelência operacional vai além de processos e se consolida como cultura organizacional

Cultura de alta performance e consistência de resultados são apontadas por especialista como pilares para aumentar a competitividade das empresas no Brasil

O Brasil ficou na 58ª posição entre 69 países avaliados no Ranking Mundial de Competitividade 2025, elaborado pelo International Institute for Management Development (IMD), em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC). Apesar da melhora em relação ao ano anterior, quando ocupava a 62ª colocação, o estudo aponta que desafios estruturais ligados à produtividade, eficiência empresarial e qualificação da mão de obra ainda limitam a competitividade do país no cenário global.

O levantamento avalia fatores como desempenho econômico, eficiência governamental, eficiência empresarial e infraestrutura, evidenciando que o avanço da competitividade brasileira depende, em grande parte, da capacidade das organizações de operar com mais eficiência, previsibilidade e geração consistente de resultados.

Segundo André Chaves, vice-presidente da unidade de negócios da Falconi focada em Indústria de Base e Bens de Capital, a excelência operacional está diretamente associada à consistência da performance ao longo do tempo. “Excelência não é um conceito abstrato. Trata-se da capacidade de entregar performance elevada de forma consistente, o que exige o alinhamento entre metas, processos e pessoas para que a organização gere valor de maneira contínua.”, afirma.

A busca por alto desempenho operacional está relacionada à capacidade de uma organização operar com estabilidade, previsibilidade e alto desempenho, mesmo em cenários adversos. Para isso, é necessário alinhar objetivos estratégicos, processos bem definidos e pessoas capacitadas, garantindo que a geração de valor ocorra de forma contínua e sustentável.

André explica que a construção da



excelência operacional ocorre por meio de uma jornada estruturada, composta por diferentes níveis de maturidade organizacional:

- **Iniciante:** Neste estágio, há a implementação de processos básicos de gestão, como definição de objetivos, indicadores, metas e estrutura organizacional. No entanto, os resultados ainda são instáveis e fortemente dependentes do conhecimento individual.
- **Estruturado:** A organização avança na padronização de processos e tarefas críticas, reduzindo a variabilidade da performance e estabelecendo um nível mínimo de conhecimento que pode ser replicado internamente.
- **Padronizado:** Os processos finalísticos e de apoio tornam-se mais estáveis, criando uma base sólida de conhecimento operacional. Esse estágio permite resultados mais consistentes ao longo do tempo, com menor dependência de pessoas ou circunstâncias específicas.
- **Gerenciado:** A tecnologia passa a desempenhar um papel relevante, assim como o desenvolvimento

estruturado das competências das pessoas. O conhecimento deixa de ser apenas aplicado e passa a ser continuamente gerado, elevando o nível de desempenho da organização.

- **Excelência:** No estágio mais avançado, a organização utiliza conhecimento proprietário, potencializado pela tecnologia, como fonte genuína de diferenciação competitiva. Isso permite a entrega de resultados excepcionais de forma consistente.

A consolidação de uma cultura de alta performance enfrenta obstáculos relevantes, como a falta de clareza sobre os benefícios esperados, o desalinhamento entre líderes e executores, a indefinição de papéis e responsabilidades e o baixo foco em inovação e melhoria contínua. Outro fator crítico é o desalinhamento entre incentivos, metas e requisitos organizacionais.

“Quando não há clareza sobre os objetivos e alinhamento entre liderança e operação, as iniciativas podem se perder na burocracia e deixam de gerar impacto real nos resultados”, alerta o executivo.

A jornada rumo à excelência operacional não é linear, mas tende a gerar impactos profundos quando bem conduzida. Ao se consolidar como cultura, a excelência passa a orientar decisões, comportamentos e prioridades, fortalecendo a competitividade das empresas no longo prazo.

“A jornada rumo à excelência não é linear, mas seu impacto é transformador. Quando bem estruturada, ela sustenta resultados ao longo do tempo. Mais do que um destino, a excelência precisa ser entendida como uma cultura”, conclui André Chaves.

Stellantis conquista o melhor resultado de sua história em exportação e produção na América do Sul

Em 2025, mais de 158 mil veículos embarcaram do Brasil para outros mercados, com 165% de aumento em relação a 2021

Produção na América do Sul alcança 993 mil veículos, novo recorde anual

Polo Automotivo de Betim (MG) liderou as exportações, com crescimento de cerca de 41%

Fiat Strada (39,6 mil) em Betim; Jeep Compass (15,8 mil) em Goiana; e Citroën Aircross (9,6 mil) em Porto Real foram os modelos mais exportados em cada fábrica

A Stellantis celebrou em 2025 seu quinto ano de atuação na América do Sul com resultados históricos, registrando o melhor desempenho anual de exportação e produção desde a criação da companhia, em 2021.

Ao longo de 2025, foram exportados mais de 158 mil veículos produzidos no Brasil. Este volume representa uma alta de aproximadamente 36% frente a 2024 e de cerca de 165% na comparação o primeiro ano de operação da companhia, em 2021. Com isso, o ano passado se torna o melhor ano da história da Stellantis em exportações a partir do Brasil.

O desempenho foi sustentado pela forte atuação dos três polos industriais da companhia no país. O Polo Automotivo de Betim (MG) liderou as exportações em 2025, com 81,5 mil veículos embarcados, um avanço de cerca de 41% em relação ao ano anterior. Já o Polo Automotivo de Porto Real (RJ) manteve um ritmo consistente de crescimento e registrou alta de 38%, com 28,9 mil unidades exportadas no acumulado do ano.

Na sequência, o Polo Automotivo de Goiana (PE) alcançou novos recordes em 2025 e foi responsável por 47,3 mil veículos exportados, um crescimento de 27% na comparação com 2024. A fábrica pernambucana também contribuiu para a expansão global da Stellantis, com dois modelos produzidos no polo estreando em novos mercados: o Jeep Commander e a Ram Rampage.



Entre os modelos que se destacaram nas exportações de 2025, a Fiat Strada, veículo mais vendido de toda a América do Sul, foi a protagonista em Betim (MG) e o veículo mais exportado ao longo do ano, com 39,6 mil unidades embarcadas, também exportadas em alguns países como Ram 700. Em Goiana (PE), o Jeep Compass liderou as exportações, com 15,8 mil unidades, enquanto em Porto Real (RJ) o Citroën Aircross foi o modelo mais exportado, totalizando 9,6 mil veículos enviados ao exterior.

“O ano de 2025 foi excepcional para a Stellantis. Esses resultados confirmam a competitividade do nosso portfólio e a força das nossas marcas. A América do Sul tem um papel estratégico dentro da Stellantis e segue como um pilar fundamental para atender às demandas da região. Os produtos que desenvolvemos no país reafirmam o compromisso das nossas equipes em entregar soluções que realmente impactam o mercado com qualidade, eficiência e disciplina operacional”, destaca Herlander Zola, presidente da Stellantis para a América do Sul.

PRODUÇÃO ATINGE RECORDE HISTÓRICO E REFORÇA ESCALA INDUSTRIAL NO PAÍS

Além do desempenho histórico nas exportações, a Stellantis também alcançou, em 2025, o maior volume anual de

produção desde sua criação. Ao todo, foram 993 mil veículos produzidos na América do Sul ao longo do ano, estabelecendo um novo recorde para a companhia.

No Brasil, a produção registrou um avanço de aproximadamente 12% em relação ao ano anterior, com mais de 846 mil veículos fabricados em 2025. A maior parte desse volume esteve concentrada no Polo Automotivo de Betim (MG), com mais de 525 mil unidades, alta de 12% em relação a 2024. Em Goiana (PE), a produção alcançou mais de 250 mil veículos, crescimento de aproximadamente 7%, enquanto Porto Real (RJ) registrou mais de 67 mil unidades produzidas, avanço de 29% na comparação anual.

O resultado reflete a escala industrial da operação brasileira, sustentada por um ciclo de investimentos de R\$ 32 bilhões, iniciado em 2025 e previsto até 2030, o maior da história da indústria automotiva brasileira e sul-americana, além da eficiência dos processos produtivos e da amplitude do portfólio multi-marcas da Stellantis, capaz de atender diferentes segmentos e mercados.

“Alcançar o maior volume de produção desde a criação da companhia demonstra a solidez da nossa base industrial na América do Sul e a nossa preparação para acelerar novos ciclos de crescimento. Seguiremos empenhados em atender às necessidades e aos desejos dos clientes, com foco em inovação e excelência industrial em todos os mercados em que atuamos”, finaliza Zola.



A sua empresa precisa ter Propósito?

Paulo de Vasconcellos Filho
Conselheiro e consultor em Estratégia



Em abril de 2023, sugerimos ao Presidente do Conselho de uma startup ainda não operacional que definisse o Propósito da empresa e o incorporasse ao Plano Estratégico. Ele respondeu:

“Não acredito que incluir algumas palavras no Plano Estratégico fará diferença para o futuro da empresa.”

Em agosto do mesmo ano, apresentamos a um potencial investidor a ideia dessa nova empresa — inovadora, relevante e essencial para reduzir o Custo Brasil.

A primeira pergunta dele foi direta:

“Qual é o propósito dessa empresa?”

Respondi com sinceridade: “Não tem, e não terá.”

O investidor encerrou a conversa ali mesmo. Simples assim.

Estamos em novembro de 2025, e a startup continua não operacional, sem investidores, mesmo após dezenas de tentativas com bancos, fundos, family offices e grandes investidores individuais.

Sabemos que um avião não cai por um único motivo, mas é inegável

que a decisão tomada pelo Presidente do Conselho em abril de 2023 teve impacto negativo sobre a viabilidade dessa promissora empresa.

Como o tema ainda é recente, é natural que você se pergunte: Propósito é apenas o novo nome da Missão?

Definitivamente, não é. O exemplo abaixo deixa clara a diferença:

- Propósito é o porquê a empresa existe.
- Missão é o para quê a empresa existe.

A Localiza, por exemplo, exibe com orgulho na recepção da nova sede:

Nosso Propósito: Com você, construindo o futuro da mobilidade sustentável.

E divulga amplamente:

Nossa Missão: Contribuir para o sucesso dos negócios e do lazer dos clientes, alugando carros com eficiência e simpatia.

Diversas pesquisas já comprovaram que pessoas com propósito definido são mais positivas, saudáveis, produtivas e resilientes. Se isso é verdade para indivíduos, é igualmente verdadeiro para grupos de indivíduos — e, portanto, para empresas.

Empresas com Propósito verdadeiro são comprovadamente mais rentáveis, têm menor rotatividade de talentos, conquistam maior fidelidade de clientes e parceiros, recebem mais apoio da comunidade e permanecem fortes por mais tempo.

A reportagem de capa da revista Exame de abril de 2019, intitulada “A Força do Propósito”, cita dezenas de empresas que superaram amplamente seus concorrentes no mesmo setor. O que todas têm em comum? Sabem usar a força do Propósito.

Ele mantém acesa a chama da vontade de ir além do que está descrito na função de cada colaborador — e isso se reflete em resultados extraordinários.

A conceituada revista Fast Company sintetizou perfeitamente: “Organizações sem propósito gerenciam pessoas. Organizações com propósito mobilizam pessoas.”

Veja outros exemplos inspiradores de Propósito empresarial:

- *SAP: Ajudar o mundo a funcionar melhor.*



- *MRV: Construir sonhos que transformam o mundo.*

- *Nestlé: Melhorar a qualidade de vida e contribuir para um futuro mais saudável.*

- *Kellogg's: Nutrir famílias para que elas floresçam e prosperem.*

- *Revista Você S.A: Transformar o ambiente de trabalho em um lugar muito melhor.*

No Conselho de Presidentes, fundado em 2010 pelo Banco Bonsucesso -- hoje bs2 -- e pela CENIBRA – Celulose Nipo-Brasileira, também praticamos o que pregamos.

Nosso Propósito — o porquê existimos — é: Transformar empresas para construir um mundo justo e sustentável.

E nossa Missão — o para quê existimos — é: Inspirar líderes nas decisões estratégicas, com aconselhamento mútuo e intercâmbio de experiências.

Uma pesquisa conduzida pelo renomado Babson College, considerada a melhor escola de negócios do mundo em inovação, analisou centenas de empresas de diferentes portes e setores. Selecionou 28 companhias que entre 1993 e 2002 alcançaram um retorno sobre investimento (ROI)

extraordinário: 1.025% em dez anos — uma média de 102% ao ano.

No mesmo período, as empresas do índice S&P 500, as 500 mais importantes ações de empresas americanas, obtiveram um ROI de apenas 122% em dez anos.

O que essas 28 empresas tinham em comum? Todas usavam o poder mobilizador do Propósito.

Ele toca corações e mentes — e faz toda a diferença.

Talvez você pense que sua empresa é pequena demais para definir um Propósito.

Mas reflita: não seria muito mais fácil disseminar o Propósito em uma equipe pequena do que entre milhares de colaboradores de uma grande empresa?

Sua cultura empresarial pode abraçar essa ideia com agilidade e transformá-la em um poderoso diferencial competitivo.

Não espere sua empresa crescer para ter o que já pode ter agora — com menos esforço e resultados comprovados. A decisão é sua. Assim como as consequências. Pense nisso!

Minas Gerais recebe II Encontro Nacional do Associativismo Luso-Brasileiro

Iniciativa da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – Minas Gerais reúne lideranças do Brasil e de Portugal para debater associativismo, sustentabilidade e governança

Entre os dias 25 e 27 de março de 2026, Minas Gerais será palco do II Encontro Nacional do Associativismo Luso-Brasileiro, que acontece no Vila Galé Ouro Preto Collection, em Cachoeira do Campo - Ouro Preto. Promovido pela Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – Minas Gerais, o evento reúne representantes de associações, câmaras de comércio, consulados, lideranças institucionais e especialistas do Brasil e de Portugal para discutir o papel do associativismo na promoção da sustentabilidade, da governança e da cooperação internacional.

A segunda edição do encontro dá continuidade ao fórum nacional criado com o I Encontro Nacional do Associativismo Luso-Brasileiro, realizado em março de 2025, em Fortaleza (CE). Na ocasião, o evento reuniu entidades luso-brasileiras de diversas regiões do país com o objetivo de reinventar o associativismo, fortalecer redes de cooperação e ampliar o diálogo entre associações, câmaras de comércio e o corpo consular português no Brasil. O encontro inaugural consolidou a criação de um espaço permanente de articulação institucional, agora aprofundado na edição mineira.

Com o tema “A importância do associativismo e da sustentabilidade na vida cotidiana”, o II Encontro amplia esse debate e propõe uma agenda prática de reflexão e troca de experiências. A programação se estende por três dias e inclui sessões solenes, painéis temáticos e encontros institucionais entre associações portuguesas, câmaras de comércio e representantes da rede consular. En-



tre os temas abordados estão governança associativa, inovação social e ambiental, participação de mulheres e jovens no movimento associativo e fontes de financiamento no Brasil e em Portugal.

Entre os destaques confirmados da programação está a participação de Mafalda Alves, ex-adjunta do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Portugal, que ministrará uma palestra dedicada aos investimentos e à tributação entre Brasil e Portugal, abordando aspectos fiscais, oportunidades de negócios e o ambiente regulatório para investidores e instituições. A presença da ex-integrante do governo português reforça o caráter estratégico do encontro e o diálogo direto entre políticas públicas, economia e associativismo.

Segundo o presidente da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil – MG, Miguel Jerónimo, o evento representa um momento de consolidação institucional e de amadurecimento do debate iniciado no primeiro encontro. “O associativismo é uma

ferramenta fundamental para criar impacto econômico, social e cultural. Este segundo encontro aprofunda a articulação iniciada em Fortaleza e amplia o diálogo sobre sustentabilidade, governança e cooperação entre Brasil e Portugal”, afirma.

Jerónimo destaca ainda o papel de Minas Gerais nesse processo. “Trazer o Encontro Nacional para Minas reforça a vocação do estado como um elo estratégico nas relações luso-brasileiras. Aqui conseguimos reunir tradição, inovação e uma rede institucional cada vez mais estruturada”, completa.

Além dos painéis e debates, o II Encontro Nacional do Associativismo Luso-Brasileiro prevê momentos de networking, reuniões bilaterais entre instituições e atividades culturais, criando um ambiente propício para a construção de parcerias e projetos conjuntos. A expectativa da organização é que o evento fortaleça o associativismo como agente de desenvolvimento sustentável e consolide uma agenda contínua de cooperação entre os dois países.

Usiminas destinou mais de meio bilhão de reais para meio ambiente em 2025



A Usiminas destinou mais de R\$ 500 milhões em investimentos ambientais em 2025 como parte de uma estratégia contínua para aprimorar o desempenho de suas operações e reduzir os impactos para a comunidade de Ipatinga. O aporte se traduziu em avanços concretos no controle de emissões, na estabilidade operacional e na gestão de recursos naturais.

Como resultado desse conjunto de ações, a empresa reduziu em 50% os chamados eventos relevantes — emissões perceptíveis pela população e que podem gerar incômodo. O desempenho reflete o fortalecimento da manutenção preventiva, a incorporação de novas tecnologias e a consolidação de uma cultura operacional mais rigorosa e orientada à prevenção.

“A redução dos eventos relevantes é fruto de um esforço consistente da operação e do comprometimento das equipes com a melhoria contínua. Investimos em planejamento, manutenção e disciplina operacional para garantir mais estabilidade nos processos e menos incômodo a comunidade. Esses resultados mostram que a evolução ambiental acontece no dia a dia da usina, com pessoas preparadas e decisões técnicas responsáveis”, afirma Lucas Lima, diretor de Segurança e Meio Ambiente.

Outro avanço importante foi a redução de cerca de 30% da carga de emissão fugitivas de partículas da Sinterização em relação ao ano de 2024, resultado da adoção de controles mais avançados, da intensificação da varrição interna, da limpeza das vias e da maior aplicação de políme-

ros para evitar a ressuspensão de material particulado.

Na gestão hídrica, a empresa reduziu em aproximadamente 3,3% sua captação de água ao comparar os anos de 2024 e 2025, além de manter a recirculação de cerca de 95% da água utilizada em seus processos industriais.

SITE AMBIENTAL

Todas as informações estão disponíveis para consulta pública na página “Nosso Compromisso Ambiental”, em www.usiminas.com/ambiental. Desde 2019, a Usiminas já destinou mais de R\$ 3,7 bilhões a iniciativas ambientais, consolidando uma agenda contínua de modernização, controle ambiental e diálogo com a comunidade.

Atlas Critical Minerals abre sessão na Nasdaq e destaca protagonismo de Minas Gerais na nova fronteira dos minerais críticos

Única companhia brasileira de terras raras listada na bolsa americana concentra em Minas projetos de grafite, minério de ferro e terras raras estratégicos para a transição energética global



A Atlas Critical Minerals, mineradora brasileira dedicada a terras raras e outros minerais estratégicos, abriu no dia 26 de janeiro, a sessão de negócios da Nasdaq, em Nova York, menos de um mês após o início da negociação de suas ações sob o código ATCX. A abertura marca um novo capítulo para a companhia, que se torna a única do país com esse perfil listada na bolsa americana, enquanto reforça o protagonismo de Minas Gerais no setor de minerais críticos e na transição energética global.

Com mais de 218 mil hectares em direitos minerais no Brasil, Minas Gerais concentra grande parte dos ativos da Atlas Critical Minerals, incluindo projetos promissores de terras raras na região do Alto Paranaíba, grafite de grau nuclear no nordeste do estado e uma operação de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero, que iniciou geração de receita em 2025. Essa frente produtiva foi planejada para gerar caixa com ra-

pidez e ajudar a financiar projetos de maturação mais longa em terras raras e outros minerais estratégicos, reforçando a vocação mineral de Minas como epicentro brasileiro desse novo ciclo global de recursos sustentáveis.

A cerimônia de abertura do pregão foi conduzida por Marc Fogassa, chairman e CEO da Atlas Critical Minerals, brasileiro com formação pelo MIT e pela Harvard Business School. O executivo também lidera a Atlas Lithium, empresa listada na Nasdaq desde 2023 e dedicada ao desenvolvimento de projetos de lítio em Minas Gerais.

Com aproximadamente 21% de participação na Atlas Critical Minerals, a Atlas Lithium e sua controladora agora operam duas plataformas complementares na bolsa americana: uma voltada ao lítio e outra a terras raras e demais minerais críticos. A oferta pública inicial (IPO) da Atlas Critical Minerals foi precificada a 8

dólares por ação e levantou cerca de 11 milhões de dólares em recursos brutos, considerando o exercício do lote suplementar. A operação contou com forte demanda, superando o volume oferecido, e as ações já registram ganhos expressivos desde a estreia, com movimentação média de mais de 3 milhões de dólares por sessão — um patamar elevado para uma mineradora recém-listada.

O avanço da Atlas Critical Minerals consolida Minas Gerais como um polo nacional e internacional de desenvolvimento em minerais estratégicos, fundamentais para a produção de ímãs permanentes, semicondutores, baterias e demais tecnologias essenciais à transição energética e digital. Ao expandir suas operações em solo mineiro e fortalecer sua presença no mercado de capitais global, a companhia reafirma o compromisso de transformar o potencial mineral do estado em geração de valor, inovação e protagonismo sustentável no cenário mundial.

Minas Gerais abriu quase 1,5 mil empresas por dia em 2025. Promoção de vendas lidera ranking

Belo Horizonte chegou a 98 mil novas empresas ativas durante todo o ano passado. Avanços regulatórios, como a Lei de Liberdade Econômica, favorece desempenho no estado

O desempenho no ano passado acompanha o ritmo de evolução em Minas Gerais entre 2023 e 2024, quando apresentou crescimento expressivo da movimentação empresarial, em linha com o observado no cenário nacional. As aberturas cresceram 21%, enquanto os fechamentos avançaram 29%, resultando em um crescimento modesto do saldo de 5%.

Os números mostram que Minas Gerais vive um momento de afirmação na economia, com o protagonismo das micro e pequenas empresas. O crescimento do saldo de empresas é sustentado não apenas pela abertura de novos negócios, mas pela redução relativa dos encerramentos de CNPJs.

“Esse desempenho ocorre em um contexto de avanços regulatórios, como a Lei de Liberdade Econômica, e de acomodação do ambiente empresarial, marcado pela redução dos encerramentos após anos de ajuste. O saldo positivo reflete um cenário mais estável e seletivo, no qual as empresas mais adaptadas às condições econômicas atuais conseguem se manter ativas, mesmo em um momento de crescimento moderado”, destaca o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Entre as atividades com maior formalização, destacam a Promoção de Vendas, com mais de 25 mil empresas abertas, o Transporte Rodoviário de Carga Municipal, exceto produtos perigosos e mudanças, com 19,4 mil aberturas, e o Comércio Varejista de artigos vestuário e acessórios (17,6 mil novos CNPJs). Outra atividade com números positivos no estado está relacionada ao



mercado da beleza: cabeleireiros, manicures e pedicures fecharam 2025 com 18 mil empresas abertas.

Por sua vez, o comércio varejista de vestuário e acessórios lidera os fechamentos ao longo de todo o período, com 16.518 CNPJs encerrados em 2025. Atividades ligadas à alimentação também figuram de forma recorrentes, como lanchonetes, casas de chá, sucos e similares (7.342 empresas fechadas), fornecimento de alimentos preparados para consumo domiciliar (6.692) e restaurantes e similares (5.308).

No comparativo entre os setores, Serviços liderou o ranking do ano passado com um saldo positivo de 146 mil negócios. Por sua vez, o Comércio registrou saldo de 28,2 mil empresas, enquanto a Indústria fechou 2025 com saldo de 20 mil empresas. A Construção Civil obteve uma diferença de 16,2 mil entre aberturas e fechamentos e a Agropecuária encerrou o ano com saldo de 3,7 mil empresas.

Entre as cidades, Belo Horizonte

(98 mil novas empresas ativas), Uberlândia (30 mil), Contagem (22,9 mil), Juiz de Fora (16,6 mil) e Betim (13,9 mil) lideram a lista. Na Região Central de Minas, dois municípios tiveram destaque no número de aberturas: Sete Lagoas (crescimento de 18,7% no comparativo com 2024) e Ribeirão das Neves (avanço de 17,23%).

O INTELIGÊNCIA SEBRAE

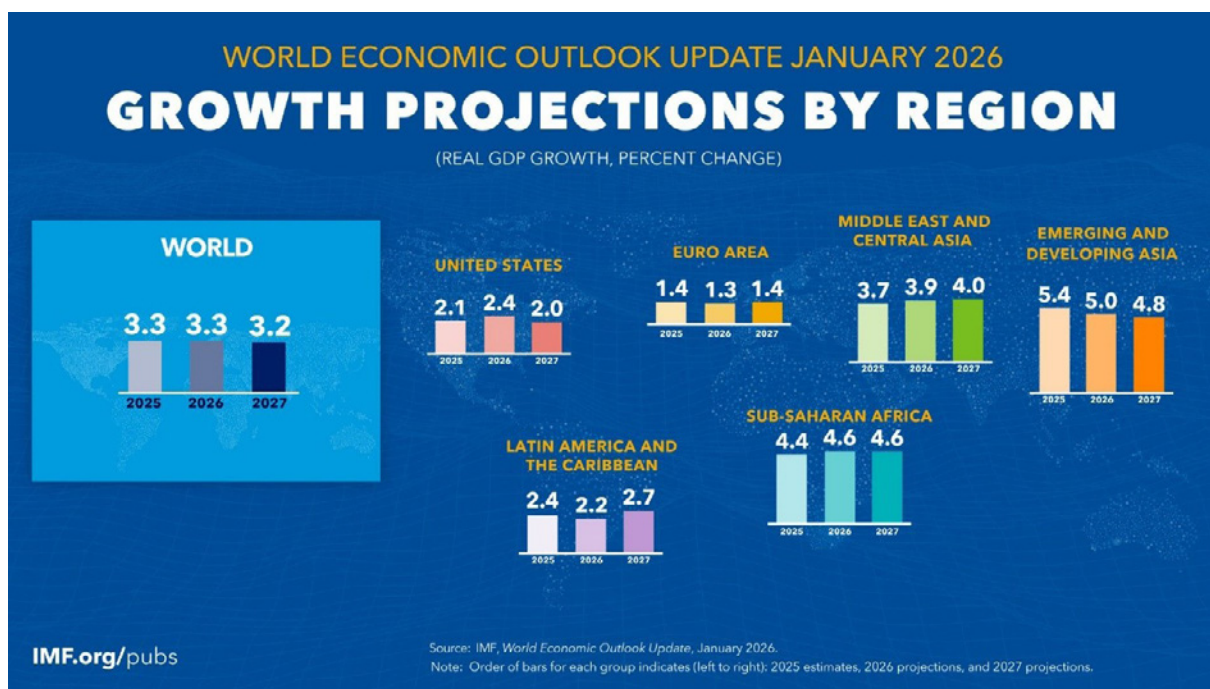
O Inteligência Sebrae é um observatório de dados, estudos e pesquisas sobre pequenos negócios. Reúne diversos conteúdos socioeconômicos, setoriais e territoriais, que podem ampliar os conhecimentos e embasar a tomada de decisões. É destinado a gestores públicos, lideranças locais, entidades empresariais e todos que necessitam de informações relevantes referentes a desenvolvimento econômico e social dos territórios e dinâmica dos pequenos negócios. O site reúne conhecimentos em nível nacional, estadual, regional e municipal, sendo possível comparar, analisar e entender melhor o território.

FMI: economia brasileira continuará crescendo em níveis inferiores à média global

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Economia global supera choque tarifário em meio a boom impulsionado pela tecnologia

Mas os riscos estão aumentando, inclusive devido à concentração de investimentos em tecnologia e aos efeitos negativos das interrupções comerciais, que podem se intensificar ao longo do tempo



O FMI - Fundo Monetário Internacional divulgou, no dia 19 de janeiro, a revisão do estudo anterior intitulado World Economic Outlook (Panorama Econômico Mundial), de outubro de 2025.

De acordo com a instituição o crescimento da economia global está projetado em 3,3% para 2026 e 3,2% para 2027, uma

ligeira revisão em alta em relação à edição de outubro de 2025 do Panorama Econômico Mundial. Investimentos em tecnologia, apoio fiscal e monetário, condições financeiras favoráveis e adaptabilidade do setor privado compensam as mudanças na política comercial.

Nos Estados Unidos, acordos pontuais ajudaram

a reduzir tensões após a volta das tarifas impostas pelo presidente Donald Trump, incluindo uma tré-gua temporária com a China. Ainda assim, o FMI destaca que a incerteza sobre a política comercial segue elevada e pode afetar mercados e investimentos.

Na América Latina, porém, o ritmo é mais fraco. A região deve crescer 2,2%,

levemente abaixo do previsto antes. O FMI avalia que, embora as economias tenham conseguido se adaptar às disputas comerciais, a instabilidade nas regras do comércio internacional ainda gera riscos.

O FMI também chama atenção para possíveis riscos ligados à inteligência artificial. Caso as expectativas de lucros e ganhos

de produtividade não se confirmem, pode haver correções nos mercados financeiros, hoje impulsionados pelo otimismo com a tecnologia.

Enquanto os Estados Unidos avançam com força nos investimentos em IA, outras economias desenvolvidas ficam para trás.

O FMI projeta crescimento de 2,4% para os EUA em 2026, contra 1,3% na zona do euro, além de um ritmo mais lento no Japão. China e Índia seguem crescendo em ritmo relativamente sólido entre os emergentes.

A inflação nos EUA retornará à meta mais gradualmente. Os principais riscos de queda são a reavaliação das expectativas em relação à tecnologia e a escalada das tensões geopolíticas. A inflação global, por outro lado, tende a desacelerar: a previsão é cair de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026.

Para o FMI, os formuladores de políticas devem restaurar as reservas fiscais, preservar a estabilidade de preços e financeira, reduzir a incerteza e implementar reformas estruturais.

No entanto, as estimativas do FMI não leva em consideração, em profundidade, os eventuais efeitos de uma guerra tarifária entre os Estados Unidos e países da Europa.

As estimativas divul-

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	ESTIMATE	PROJECTIONS	
	2025	2026	2027
World Output	3.3	3.3	3.2
Advanced Economies	1.7	1.8	1.7
United States	2.1	2.4	2.0
Euro Area	1.4	1.3	1.4
Germany	0.2	1.1	1.5
France	0.8	1.0	1.2
Italy	0.5	0.7	0.7
Spain	2.9	2.3	1.9
Japan	1.1	0.7	0.6
United Kingdom	1.4	1.3	1.5
Canada	1.6	1.6	1.9
Other Advanced Economies	1.8	2.0	2.1
Emerging Market and Developing Economies	4.4	4.2	4.1
Emerging and Developing Asia	5.4	5.0	4.8
China	5.0	4.5	4.0
India	7.3	6.4	6.4
Emerging and Developing Europe	2.0	2.3	2.4
Russia	0.6	0.8	1.0
Latin America and the Caribbean	2.4	2.2	2.7
Brazil	2.5	1.6	2.3
Mexico	0.6	1.5	2.1
Middle East and Central Asia	3.7	3.9	4.0
Saudi Arabia	4.3	4.5	3.6
Sub-Saharan Africa	4.4	4.6	4.6
Nigeria	4.2	4.4	4.1
South Africa	1.3	1.4	1.5
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.3	4.1	4.1
Low-Income Developing Countries	4.6	5.1	5.1

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, January 2026

Note: For India, data and projections are presented on a fiscal year (FY) basis, with FY 2025/26 (starting in April 2025) shown in the 2025 column. India's growth projections are 6.3 percent for 2026 and 6.5 percent for 2027 based on calendar year.

gadas para a economia brasileira foram na contramão da previsão para o PIB global, e o país foi um dos que sofreram maiores cortes nas suas perspectivas para o ano de 2026. Para o FMI, o PIB brasileiro crescerá 1,6% neste ano - abaixo do 1,9% estimado em outubro do ano passado - e 2,1% em 2027. A piora da previsão para o Brasil ocorre na situação em que a instituição ampliou a estimativa para o crescimento da economia global neste ano de 3,1% para 3,3% em decorrência da expectativa de um aumento do crescimento dos Estados Unidos e da Cima.

Segundo o Fundo, o principal motivo é a política brasileira de juros altos adotada para conter a inflação.

Atualmente em 9,23% ao ano - um dos maiores patamares de taxa real em quase 20 anos, a taxa básica de juros da economia é o principal instrumento do Banco Central (BC) do Brasil para tentar conter as pressões inflacionárias, que tem efeitos, principalmente, sobre a população mais pobre.

Com a decisão de 28 de janeiro do COPOM de manter a taxa Selic em 15% ao ano, o Brasil se mantém no 2º lugar do ranking global de juros reais (quando é descontada a inflação). A taxa projetada em 12 meses recuou de 9,44% para 9,23% -caiu 0,21 ponto percentual. Só a Rússia (9,88%) tem maior juro real que o Brasil. Países



de economia emergente, como Argentina (7,63%) e Turquia (6,45%), têm taxas inferiores à brasileira. A taxa de juros real praticada pelos Estados Unidos é de apenas 1,55% ao ano.

Para 2025, a projeção da expansão do PIB brasileiro foi levemente melhorada, passando de 2,4% para 2,5%. Já para 2027, o crescimento esperado subiu para 2,3%.

Na avaliação do FMI, o Brasil ainda sente os efeitos do aperto monetário, o que limita a expansão da economia no curto prazo, mesmo com alguma melhora prevista para os próximos anos.

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB MUNDIAL x BRASIL 2001/2025 - Em %

Ano	Mundo	Brasil	Ano	Mundo	Brasil
2001	2,49	1,39	2013	3,45	3,01
2002	2,87	3,05	2014	3,56	0,50
2003	4,27	1,14	2015	3,46	-3,55
2004	5,44	5,76	2016	3,26	-3,28
2005	4,78	3,20	2017	3,84	1,32
2006	5,36	3,96	2018	3,63	1,78
2007	5,45	6,07	2019	2,91	1,22
2008	3,05	5,09	2020	-2,69	-3,28
2009	-0,14	-0,13	2021	6,62	4,76
2010	5,36	7,53	2022	3,75	3,02
2011	4,17	3,97	2023	3,51	3,24
2012	3,52	1,92	2024	3,34	3,40
			2025*	3,30	2,50

*2025: Projeções.
Em vermelho: anos em que a economia brasileira cresceu menos do que a média mundial; Em roxo: anos em que a economia brasileira basicamente cresceu no mesmo ritmo da média mundial.
Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/Oct 2024.
Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!

O desempenho brasileiro também ficou abaixo da média regional. Para a América Latina e o Caribe, o FMI projeta crescimento de 2,2% em 2026 e 2,7% em 2027, acima do ritmo esperado para o Brasil.

Já as economias emergentes e em desenvolvimento devem crescer 4,2% em 2026, reforçando o caráter isolado da revisão negativa brasileira no relatório.

ALERTA

Apesar do otimismo global, o FMI alerta que o crescimento mundial está concentrado em poucos países e setores, sobretudo os ligados à inteligência artificial. Caso as expectativas de ganhos de produti-

vidade não se confirmem, o fundo avalia que pode haver correções nos mercados financeiros.

Para o Brasil, a avaliação é de cautela. Mesmo com sinais de melhora nos próximos anos, o custo elevado do crédito segue como o principal freio ao crescimento econômico, segundo o FMI.

Assim como já ocorreu no ano passado, tanto neste ano como no próximo o Brasil teria crescimento econômico inferior ao PIB global, ao dos países emergentes e ao das economias da América Latina.

O Brasil, em 2025, perdeu para a Rússia a 10ª posição no Ranking Global das Maiores Economias:

MAIORES ECONOMIAS EM 2025

Em US\$ milhões correntes

Classif.	País	PIB	Part % Total Mundial
01	Estados Unidos	30.615.743	26,13
02	China	19.398.577	16,56
03	Alemanha	5.013.574	4,28
04	Japão	4.279.828	3,65
05	Índia	4.125.213	3,52
06	Reino Unido	3.958.780	3,38
07	França	3.361.557	2,87
08	Itália	2.543.677	2,17
09	Rússia	2.540.656	2,17
10	Canadá	2.283.599	1,95
11	Brasil	2.256.910	1,93
12	Espanha	1.891.371	1,61
13	México	1.862.740	1,59
14	Coreia do Sul	1.858.572	1,59
15	Austrália	1.829.508	1,56
16	Turquia	1.565.471	1,35
17	Indonésia	1.443.256	1,23
18	Holanda	1.320.636	1,13
18	Arábia Saudita	1.268.535	1,08
19	Polônia	1.039.619	0,89
20	Suíça	1.002.606	0,86
Total Mundial		117.165.394	100,00

*Previsões. Fonte: World Economic Outlook/FMI - Oct 2023
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

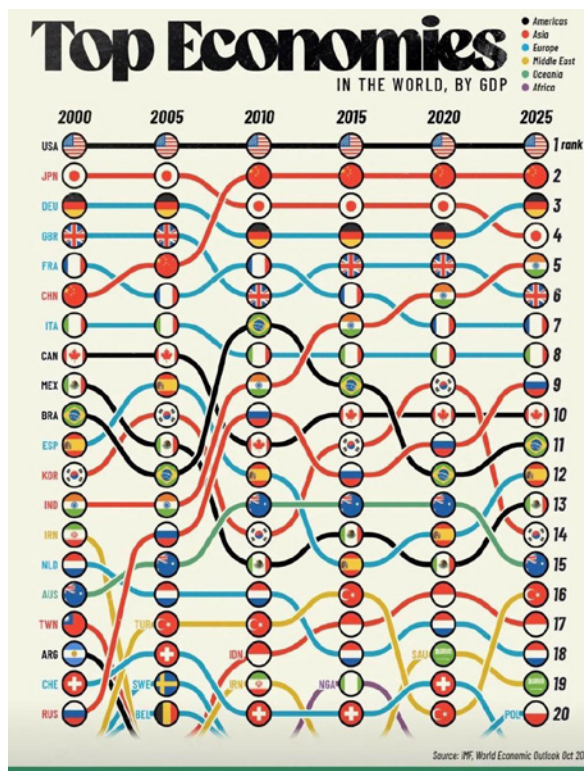
Economia brasileira teve um dos piores desempenhos do mundo durante os últimos 15 anos

De acordo com dados do FMI - Fundo Monetário Internacional, o PIB-Produto Interno Bruto do Brasil durante os últimos quinze anos (2011 a 2025) registrou um dos piores resultados de todo o mundo: acumulou uma perda no período de 13,66% em dólares norte-americanos correntes. Em 2011, totalizava US\$ 2,614,03 bilhões e, segundo estimativas, fechou o ano de 2025 em US\$ 2,256,91 bilhões. Não se pode deixar de registrar, no entanto que, no mesmo período, o país atravessou duas recessões: em 2015

e 2016 no governo Dilma Rousseff e em 2020, durante a pandemia da Covid 19 - acumulando-se uma perda de 10% no PIB.

Outras economias também apresentaram desempenhos até piores, como as do Japão (-31,34%), Irã (-43,00%) e Venezuela (-73,85).

Cabe destacar que, no mesmo período, o crescimento da economia global atingiu 57,94%, os países desenvolvidos registram uma expansão de 46,30% e os países considerados



emergentes e em desenvolvimento - categoria da qual o Brasil faz parte, cresceram 77,86%.

Merece ser considerado, também e de outro lado, alguns outros resultados que podem ser considerados excepcionais, como foi o caso da economia dos Estados que praticamente quase dobrou no período e passando a deter mais de ¼ de toda produção mundial. O tamanho da economia norte-americana em 2011 era cerca de 6 vezes maior do que a brasileira e, atualmente, atinge 14 vezes.

Merecem citação especial os ótimos desempenhos contabilizados das seguintes economias em relação à expansão dos seus PIBs: Índia: +126,28%; China +157,79% e Vietnã +182,95%.

Relativamente à Renda Per Capita, em termos nominais, isto é, sem considerar a inflação verificada, de 2011 a 2025 o Brasil registrou uma queda de 20,62% - enquanto os Estados Unidos expandiram em 79,17%; a Índia quase dobrou - alcançando 94,40% e a China cresceu 144,29% no mesmo período. A estimativa da renda per capita dos brasileiros em 2025 é de US\$ 10.577,86 (era US\$ 13.326,09 em 2011).

Liechtenstein detém a maior renda per capita mundial: US\$ 231.713,06. A dos Estados Unidos, no valor de US\$ 89.598,86, é a 8ª maior.



EVOLUÇÃO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDIAL - 2011/2025

	2011 US\$ Bilhões	Participação no total - %	2025 US\$ Bilhões	Participação no total - %	Varição % no Período
Mundo	74.181,73	100,00	117.165,40	100,00	57,94
Desenvolvidos	46.890,18	63,21	68.598,62	58,55	46,30
Zona do Euro	13.808,53	18,61	17.748,97	15,15	28,54
Alemanha	3.824,16	5,16	5.013,57	4,28	31,10
Austrália	1.515,51	2,04	1.858,57	1,59	22,64
Canadá	1.793,33	2,42	2.283,60	1,95	27,34
Coreia do Sul	1.307,24	1,76	1.858,57	1,59	42,18
Espanha	1.487,31	2,00	1.891,37	1,61	27,17
Estados Unidos	15.599,73	21,03	30.615,74	26,13	96,26
França	2.869,90	3,87	3.361,56	2,87	17,13
Holanda	912,48	1,23	1.320,64	1,13	44,73
Itália	2.306,57	3,11	2.543,68	2,17	10,28
Japão	6.233,15	8,40	4.279,83	3,65	-31,34
Polônia	527,85	0,71	1.039,62	0,89	96,95
Portugal	245,38	0,33	337,94	0,29	37,72
Reino Unido	2.664,72	3,59	3.958,78	3,38	48,56
Suíça	715,86	0,97	1.002,61	0,86	40,06
Turquia	837,92	1,13	1.565,47	1,34	86,83
Emergentes	27.291,54	36,79	48.566,98	41,45	77,96
Arábia Saudita	676,64	0,91	1.268,54	1,08	87,48
Argentina	527,64	0,71	683,37	0,58	29,51
Brasil	2.614,03	3,52	2.256,91	1,93	-13,66
China	7.524,86	10,14	19.398,58	16,56	157,79
Índia	1.823,05	2,46	4.125,21	3,52	126,28
Indonésia	892,97	1,20	1.443,26	1,23	61,62
Irã	625,43	0,84	356,51	0,30	-43,00
México	1.229,01	1,66	1.862,74	1,59	51,56
Rússia	2.046,62	2,76	2.540,66	2,17	24,14
Venezuela	316,48	0,43	82,77	0,07	-73,85
Vietnã	171,31	0,23	484,73	0,41	182,95

*Estimativas. Fonte: World Economic Outlook/2025 - FMI. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento - MercadoComum. Valores em dólares americanos correntes

EVOLUÇÃO DA RENDA PER CAPITA - PAÍSES SELECIONADOS - 2011 a 2025 - Em US\$ correntes

País	2011	2025*	Variação %
Desenvolvidos			
Alemanha	47.637,89	59.925,32	25,79
Austrália	67.289,47	65.946,02	-2,00
Canadá	52.285,82	54.934,84	5,07
Coreia do Sul	26.177,95	35.962,34	37,38
Espanha	31.767,70	38.039,88	19,74
Estados Unidos	50.008,11	89.598,86	79,17
França	44.197,64	48.981,97	10,81
Holanda	54.814,65	73.173,72	33,49
Itália	38.475,82	43.161,20	12,18
Japão	48.760,92	34.713,25	-28,81
Polônia	13.867,86	28.484,67	105,40
Portugal	23.224,22	31.414,53	35,27
Reino Unido	42.106,64	56.660,87	34,57
Suíça	90.961,10	111.046,89	22,08
Turquia	11.289,13	18.197,58	61,20
Emergentes			
Arábia Saudita	28.966,31	35.230,93	30,65
Argentina	12.787,81	14.358,84	12,29
Brasil	13.326,09	10.577,86	-20,62
China	5.651,56	13.806,03	144,29
Índia	1.449,60	2.818,03	94,40
Indonésia	3.690,10	5.074,05	37,50
Irã	8.322,46	4.074,44	-51,04
México	10.554,35	13.966,98	32,33
Rússia	14.310,21	17.445,75	21,91
Venezuela	10.934,28	3.102,94	-71,62
Vietnam	1.949,83	4.744,73	143,34

Fonte: World Economic Outlook/FMI. *Estimativa
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento/MercadoComum



RANKING DA RENDA PER CAPITA MUNDIAL - 2025*

Ordem	País	Valor - US\$
01	Liechtenstein	231.713,06
02	Luxemburgo	146.818,03
03	Irlanda	129.131,78
04	Suíça	111.046,89
05	Islândia	98.149,92
06	Cingapura	94.480,80
07	Noruega	91.883,69
08	Estados Unidos	89.598,86
09	Dinamarca	76.580,72
10	Macau	74.920,67
11	Holanda	73.173,72
12	Qatar	71.441,42
13	Austrália	65.996,02
14	San Marino	65.269,01
15	Suécia	62.036,06
16	Áustria	61.694,03
17	Bélgica	60.417,88
18	Israel	60.008,97
19	Alemanha	59.925,32
20	Hong Kong	56.843,91

Fonte: World Economic Outlook/FMI *Estimativa
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento/MercadoComum

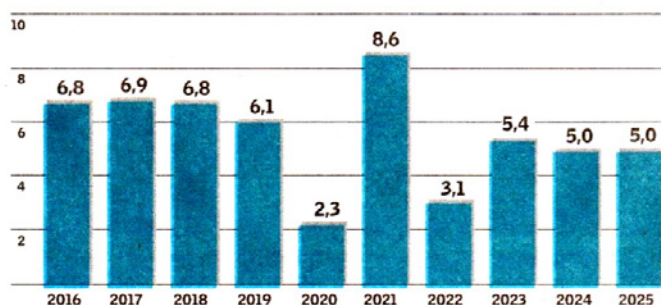
Economia da China cresceu 5% em 2025

No ano passado o PIB-Produto Interno Bruto da China subiu 5%, de acordo com dados divulgados em 20 de janeiro pelo Bureau Nacional de Estatísticas e repetiu o resultado obtido no ano anterior. Apesar de ter atingido a meta de crescimento, a economia chinesa apresentou, de fato, um crescimento anual mais reduzido trimestre após trimestre em 2025, devido a demanda interna ainda estar fraca.

As autoridades agora enfrentam o sério desafio de

PIB da China

Em %



Fonte: National Bureau of Statistics of China. Elaboração: Valor Data

Fonte: Valor

alcançar o objetivo de tornar a China uma economia

moderadamente desenvolvida até 2035, o que exigiria

um crescimento médio de 4,17% na próxima década.

COPOM sinaliza para março o início da flexibilização da política monetária

Em reunião realizada no dia 28 de janeiro, o Comitê de Política Monetária - COPOM decidiu, de forma unânime, manter a taxa básica de juros em 15% ao ano, em consonância com as expectativas predominantes do mercado. A avaliação do cenário econômico pouco se modificou em relação às reuniões anteriores. O comitê destacou que o ambiente externo permanece incerto, a atividade doméstica apresenta moderação compatível com o esperado, o mercado de trabalho ainda demonstra resiliência, a inflação segue em trajetória de arrefecimento, mas acima da meta, e as expectativas inflacionárias continuam desancoradas.

A projeção de inflação para o horizonte relevante de política monetária, agora correspondente ao terceiro trimestre de 2027, foi fixada em 3,2%, um pouco acima da meta de 3%. Os preços livres devem avançar 3,1%, enquanto os administrados devem crescer 3,3%. Como se pode ver, a inflação de preços livres, mais sensíveis ao ciclo econômico, está em torno da meta.

Os membros do Copom alteraram substancialmente o trecho prospectivo do comunicado. A sinalização de “manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado” foi suprimida. No



lugar, o Copom indicou que, em “ambiente de inflação menor e transmissão da política monetária mais evidentes, a estratégia envolve calibração do nível de juros”. Além disso, antevê, “em se confirmando o cenário esperado, iniciar

a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião [agendada para 18 de março]”.

Apesar da sinalização para cortes da Selic, o tom do comunicado foi cauteloso. O comitê enfatizou que

manterá o nível de restrição necessário para assegurar a convergência da inflação à meta e destacou que o compromisso com a estabilidade impõe serenidade quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo.

Juros sobre a dívida pública brasileira batem recorde em 2025, ultrapassam R\$ 1 trilhão – e alcançam 7,91% do PIB

O resultado nominal do setor público consolidado, incluindo primário e juros, foi deficitário em R\$1.062,6 bilhões (8,34% do PIB)

A Dívida Bruta Geral Consolidada – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – atingiu 78,7% do PIB (R\$10,0 trilhões) em 2025

O Banco Central do Brasil divulgou no dia 30 de janeiro os resultados consolidados das contas públicas brasileiras – o que inclui a União, Estados e Municípios.

Como havíamos previsto no início do ano passado, os juros nominais do setor público consolidado brasileiro, apropriados por competência, alcançaram R\$1.007,6 bilhões (7,91% do PIB) em 2025 – e representaram 94,24% de todo o déficit nominal apurado no período de R\$ 1.062,6 bilhões, representando 8,34% do PIB. De outro lado, a Dívida Bruta Geral Consolidada – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – atingiu 78,7% do PIB (R\$10,0 trilhões) em 2025.

A íntegra do comunicado do Banco Central é a seguinte:

1. RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou em 2025 déficit primário de R\$55,0 bilhões (0,43% do PIB), ante déficit de R\$47,6 bilhões



(0,40% do PIB) em 2024. No ano, o déficit primário do Governo Central atingiu R\$58,7 bilhões (0,46% do PIB), elevando-se em comparação ao resultado de 2024, déficit de R\$45,4 bilhões (0,39% do PIB). Os Governos Regionais permaneceram superavitários, em termos primários, tanto em 2024, R\$5,9 bilhões (0,05% do PIB), quanto em 2025, R\$9,5 bilhões (0,07% do PIB).

Em dezembro, o setor público consolidado foi superavitário em R\$6,3 bilhões, ante superávit de R\$15,7 bilhões no mesmo mês de 2024. No mês, houve superávits de R\$21,6 bilhões no Governo Central e de R\$4,5 bilhões nas empresas estatais, e déficit de R\$19,8 bilhões nos governos regionais.

Os juros nominais do setor público consolidado,

apropriados por competência, alcançaram R\$1.007,6 bilhões (7,91% do PIB) em 2025, comparativamente a R\$950,4 bilhões (8,07% do PIB) em 2024. Em dezembro, os juros nominais somaram R\$121,8 bilhões, comparativamente a R\$96,1 bilhões em dezembro de 2024. Contribuíram para essa elevação interanual os aumentos da taxa Selic e do estoque do endividamento líquido no período.

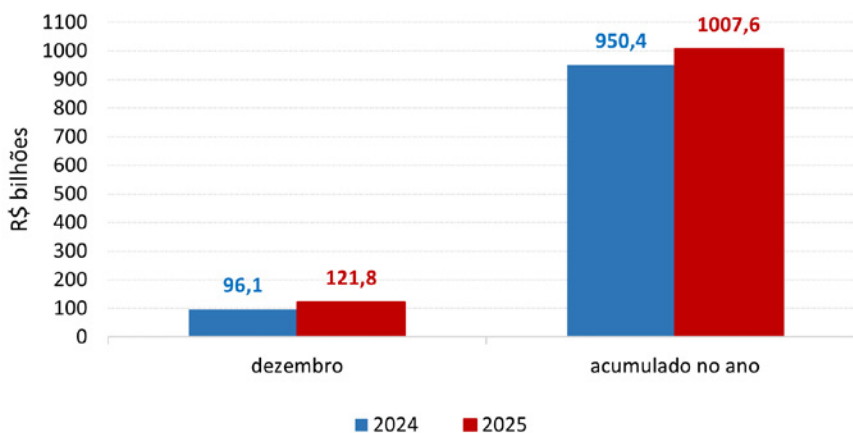
O resultado nominal do setor público consolidado, incluindo primário e juros, foi deficitário em R\$1.062,6 bilhões (8,34% do PIB) em 2025, ante déficit nominal de R\$998,0 bilhões (8,47% do PIB) em 2024. Em dezembro, o resultado nominal foi deficitário em R\$115,5 bilhões, comparativamente a déficit de R\$80,4 bilhões em dezembro de 2024.

A redução de 0,13 p.p. do PIB no déficit nominal em 2025 decorreu da redução dos juros nominais apropriados no ano, uma vez que o déficit primário apresentou ligeira elevação (0,03 p.p. do PIB). Ressalte-se que a redução nos juros nominais em 2025 foi a primeira após sequência de 4 (quatro) elevações anuais, tendo contribuído para isso a evolução favorável do resultado das operações de swap cambial no período (ganho de R\$105,9 bilhões, em 2025, e perda de R\$115,9 bilhões, em 2024).

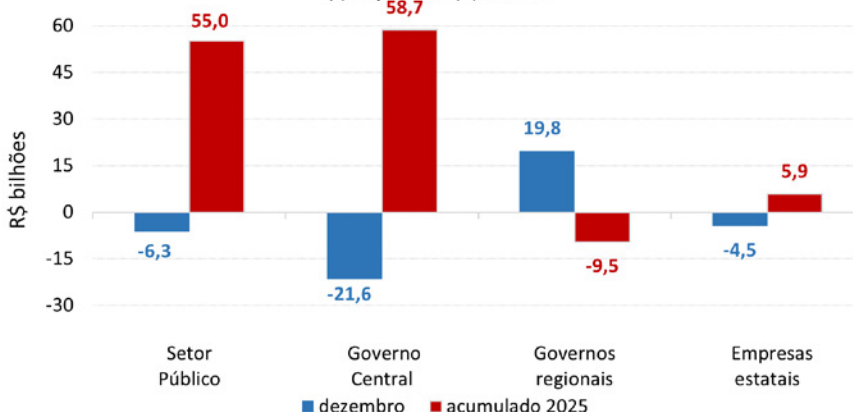
2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 65,3% do PIB (R\$8,3 trilhões) em 2025, elevando-se 4,0 p.p. do PIB no ano. Essa elevação refletiu, em especial, os impactos dos juros nominais apropriados (+7,9 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 11,1% (+1,3 p.p.), do déficit primário do período (+0,4 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-1,1 p.p.) e da variação do PIB nominal (-4,6 p.p.).

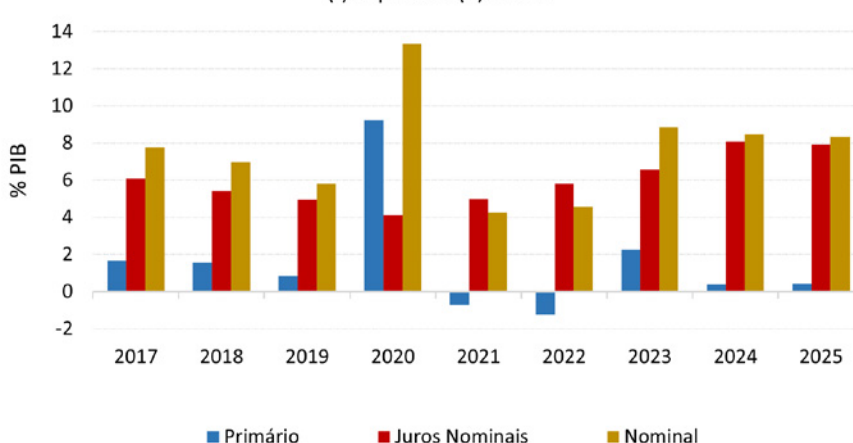
Juros nominais - Setor público consolidado
(-) Superávit (+) Déficit



Resultado primário
(-) Superávit (+) Déficit

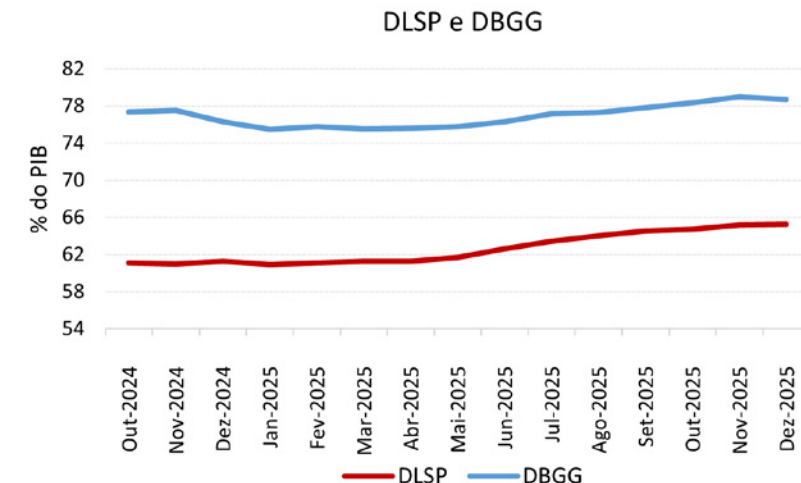


NFSP
(-) Superávit (+) Déficit



Em dezembro a relação DLSP/PIB elevou-se 0,1 p.p. do PIB, evolução que refletiu os impactos dos juros nominais apropriados (1,0 p.p.), da desvalorização cambial de 3,2% no mês (-0,3 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.), e dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,1 p.p.).

A DBGG – que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais – atingiu 78,7% do PIB (R\$10,0 trilhões) em 2025, elevando-se, no ano, 2,4 p.p. do PIB. Essa evolução refletiu, principalmente, os impactos da incorporação de juros no-



minais (+8,9 p.p.), do reconhecimento de dívidas (+0,2 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-5,7 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,5 p.p.), das emissões líquidas

de dívida (-0,3 p.p.), e dos demais ajustes da dívida externa (-0,2 p.p.).

Em dezembro a relação DBGG/PIB reduziu-se 0,3

p.p. do PIB, refletindo, sobretudo, os resgates líquidos de dívida (-0,7 p.p.), o efeito da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.), e os juros nominais apropriados (0,8 p.p.).

Dívida Pública brasileira supera a média dos países emergentes

A dívida pública global atingiu o recorde de US\$ 102 trilhões em 2024 - último dado disponível, de acordo a UNCTAD e deverá atingir 100% do PIB até 2029, segundo o FMI.

O FMI-Fundo Monetário Interno utiliza-se de metodologia e parâmetros diferentes dos usados pelo Banco Central do Brasil, quando os indicadores brasileiros sempre costumam ser inferiores aos adotados por aquela instituição.

A seguir, apresentamos as estimativas dos saldos para o final de 2025, quando o Japão lidera com o maior nível de endividamento global, atingindo 230% do seu PIB-Produto Interno Bruto,





DÍVIDA BRUTA X DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO RASILEIRO EM RELAÇÃO AO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - Em % - 2001/2025

Ano	Dívida Bruta	Dívida Líquida
2001	67,3	50,2
2002	76,1	59,2
2003	71,5	55,2
2004	68,0	48,9
2005	67,0	46,2
2006	55,5	46,5
2007	56,7	44,5
2008	56,0	37,6
2009	59,2	40,9
2010	51,8	38,0
2011	51,3	34,5
2012	53,7	32,2
2013	51,5	30,5
2014	56,3	32,0
2015	65,5	35,6
2016	69,8	46,1
2017	73,7	51,4
2018	75,3	52,8
2019	74,4	54,7
2020	86,9	61,4
2021	77,3	55,1
2022	71,7	56,1
2023	73,8	60,4
2024	76,3	61,5
2025*	78,7	65,3

Dívida Pública Consolidada - União, Estados e Municípios
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

cabendo uma ressalva: o fato de o Banco Central japonês deter cerca de 50% do estoque em títulos emitidos pelo próprio governo.

Para o FMI, o endivi-



BRASIL - RESULTADO PRIMÁRIO X RESULTADO NOMINAL X JUROS PAGOS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - Em % - 2001/2025

Ano	Resultado Primário	Juros sobre a Dívida	Déficit Nominal
2001	3,2	6,6	3,4
2002	3,2	7,6	4,4
2003	3,2	8,4	5,2
2004	3,7	6,6	2,9
2005	3,7	7,2	3,5
2006	3,2	6,7	3,6
2007	3,2	6,0	2,7
2008	3,3	5,3	2,0
2009	1,9	5,2	3,2
2010	2,6	5,0	2,4
2011	2,9	5,4	2,5
2012	2,2	4,4	2,3
2013	1,7	4,7	3,0
2014	-0,3	5,7	6,0
2015	-1,9	8,3	10,2
2016	-2,5	6,5	9,0
2017	-1,7	6,1	7,8
2018	-1,5	5,5	7,0
2019	-0,8	5,0	5,8
2020	-9,2	4,1	13,3
2021	0,7	5,0	4,3
2022	1,2	5,8	4,6
2023	-2,3	6,6	8,8
2024	-0,4	8,0	8,3
2025*	-0,4	7,9	8,5

Contas consolidadas do Governo Geral
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

damento público brasileiro alcançou em 2025 o equivalente a 91,42% superior ao PIB - percentual mais elevado do que a média de 72,69% dos países considerados emergentes

e em desenvolvimento, categoria da qual faz parte. Mas no Brasil a situação é pior, porque sobre uma dívida pública cada vez mais crescente incide uma das maiores taxas de



MUNDO - DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO 2025* - EM %

Economias Avançadas	110,25
Economias Emergentes	72,69
Países Selecionados:	
Japão	229,57
Itália	136,84
Estados Unidos	125,05
França	116,51
Canadá	113,94
Reino Unido	108,36
Espanha	100,40
China	96,26
Brasil	91,42
Portugal	90,95
Índia	81,36
Argentina	78,84
Malásia	70,44
Alemanha	64,42
Polônia	60,02
México	58,86
Coreia do Sul	53,37
Austrália	51,04
Holanda	44,04
Chile	42,74
Indonésia	40,83
Suíça	36,88
Irã	35,58
Vietnam	32,05
Arábia Saudita	29,21
Turquia	24,29
Rússia	23,05

*Estimativa / Países selecionados. Fonte: World Economic Outlook 2025
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento/MercadoComum

juros do mundo

Para o governo brasileiro e segundo o Tesouro Nacional, a dívida pública consolidada/PIB deve atingir 83,6%

O crescimento econômico global continua demonstrando notável resiliência, apesar das significativas interrupções comerciais lideradas pelos EUA e da crescente incerteza



O economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, destacou a resiliência da economia mundial, mesmo após as tensões comerciais e tarifárias registradas em 2025.

“A economia global está se livrando dos distúrbios comerciais e tarifários e se saindo melhor do que esperávamos”, disse.

Publicamos, a seguir, artigo de autoria de Tobias Adrian - Conselheiro de Finanças e Diretor do Departamento de Mercado Monetário e de Capitais do FMI e de Pierre-Olivier Gourinchas - Conselheiro Econômico e Diretor do Departamento de Estudos do FMI sobre a atuação situação econômica global e as suas perspectivas.

“O crescimento econômico global continua demonstrando notável resiliência, apesar das significativas interrupções comerciais lideradas pelos EUA e da crescente incerteza. Nossas projeções mais recentes indicam que o crescimento global se manterá estável em 3,3% neste ano, uma revisão para cima de 0,2 ponto percentual em comparação com as estimativas de outubro, com a maior parte da melhoria atribuída aos Estados Unidos e à China. Destaque para as projeções atuais que permanecem praticamente inalteradas em relação ao ano anterior; à medida que a economia global se recupera do impacto imediato do choque tarifário.

Essa força surpreendente reflete uma confluência

de fatores, incluindo a redução das tensões comerciais, estímulos fiscais maiores do que o esperado, condições financeiras favoráveis, a agilidade do setor privado em mitigar as interrupções comerciais e a melhoria dos quadros políticos, especialmente nas economias de mercado emergentes.

Outro fator crucial para essa resiliência é o contínuo aumento dos investimentos no setor de tecnologia da informação, especialmente em inteligência artificial. Embora a atividade manufatureira permaneça moderada, o investimento em TI como percentual da produção econômica dos EUA atingiu o nível mais alto desde 2001, impulsionando significativamente o investimento e a atividade

empresarial em geral. Apesar desse crescimento expressivo em TI estar concentrado nos Estados Unidos, ele também está gerando impactos positivos em nível global, principalmente nas exportações de tecnologia da Ásia.

AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS IMPULSIONAM A EXPANSÃO

O boom de investimentos em TI reflete o otimismo das empresas e dos mercados em relação ao potencial transformador das recentes inovações tecnológicas — em automação e IA — para gerar ganhos consideráveis de produtividade e aumentar os lucros. Desde o final de 2022, coincidindo com a introdução das primeiras ferramentas de IA generativa amplamente utilizadas, os preços das ações subiram acentuadamente.

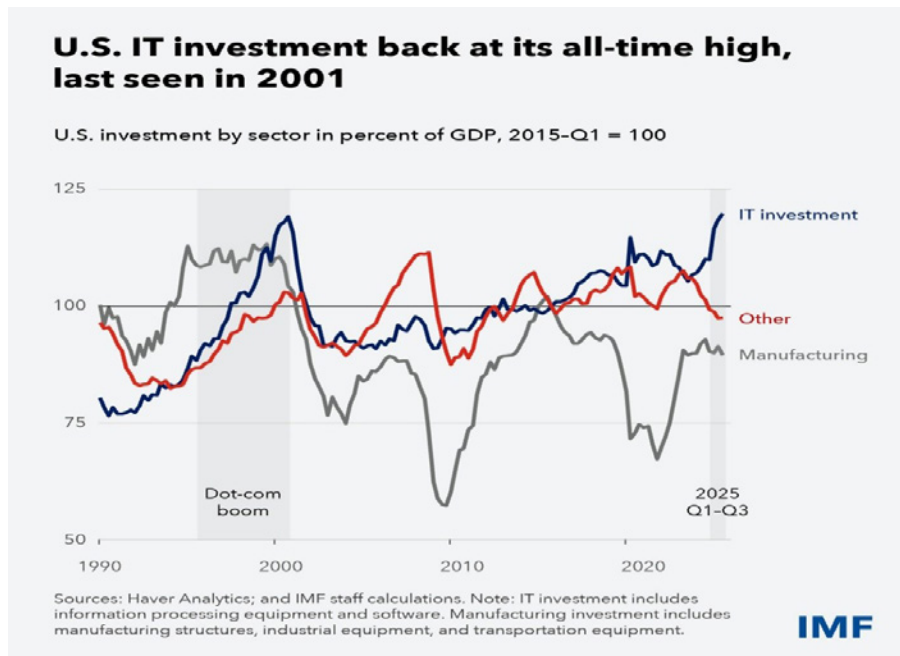
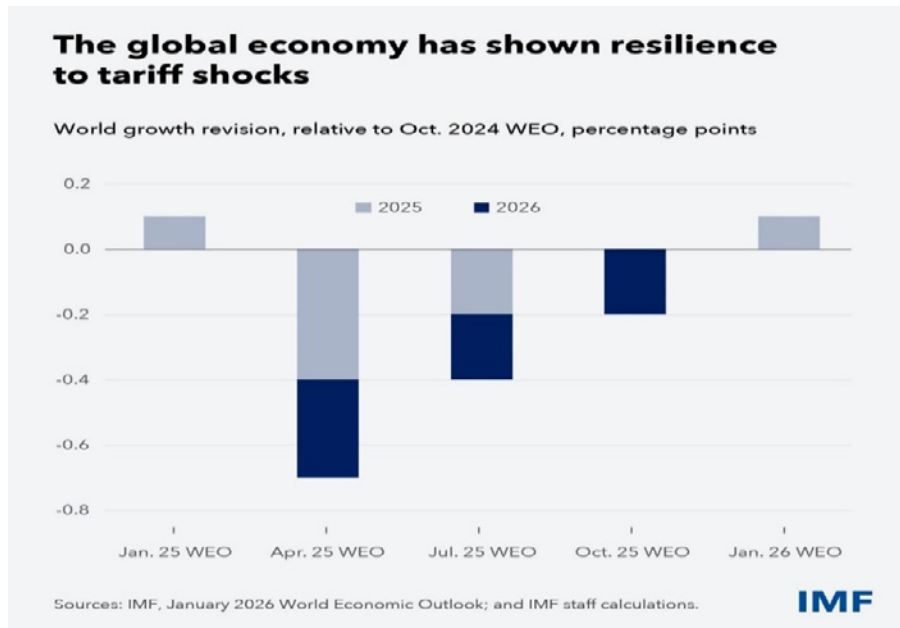
Condições financeiras favoráveis e lucros robustos têm sustentado a alta dos preços das ações e ajudado a financiar novos investimentos. Mas, à medida que a expansão se acelera, o financiamento por dívida está se tornando mais comum, aumentando a alavancagem. Essa mudança introduz riscos consideráveis: uma maior alavancagem pode

amplificar choques caso os retornos não se materializem ou se as condições financeiras em geral se tornem mais restritivas, impactando negativamente as empresas e aumentando as preocupações com possíveis efeitos colaterais no sistema financeiro como um todo.

Além disso, a rentabilidade pode tornar-se sensível às premissas relativas aos cronogramas de depreciação de processadores avançados. Atualizações frequentes de equipamentos irão comprimir as margens de lucro, impactar negativamente os resultados e exigir financiamento adicional significativo por meio de dívida. Esses fatores ressaltam a importância do monitoramento do acúmulo de alavancagem e seu potencial para amplificar as vulnerabilidades.

LIÇÕES DA ERA PONTO-COM

A comparação com o boom da internet de 1995-2000 é instrutiva. Embora o investimento em TI como porcentagem do produto interno bruto seja, em geral, semelhante aos níveis daquela época, o crescimento recente tem sido mais gradual, acelerando acentuadamente apenas no ano passado. Além disso, embora as avaliações de mercado em relação à produção econômica tenham se expandido a um ritmo semelhante em ambos os períodos, o aumento dos índices preço/lucro tem sido mais modesto no boom atual, dado o desempenho mais robusto dos lucros.



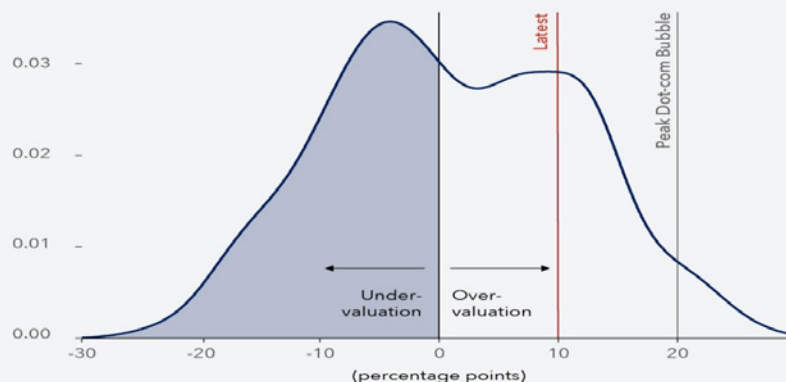
Em geral, nossa análise sugere que a potencial sobrevalorização do amplo índice de ações nos Estados Unidos é de apenas cerca de metade daquela observada durante a bolha das empresas ponto-com. Dito isso, a vulnerabilidade geral do crescimento

macroeconômico global a uma reprecificação das ações de tecnologia pode ser substancial por três motivos. Primeiro, a alta dos preços das ações nos últimos anos foi impulsionada predominantemente pelo

setor de tecnologia, em particular pelas ações relacionadas à IA, e esse grupo específico se tornou um dos principais motores do índice. Segundo, muitas empresas essenciais relacionadas à IA não estão atualmente listadas em bolsas de valores. Seus empréstimos po-

Broad equity index overvaluation well below historical peaks such as the dot-com bubble

Kernel density of historical valuation for S&P 500



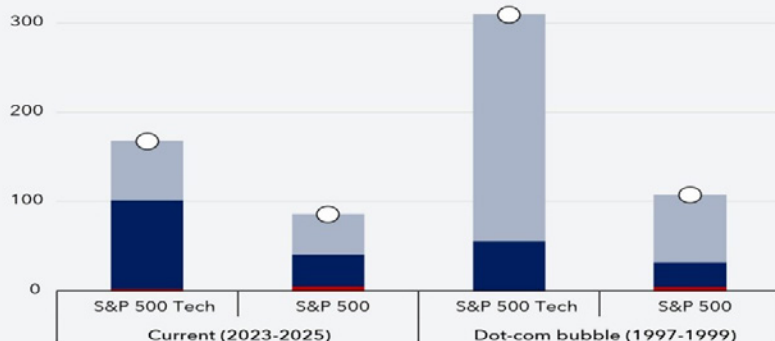
Sources: Bloomberg; LSEG DataStream; and IMF staff calculations. Note: Kernel density shows model estimation errors (percent difference between actual and fair value estimates, since 1995). Estimates are based on an extended equity valuation model. See Figure 1.3.3 of the October 2025 Global Financial Stability Report for details.

IMF

Recent rise in stock prices was supported predominantly by robust earnings

Decomposition of cumulative returns, percent

■ Dividends ■ Earnings ■ Valuation (P/E) ○ Total return



Sources: LSEG DataStream; and IMF staff calculations. Note: S&P 500 Tech is S&P 500 Information Technology Sector GICS Level 1 Index.

IMF

dem ter consequências que não foram vistas durante a era da bolha da internet. Terceiro, a capitalização de mercado é agora muito maior em relação à produção, passando de 132% em 2001 para 226% atualmente nos Estados Unidos; portanto, mesmo uma corre-

ção mais modesta poderia ter um efeito considerável no consumo geral.

RISCOS PARA AS PERSPECTIVAS

Olhando para o futuro, o atual boom tecnológico traz consigo importan-

tes riscos, tanto positivos quanto negativos, para a economia global. No lado positivo, a IA poderá começar a cumprir suas promessas de produtividade, elevando a atividade econômica dos EUA e global em 0,3% este ano, em relação à projeção anterior.

Por outro lado, as empresas de IA podem não conseguir gerar lucros compatíveis com suas altas avaliações, e o sentimento dos investidores pode azedar. Para referência, um cenário em nossa Perspectiva Econômica Mundial - World Economic Outlook de outubro de 2025 — que incluía uma correção moderada nas avaliações das ações de IA com um aperto das condições financeiras — reduz o crescimento global em 0,4% em relação à linha de base. Isso poderia ter consequências de longo alcance se o investimento real nos setores de tecnologia cair mais acentuadamente, desencadeando uma custosa realocação de capital e mão de obra. Combinado com ganhos de produtividade total dos fatores menores do que o esperado e uma correção mais significativa nos mercados de ações, as perdas de produção global poderiam aumentar ainda mais, concentradas em regiões com forte presença tecnológica, como os Estados Unidos e a Ásia.

Dado o aumento da participação estrangeira em ações americanas ao longo da última década, essa forte correção também pode desencadear perdas significativas de riqueza fora dos Estados Unidos e afetar negativamente o consumo, espalhando a recessão globalmente. Mesmo economias com pouca exposição à tecnologia, incluindo muitos países de baixa renda e alto endividamento, seriam afetadas por impactos negativos na demanda externa e por custos mais

elevados de empréstimos externos.

Esses riscos negativos surgem em um momento de acentuada incerteza geopolítica, aumento do uso de controles de exportação sobre insumos críticos e restrições comerciais, além da redução do espaço fiscal em muitos países. Isso pode interagir com qualquer reavaliação do crescimento da produtividade relacionada à IA e com a reprecificação de ativos de risco de forma auto-reforçadora.

POLÍTICA PARA ESTABILIDADE, DISCIPLINA E INCLUSÃO

Com a valorização de ativos em patamares elevados, o financiamento por dívida em ascensão e a incerteza em níveis elevados, uma supervisão prudencial rigorosa é essencial para salvaguardar a estabilidade financeira. A supervisão e a regulamentação devem assegurar padrões robustos de concessão de crédito por parte de bancos e instituições não bancárias, especialmente aquelas expostas ao setor tecnológico. Devem ser respeitadas as normas internacionalmen-

te acordadas sobre capital e liquidez bancária. Os decisores políticos devem estar preparados para implementar planos de contingência para diversos riscos.

A política monetária enfrenta um delicado equilíbrio. Se o boom tecnológico continuar, poderá pressionar as taxas de juros neutras reais para cima — como ocorreu durante a era da bolha da internet — exigindo um aperto na política monetária. Isso reduziria o espaço fiscal, especialmente em países que não se beneficiam do crescimento impulsionado pela inteligência artificial.

Caso o cenário mais desfavorável se concretize, o rápido declínio da demanda agregada exigirá uma redução imediata das taxas de juros.

O diagnóstico e a calibração adequados da política monetária para alcançar a estabilidade de preços exigem que os bancos centrais atuem dentro de seus mandatos. A independência do banco central continua sendo fundamental para a estabilidade monetária e fi-

nanceira e para o crescimento econômico, protegendo a credibilidade da política monetária e ancorando as expectativas de inflação.

No âmbito fiscal, os governos devem renovar os esforços para reduzir a dívida pública e restaurar o espaço fiscal onde for necessário.

O impacto desigual da IA sobre os trabalhadores é outra consideração importante. Embora a inovação impulsione o crescimento, ela corre o risco de eliminar empregos e reduzir os salários de certos segmentos da força de trabalho. As políticas devem se concentrar em reduzir as barreiras à adoção, ajudar os trabalhadores a investir nas habilidades certas, apoiar a mobilidade profissional por meio de programas específicos e manter mercados competitivos para facilitar a entrada e garantir que os benefícios da inovação sejam amplamente compartilhados.

ATO DE EQUILÍBRIO

O crescimento global tem demonstrado uma re-

siliência impressionante em meio às interrupções comerciais, mas isso mascarou fragilidades subjacentes ligadas à concentração de investimentos no setor de tecnologia. E os efeitos negativos das interrupções comerciais sobre o crescimento provavelmente se acumularão ao longo do tempo.

O investimento impulsionado pela IA oferece um potencial transformador, mas também introduz riscos financeiros e estruturais que exigem vigilância. O desafio para os formuladores de políticas e investidores é equilibrar o otimismo com a prudência, garantindo que o atual crescimento tecnológico se traduza em um crescimento sustentável e inclusivo, em vez de mais um ciclo de expansão e recessão. Isso é especialmente relevante em um ambiente marcado por tensões geopolíticas crescentes e ameaças cada vez maiores às estruturas institucionais, o que torna a implementação de boas políticas mais desafiadora. (Fonte: FMI - World Economic Outlook - 19 janeiro 2026)

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós-graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros - 2.336 páginas, intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".



É proibido sonhar no Brasil

Jayme Vita Roso

Advogado, escritor e ambientalista

Aproxima-se a data em que JK completou setenta anos de sua permanência na Presidência do Brasil!

E, como vivi “os anos dourados”, nada mais me proíbe de trazer aos contemporâneos o que me marcou, no coração, esse período, difícil e glorioso.

1 – JK foi coerente em o que pregou em sua campanha eleitoral, à Presidência da República, interiorização do país e desenvolvimento, propondo e, depois cumprindo, “cinquenta anos em cinco”.

Um pouco de história ...

JK (1902-1976) galgou todos os andares que a vida lhe proporcionou, com dignidade e com galhardia, sobretudo humildade absorvida no Seminário de Diamantina, os momentos adversos que sua trajetória lhe apresentou e confrontou. E teve ocasião, em 1966, na New York, fulgurante da época, de manter um respeitoso diálogo e ver, como as rugas, nos ensinam a ser disciplinados e pausados.

2 – Vivi como se comportou como prefeito de Belo Horizonte. Como alcaide, remodelou a cidade e empregou o talento de Oscar Niemeyer (1907 – 2012): encarregou-o do “Conjunto Arquitetônico da Pampulha”, que, aí está, para ser usufruído, por toda a população democraticamente, JK visava a modernização de BH (hoje está tombada a Pampulha).

3 – Vivi JK como governador de Minas Gerais. Embora médico, hábil político, venceu o consagrado Bias Fortes nas prévias do PSD para escolha do candidato do partido e, sendo eleito fincou seu governo em energia e transporte, criando a Cemig, investindo em rodo-



vias (não se esqueça que a extensão territorial do Estado de Minas Gerais é bem maior que muitos países), cumprindo o que lhe foi capaz e possível, num período (1951-1955), quando o Brasil teve o Governo de Getúlio Vargas sacudido por acontecimentos políticos, simplesmente vergonhosos (que pena Getúlio Vargas voltar à cena, quando já idoso, para atender reclames políticos).

4 – Vivi a escolha de JK na eleição disputada por vários candidatos de cores e ideologias políticas até contrastantes e que ele suplantou o General Juarez Távora, com margem folgada (1956-1961). Também, no exercido da Presidência, cumpriu sua promessa: interiorizar o país, levando a Capital para o sertão goiano, com a construção de Brasília. E que odisséia ... Vivi, assistindo caminhões indo para a obra em progresso até carregar tijolos (correu notícias de materiais de construção serem transportados de avião).

Recordando que Niemeyer (1902 – 1998) compartilhou com Lucio Costa,

arquiteto, urbanista e professor universitário (francês de nascimento).

5 - Vivi o governo de JK, na Presidência, açoitado pela agremiação partidária União Democrática Nacional (UDN), inconformada com a derrota nas urnas de seu candidato, General Juarez Távora.

Ressalto que a UDN sabia fazer, como fez, oposição guiada por experientes e talentosos políticos, ao longo de sua existência gremial (1945 – 1965), tendo realce Carlos Lacerda, mas também havia liberais, como os irmãos Virgílio Arinos de Melo Franco e Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos e Odílio Braga (grandes caciques da política mineira).

6 – Vivi, por fim, a tragédia que JK participou, porque a Revolução de 1964 via nele um adversário de gabarito e que, mesmo sendo eleito Senador por Goiás (1961 – 1964), foi caçado e exilado. Voltou, espontaneamente, ao Brasil, para retornar em seguida ao exterior, uma vez que não estava mais confortável no país. Deixo gravado que JK teve ligação histórica com Goiás, quando candidato prometeu e cumpriu construir Brasília.

Então sobram motivos para recordar o “Presidente bossa nova” (Juca Chaves), que teve no poeta Augusto Frederico Schimdt criador do slogan “cinquenta anos em cinco” e, ofereceu um plano de metas realista, com 31 metas verticais, ressaltando energia, transporte, educação, indústria de base, e, com a construção da nova capital, a meta mais importante.

E JK sonhou e seus sonhos foram dourados, mas pagou o preço de ser patriota e colocar o Brasil acima de qualquer outra consideração.

Mercado de minério de ferro entra em 2026 sob pressão e acende alerta para arrecadação da CFEM

Com preços do minério projetados abaixo de US\$ 100 em 2026, a arrecadação do royalty tende a operar sob maior pressão, exigindo cautela fiscal dos municípios mineradores e afetados, avalia a AMIG Brasil

Após um ciclo marcado por elevada volatilidade, o mercado global de minério de ferro caminha para 2026 sob um cenário de preços mais pressionados, demanda ainda enfraquecida e aumento da oferta internacional. Para o Brasil — segundo maior produtor mundial e altamente dependente da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) —, o momento exige atenção redobrada por parte de estados e municípios mineradores e afetados. A análise foi apresentada no Boletim Econômico produzido e divulgado pela AMIG Brasil – Associação Brasileira dos Municípios Mineradores, publicado nesta terça-feira, 13 de janeiro.

Em 2025, o país arrecadou aproximadamente R\$ 7,9 bilhões em CFEM, crescimento de pouco mais de 6% em relação a 2024, quando a receita somou R\$ 7,4 bilhões. O minério de ferro manteve sua posição como principal fonte da compensação, respondendo por cerca de 70% do total arrecadado, o que reforça o grau de exposição fiscal dos entes públicos às oscilações desse mercado.

Apesar do avanço da arrecadação, o desempenho de 2025 ocorreu em um ambiente de queda nos preços internacionais do minério. A cotação média do produto com teor de 62% de ferro ficou em US\$ 101,98 por tonelada, retração de 7,6% em relação a 2024, quando o valor médio foi de US\$ 110,34.

Ao se observar um horizonte mais amplo, entre 2020 e 2025, o minério



de ferro acumulou uma perda aproximada de 7,5%, mesmo considerando a forte valorização registrada em 2021, período marcado pelos efeitos da pandemia, quando as cotações atingiram os níveis mais elevados da série histórica.

Somente no segundo trimestre de 2025, o minério acumulou uma queda de 6,5%, com a menor cotação registrada em junho, quando o preço encerrou o mês em torno de US\$ 95,20 por tonelada, evidenciando a tendência de acomodação do mercado em patamares mais baixos.

CÂMBIO AMENIZOU PERDAS, MAS NÃO ELIMINA RISCOS ESTRUTURAIS

Um fator decisivo para sustentar a arrecadação da CFEM em 2025 foi o comportamento do câmbio. Apesar da queda dos preços internacionais, a valorização do dólar atuou como elemento de compensação. A moeda norte-americana encerrou o ano cotada a R\$ 5,59, acima dos R\$ 5,39

registrados em 2024.

Esse movimento contribuiu para mitigar parte dos impactos negativos sobre a geração de receitas, reduzindo os efeitos da retração dos preços do minério sobre a base de cálculo da CFEM.

“O câmbio funcionou como um amortecedor importante em 2025. Mesmo com a queda do preço internacional do minério, a valorização do dólar ajudou a preservar a arrecadação, especialmente nos municípios mineradores. No entanto, esse é um fator conjuntural, que não elimina os riscos estruturais do mercado para os próximos anos”, avalia Luciana Mourão, consultora econômica da AMIG Brasil.

PROJEÇÕES PARA 2026 INDICAM NOVO CICLO DE AJUSTE

As projeções para 2026 reforçam a leitura de um mercado mais desafiador. Estimativas recentes elaboradas a partir do consenso de analistas internacionais, sistematizadas pela consultoria GMK Center, indicam



que o preço médio anual do minério de ferro na China deverá recuar para cerca de US\$ 94 por tonelada.

Esse patamar representa uma queda aproximada de 7% em relação à média de 2025, de cerca de US\$ 101 por tonelada, consolidando um movimento de ajuste após os picos observados nos anos anteriores.

As estimativas, contudo, apresentam variações relevantes entre instituições. O banco global Citi projeta um cenário mais conservador, com preços em torno de US\$ 85 por tonelada, enquanto a Vale trabalha com uma estimativa de até US\$ 100 por tonelada. O banco de investimento Goldman Sachs prevê preço médio de US\$ 93, enquanto o banco mundial J.P. Morgan e a instituição financeira BMI apontam US\$ 95, e a agência de classificação de risco Fitch Ratings estima US\$ 90 por tonelada.

No mercado futuro, os contratos negociados na Bolsa de Singapura, com vencimento em dezembro de 2026, estão sendo cotados em torno de US\$ 95 por tonelada, sinalizando a expectativa predominante dos agentes para o período.

Segundo análises do GMK Center, valores próximos a US\$ 94 por tonelada são considerados sensíveis do ponto de vista econômico, pois se

aproximam do ponto de equilíbrio para diversos produtores globais, sobretudo aqueles com custos operacionais mais elevados.

“Quando o minério opera próximo do ponto de equilíbrio, qualquer choque adicional — seja de demanda, oferta ou câmbio — pode gerar impactos significativos sobre a produção e, conseqüentemente, sobre a arrecadação pública. Para os municípios dependentes da CFEM, isso exige planejamento e cautela”, destaca Luciana Mourão.

OFERTA CRESCENTE E DEMANDA CHINESA SEGUEM NO RADAR

Entre os principais fatores que sustentam esse cenário de preços mais baixos está a demanda ainda enfraquecida por aço na China, principal mercado consumidor mundial de minério de ferro. A recuperação do setor imobiliário chinês segue limitada, reduzindo o ritmo de consumo do insumo.

Além disso, o mercado se prepara para a entrada em operação do projeto Simandou, na Guiné, que deverá adicionar cerca de 20 milhões de toneladas de minério de ferro de alta qualidade e baixo custo ao mercado internacional, aumentando a oferta global.

Outro fator relevante é a expectati-

va de que a China implemente, a partir de janeiro de 2026, um sistema de licenciamento para exportações de aço, o que pode resultar em redução da produção siderúrgica e, por consequência, da demanda por minério de ferro.

Os analistas também alertam que, embora possa haver alguma sustentação de preços no primeiro semestre de 2026, existe a possibilidade de nova pressão de baixa no segundo semestre, com cotações podendo se aproximar de US\$ 90 por tonelada.

IMPACTOS DIRETOS SOBRE A CFEM E FINANÇAS LOCAIS

Diante desse contexto, o cenário projetado para 2026 reforça a necessidade de prudência no planejamento orçamentário dos entes públicos, especialmente daqueles cuja arrecadação é fortemente influenciada pela CFEM.

A combinação entre preços internacionais mais baixos, incertezas quanto à demanda global e oscilações cambiais poderá impactar diretamente as receitas municipais, exigindo acompanhamento constante do mercado e estratégias de mitigação de riscos fiscais.

“A CFEM é extremamente sensível ao ciclo das commodities. Um cenário de preços mais baixos em 2026 tende a pressionar as receitas, sobretudo se não houver um movimento compensatório do câmbio. Por isso, é fundamental que estados e municípios evitem decisões baseadas em picos de arrecadação e adotem uma postura mais conservadora”, conclui Luciana Mourão.

A AMIG Brasil alerta que, em um ambiente global cada vez mais volátil, o desempenho do mercado de minério de ferro em 2026 deverá funcionar como um teste importante para a sustentabilidade fiscal das regiões mineradoras brasileiras — reforçando a urgência de diversificação econômica e planejamento de longo prazo.

De “segunda mão” a referência em qualidade a China transformou o significado do “Made in China”

Como a rivalidade com os EUA e o investimento massivo em tecnologia transformaram o estigma de produtos chineses

Por muito tempo, “Made in China” foi associado a produtos baratos e qualidade duvidosa. Esse estigma não desapareceu de uma hora para outra, mas perdeu força. Hoje, o consumidor não pergunta mais se o produto é chinês; quer saber se funciona, se dura e se entrega o que promete. Essa mudança acompanha a própria transformação da China, que deixou de ser apenas uma produtora de baixo custo para ocupar um papel central em tecnologia, automação industrial e inovação.

O processo teve início com a integração mais profunda da China às cadeias globais de produção e comércio, um movimento acelerado a partir da entrada do país na OMC (Organização Mundial do Comércio) em 2001, que facilitou fluxos de investimento estrangeiro e a absorção de tecnologia por meio da cooperação com multinacionais e transferência de conhecimento.

Para Felipe Teixeira, CEO da Ningbo BR GOODS, empresa com sede na China, a mudança foi tanto estrutural quanto cultural: “O foco do governo e das empresas chinesas deixou de ser apenas competir em preço. Passou a ser competir em valor: políticas públicas consistentes em inovação, P&D e digitalização industrial criaram um ambiente em que a qualidade deixou de ser secundária e se tornou essencial dentro da cadeia produtiva”.

Dados oficiais confirmam esse movimento. Em 2024, a China superou os Estados Unidos no número de pedidos de patentes internacionais registrados, com cerca de 69,6 mil solicitações, contra 55,7 mil dos americanos, segundo a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO). O investimento em pesquisa e desenvolvimento também segue em alta. Relatórios recentes indicam que o gasto



chinês em P&D ultrapassou 3,6 trilhões de yuan em 2023, um crescimento anual de quase 9% e colocando o país entre os maiores investidores do mundo em inovação tecnológica.

Um dos pilares dessa transformação foi a digitalização da manufatura. Só nos últimos anos, a China construiu mais de 30 mil fábricas inteligentes, que utilizam automação, Internet das Coisas (IoT) e IA para reduzir defeitos, acelerar ciclos de produção e elevar padrões de qualidade.

O efeito combinado de políticas industriais e automação é visível nos números da automação: a China tem se consolidado como o maior mercado mundial de robôs industriais, com milhões de unidades operando em suas linhas de produção, mais do que nos Estados Unidos, Japão e Europa somado.

“Esse avanço é também um mecanismo de resiliência geoeconômica. O governo Chinês e o mercado local entenderam que, em um contexto de tensões comerciais e restrições tecnológicas, especialmente com os Estados Unidos, não basta ser o maior fabricante em termos de volume. É preciso dominar as tecnologias críticas, desde semicondutores até IA e

automação complexa. Esse entendimento mudou os rumos do país nos últimos anos e proporcionou um crescimento rápido e bem dirigido”, analisa Teixeira.

Essa adoção massiva de tecnologia não apenas elevou a eficiência produtiva, mas também alterou a percepção global sobre produtos chineses. Setores antes dominados por potências estabelecidas, como veículos elétricos, telecomunicações e eletrônicos de consumo, agora contam com marcas chinesas competitivas tanto em preço como em tecnologia e design.

O resultado é um quadro em que produtos “Made in China” já não carregam automaticamente o estigma de baixa qualidade, mas competem em segmentos de alta tecnologia e valor agregado. Smartphones, veículos elétricos, equipamentos médicos sofisticados e robôs industriais exportados pela China hoje já se posicionam entre as melhores marcas globais em termos de qualidade.

O desafio que se impõe à China agora é a sustentabilidade dessa liderança e evitar armadilhas como excesso de capacidade industrial e distorções de mercado, questões que já aparecem no debate internacional sobre a evolução econômica chinesa.

“Mais do que uma evolução industrial, o que ocorreu foi uma mudança na percepção pública sobre os produtos chineses. O consumidor global passou a associar o ‘Made in China’ não apenas a preço, mas a tecnologia, design e confiabilidade. Hoje, essa origem passou a carregar um valor simbólico diferente, ligado à modernidade e à capacidade de inovação, o que altera diretamente a forma como esses produtos são avaliados e aceitos nos mercados mais exigentes”, conclui o CEO da Ningbo BR GOODS.

Arrecadação tributária federal bateu recorde em 2025 e atingiu R\$ 2,89 trilhões

O resultado é decorrente da expansão da atividade econômica e elevação dos impostos

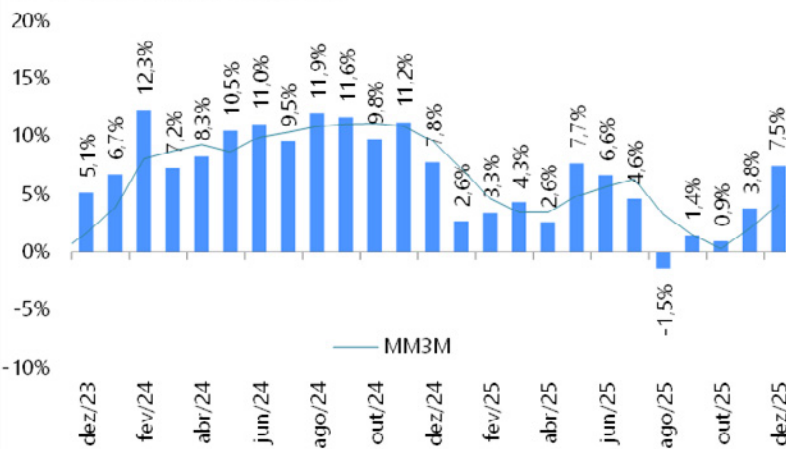
De acordo com a Receita Federal, a “des-carga” de tributos federais no Brasil atingiu, em 2025, o maior patamar da história. O resultado de dezembro somou R\$ 292,7 bilhões ficando acima

da mediana de expectativas de mercado, em R\$ 290,1 bilhões. Com este resultado, houve variação real na receita total de +7,5% no mês. O desvio em relação à projeção se deu principalmente

na receita de IR e COFINS, ambas acima do esperado. No acumulado de 2025, a receita foi de R\$ 2.886,9 bilhões, crescimento real de +3,7% ante 2024 - um recorde histórico.

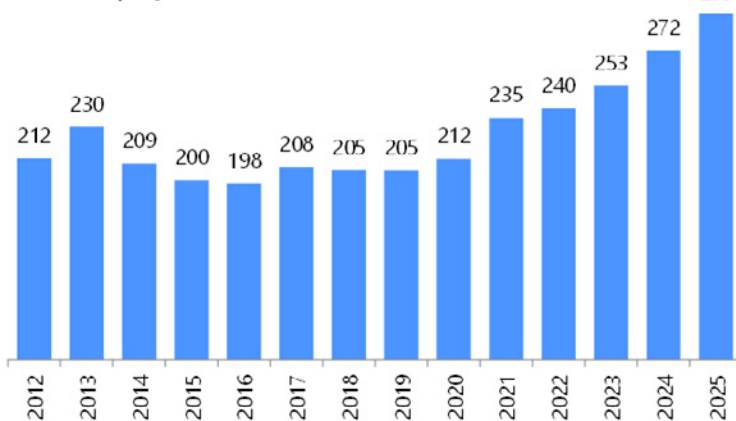
Arrecadação Federal

% Var. interanual real. Fonte: SRF



Arrecadação federal nos meses de dezembro

R\$ bilhões. A preços do último mês. Fonte: SRF



Os principais índices de atividade de novembro impactaram de forma mista a arrecadação de dezembro. Houve crescimentos no setor de serviços (PMS: +2,52%) e no mercado de trabalho, que ainda mostra forte crescimento da massa salarial (PNAD: +10,06%). Por outro lado, houve retrações no comércio varejista (PMC: -0,34%), na indústria (PIM: -2,17%),

Na abertura dos tributos, as variações foram positivas em todas as linhas, com exceção de Imposto de Importação (-4,5%). Apesar da desaceleração da atividade, foram registradas variações reais nos principais tributos associados ao ciclo, como IPI (+3,2%), COFINS (+6,1%) e PIS/PASEP (+3,4%). O vultoso crescimento do IOF (+39,9%) é decorrente das alíquotas majoradas, que resultaram num acréscimo de R\$ 2,7 bilhões em relação ao observado em maio (pré-aumento). No acumulado do ano, foi registrado crescimento real de 3,7% no total, muito favorecido pelo comportamento do ciclo ao longo do ano, conforme o quadro abaixo.

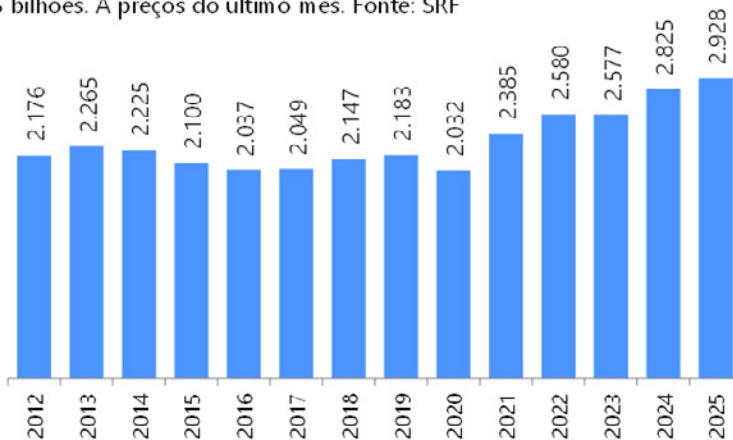
Na margem, a arrecadação total dessazonalizada cresceu +1,7% em dezembro. Após uma pequena perda de fôlego em agosto/2025 e setembro/2025, a trajetória de alta voltou a se consolidar. Nos próximos meses esse movimento deve permanecer, favorecido pelo esperado impulso fiscal concentrado no 1º semestre e aumento no consumo das famílias devido à isenção do IR.

De forma geral, o resultado de dezembro pode ser analisado como mais uma surpresa positiva. Após este resultado, para o primário do governo central de dezembro espera-se +R\$ 22,5 bilhões. Para 2026, a expectativa é de uma arrecadação R\$ 3.085 bilhões (+3,2% real). Os recolhimentos devem continuar a mostrar resultados positivos, em linha com a desaceleração suave da atividade econômica e com a contribuição positiva das medidas de majoração de alíquotas (redução de renúncias) aprovadas em 2025.



Arrecadação federal anual

R\$ bilhões. A preços do último mês. Fonte: SRF

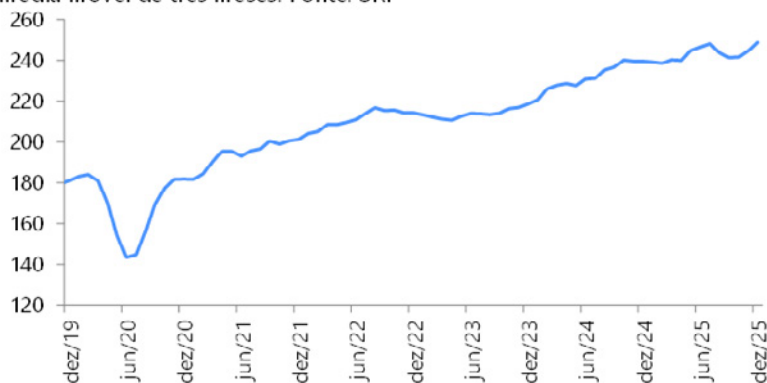


R\$ BILHÕES*	dez-24	dez-25	YoY	MoM a.s.	2024	2025	YOY
Imposto de Importação	8,0	7,7	-4,5%	2,3%	82,8	92,1	11,3%
IPI	7,6	7,9	3,2%	1,0%	85,7	87,9	2,6%
Imposto de Renda	84,0	90,3	7,6%	1,4%	890,7	929,2	4,3%
IOF	6,8	8,7	26,7%	0,2%	71,7	86,5	20,5%
COFINS	38,3	40,6	6,1%	1,5%	444,1	458,1	3,1%
PIS/PASEP	10,4	10,7	3,4%	0,6%	120,7	123,9	2,6%
CSLL	11,2	12,5	11,5%	4,6%	182,3	187,8	3,0%
CIDE Combustíveis	0,2	0,3	25,6%	-	3,1	3,3	6%
Outros	16,3	20,5	25,6%	-	229,5	221,8	-3,4%
Previdência	89,5	93,5	4,5%	1,2%	714,2	737,6	3,3%
TOTAL	272,4	292,7	7,5%	1,7%	2824,9	2.928,1	3,7%

* a preços do último mês

Arrecadação Federal

R\$ bilhões. Dados a preços do último mês, dessazonalizados, média móvel de três meses. Fonte: SRF





Setenta anos do governo JK

Ronaldo Costa Couto

Mineiro de Luz, economista, doutor em história pela Sorbonne, foi secretário de Planejamento do governo Tancredo Neves em Minas, governador de Brasília, ministro do Interior, ministro do Trabalho e ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República (governo Sarney). É membro da Academia Mineira de Letras.

Diamantinense de 12 de setembro de 1902, órfão de pai aos três anos, infância pobre. Aos 19 anos, em Belo Horizonte, aprovado em concurso público, começa a trabalhar como telegrafista a noite inteira para, sempre exausto, cursar medicina durante o dia. Formado, vai para Paris especializar-se em urologia. Em dezembro de 31, casa-se com Sarah Lemos, de tradicional e abastada família mineira.

Líder intuitivo, carismático, dinâmico e corajoso. Uma pilha de simpatia. Acolhedor, alegre, feliz. Começa a vida pública em 33, como secretário do governador de Minas, Benedito Valadares. Deputado federal em 34, perde o mandato em 37, com a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Nomeado prefeito de Belo Horizonte em 40, faz tanta movimentação e obras que é chamado de “prefeito-furacão”. Elege-se deputado federal constituinte no final de 45 e governador de Minas em 50. Brilha! Conduz o estado para a modernidade e o desenvolvimento econômico.

Assume a Presidência da República em 31 de janeiro de 56. A partir do legado de Vargas, seu governo acelera a história do país. Cria e executa o ambicioso Programa de Metas (1956-1960), focado em energia e transportes, indústria de base, alimentação, educação, comunicações e construção de nova capital. Valoriza o diálogo e as articulações políticas. Prioriza, equaciona, negocia, leva o desenvolvimento ao Brasil de dentro, visando à ocupação e à integração nacional. Constrói Brasília em 42 meses, impressionando o mundo. Traz a indústria automobilística, atíca a naval, a siderúrgica, a



de cimento e outras. Concretiza grandes hidrelétricas, rasga mais de 13 mil quilômetros de rodovias.

Democracia, crescimento econômico, as mais sólidas mudanças estruturais da história nacional, clima de otimismo e confiança. Parecia que o Brasil finalmente daria certo. Liberdade, inserção na modernidade, autoestima em alta, afirmação da capacidade do setor público, do empresário, do trabalhador, do engenheiro e arte dos brasileiros.

Janeiro de 61. Sai JK, assume seu adversário Jânio da Silva Quadros. Recebe um país democrático, politicamente estável, em patamar de desenvolvimento muito superior, com a economia já bastante diversificada e 50% maior do que antes, o emprego em nível jamais alcançado, as instituições funcionando regularmente.

Seus opositores criticavam a inflação, que avançou de 12%, em 1955, para 31%, em 1960. JK, em dezembro

de 1960: “Outros governos poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de toda a nação. Mas não poderiam fazê-lo, de forma alguma, se encontrassem o país atado a uma situação colonial, sem estradas, sem energia, sem obras de base”.

E a corrupção? Claro que houve: controles débeis, pioneirismo, muito investimento, obras públicas por todo o país, excesso de dinheiro em circulação. Terá atingido níveis exorbitantes? Espaço para a professora e escritora Maria Victoria Benevides, expoente da Universidade de São Paulo, estudiosa do governo JK e do período: “Comparado com o que tivemos depois, foram respingos”. (...) “Não existe nenhum outro governante brasileiro que tenha deixado a marca que ele deixou. Mesmo Getúlio, que considero o grande estadista da República, tem a mancha da ditadura do Estado Novo”.

Além do mar de realizações, JK deixou exemplos e lições fundamentais, como a essencialidade do compromisso com a coragem e a liberdade, de fomentar a esperança do povo em melhor qualidade de vida, de jamais esquecer as próximas gerações. Da clareza de rumos, prioridades, objetivos, projetos e metas. Do planejamento como método de governo. Governar democraticamente, com a melhor equipe possível. Amar e acreditar no Brasil, agir enérgica e eficazmente pelos seus interesses. Não dar missões sem proporcionar os meios. Respeitar o povo, não pensar pequeno, lutar por grandes sonhos e causas. E praticar a paciência, a humildade, a elegância, o respeito à liturgia do cargo. “O que pretendi com as 30 metas e mais a meta-síntese – a construção de Brasília – foi dar um arranco no país, para que ele acordasse, pusesse em ação suas energias latentes, compreendesse, enfim, que era uma nação e, como tal, deveria disputar seu lugar no cenário internacional.”

Corte para junho de 64. O poder militar suspende os direitos políticos de Juscelino e cassa seu mandato de



senador por Goiás, conquistado em junho de 61. Por quê? Sobretudo porque, já candidato a presidente da República pelo PSD nas eleições de 65, era considerado imbatível. Tinha até slogan: “JK-65: cinco anos de agricultura para 50 de fatura”. Assim, o poder militar optou por afastá-lo da disputa, excluindo-o da política. Via sua recondução ao Palácio do Planalto como revogação do regime de 64. Candidato único, o general Arthur da Costa e Silva, então ministro da Guerra, foi eleito pelo Congresso Nacional em 3 de outubro de 1966.

JK amarga três anos de exílio, retorna em 67. É preso na sexta-feira 13 de dezembro de 68, durante o parto do AI-5. Tenta a vida empresarial, escreve memórias. Compra tosca fazenda no cerrado bruto de Luziânia, perto de Brasília, onde vive os dois últimos anos.

O governo de seu sucessor, Jânio Quadros, dura sete meses. Termina com sua shakespeariana renúncia em 25 de agosto de 1961. Depois vem conveniente parlamentarismo híbrido, mais instabilidade política, crise crescente, volta ao presidencialismo

em janeiro de 63, queda do governo Goulart em março de 64, seguida de 21 anos de regime autoritário.

João Guimarães Rosa, amigo pessoal e admirador: “JK é o poeta da obra pública.” Nelson Rodrigues: “A partir de Juscelino, surge um novo brasileiro. Afé é que está o importante, o monumental, o eterno na obra do presidente. Ele potencializou o homem do Brasil”.

Final da tarde cinzenta de 22 de agosto de 1976, quilômetro 165 da Via Dutra, município de Resende, estado do Rio de Janeiro. Desgovernado, o carro em que o ex-presidente Juscelino Kubitschek viaja de São Paulo para o Rio invade a pista oposta e é colhido por enorme carreta carregada com 30 toneladas de gesso. Vira um amontoado de ferros retorcidos, vidros espatifados, assentos destruídos, sangue por todo lado. JK e seu fiel amigo e motorista Geraldo Ribeiro morrem instantaneamente. A tragédia abala e comove o país, repercute mundo afora, desperta suspeitas, gera dúvidas e polêmicas. Acidente de estrada ou assassinato? A controvérsia continua viva.

JK: evento comemorativo dos 50 anos da posse na Presidência da República em 2006



PROGRAMAÇÃO

19:00h

- Recepção e Boas-Vindas aos Convidados;
- Ala formada pelos Dragões da Inconfidência e Banda de Música da Polícia Militar de Minas Gerais;

19:30h

- Hasteamento de Bandeiras e Hino Nacional Brasileiro;
- Desfile dos Dragões da Inconfidência do Regimento da Cavalaria Alferes Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais;
- Inauguração da exposição de carros usados por JK, quando Prefeito e Governador - Cadillac 1941 e Packard 1937, hoje de propriedade de Pacifico Mascarenhas;
- Apresentação do Coral do BDMG Cultural;
- Show Pirotécnico;
- Inauguração do Corredor Cultural JK, da Faculdade Estácio de Sá de BH;
- Descerramento de pedestal comemorativo dos 50 anos da posse de JK na Presidência da República;

20:00h

- Apresentação da peça teatral "JK - O Construtor de Sonhos" pelo Grupo Rolunda, formado por alunos do Curso de Jornalismo da Faculdade Estácio de Sá de BH;
- Inauguração da Mastra "Trajetória-JK", na Galeria de Arte da Casa de Cultura Estácio de Sá de BH;
- Palestra "JK - O Predestinado", a ser proferida por Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras - como Orador Oficial da Solenidade;
- Lançamento do livro "JK - 50 Anos de Progresso em 5 Anos de Governo";

20:30h

- Coquetel Mineiro;
- Apresentação da Banda de Música Euterpe Santa Luzia, de Caetanópolis-MG.

Promovido por MercadoComum, os 50 anos da posse JK na presidência da República foram comemorados com um grande evento realizado no Campus Prado da Faculdade Estácio de Belo Horizonte, no dia 31 de janeiro de 2006 – à época dirigida por Carlos Alberto Teixeira de Oliveira.

Houve apresentação de uma peça teatral reproduzindo a posse de JK na Presidência da República, encenada por alunos da instituição; a criação de um espaço dançante intitulado "Pé

de Valsa"; coquetel e jantar especial de confraternização aos convidados – além da apresentação de várias bandas musicais, como a da Polícia Militar de Minas e Euterpe de Santa Luzia; e a inauguração do "Corredor Cultural JK".

Discursaram, naquela ocasião, o Diretor-Geral da Estácio de Sá, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira e o ex-Ministro e ex-Senador Murilo Badaró, que abordou o tema intitulado "JK – O Predestinado".

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira lançou também, naquela oportunidade, o livro intitulado "JK – Cinquenta anos de Progresso em cinco anos de Governo" que contou com a colaboração e depoimento de 50 personalidades.

Os Dragões da Inconfidência de Minas da Polícia Militar prestigiam o evento e, também, o Coral do BDMG Cultural – que incluiu músicas como Peixe Vivo e Oh Minas Gerais! em seu repertório, especial-

mente para aquela ocasião.

Compareceram cerca de 3000 convidados especiais – dos quais 96 prefeitos municipais, vários deputados e diversas autoridades, empresários, políticos e admiradores de JK

– cabendo destaque especial à presença do ilustre ex-presidente Itamar Franco e de ex-ministros.

Houve, ainda, a inauguração de uma mostra especial de fotos sobre a trajetória política do Presidente JK

que, posteriormente, seria integralmente doada à Casa de Juscelino, em Diamantina-MG.

O evento foi matéria do Jornal Nacional da Rede Globo, que transmitiu algumas cenas diretamente do local.



Discurso de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira



Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Itamar Franco e Murilo Badaró



Discurso do ex-senador Murilo Badaró



Inauguração do quadro JK de Carlos Bracher



Itamar Franco e JK



Início da cerimônia comemorativa da Posse de JK



Inauguração do Corredor Cultural JK



Mesa com Itamar Franco durante o jantar comemorativo



Francelino Pereira, Renato Rossi e José Francisco Salles



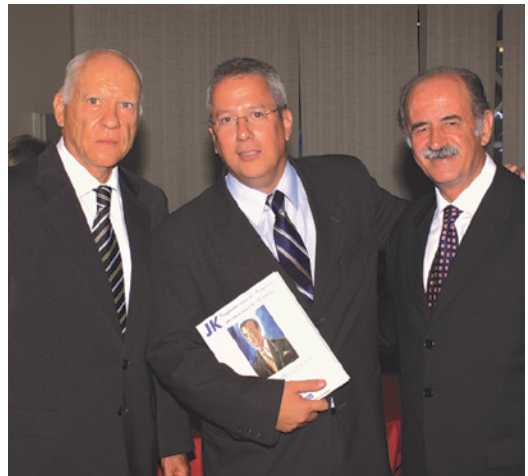
Peça teatral sobre a posse de JK



Paulino Cícero, Márcio Trindade, Murilo Badaró e Aníbal Teixeira



Ronaldo Vasconcelos, Lêda Andrade, Itamar Franco e Rúbio Andrade



Raimundo Mariano, Estevão Fiuza e Heli Penido



Murilo Badaró durante sua saudação aos presentes



Tancredo T. Neves, Arthur Lopes, Ênio Botelho e Marcos Sant'Anna



70 anos da posse de JK na Presidência da República: a estrutura invisível por trás do maior ciclo de desenvolvimento do Brasil

Gláucia Nasser

Empresária, artista e cantora

Há 70 anos, o Brasil iniciava um dos ciclos mais decisivos de sua história republicana com o governo do mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira. Costuma-se lembrar desse período por grandes obras, o Plano de Metas e a construção de Brasília. Mas a potência daquele momento histórico não se explica apenas pelo concreto, pela indústria ou pelos índices de crescimento econômico. Ela se explica, sobretudo, pela cultura que JK conseguiu instaurar e imprimir no país.

Naquele período, o Brasil crescia a taxas próximas de 8% ao ano. A indústria se expandia, a infraestrutura avançava pelo território e o desenvolvimento deixava de ser concentrado apenas no eixo tradicional. Em paralelo, algo igualmente decisivo acontecia no plano simbólico: o Brasil passou a acreditar em si mesmo.

Nações não se sustentam apenas por leis, instituições ou recursos financeiros. Sustentam-se por um “nós”, por uma identidade compartilhada. O governo JK construiu esse “nós” ao alinhar cultura, economia, educação e projeto de país numa mesma direção.

Essa cultura não era abstrata nem retórica. Ela se manifestava nas artes, no esporte, na ciência, na indústria e no imaginário coletivo. Foi nesse ambiente que a música brasileira se reinventou com a Bossa Nova, projetando o país para o mundo com uma identidade própria e sofisticada. Foi nesse mesmo contexto que o esporte brasileiro conquistou sua primeira Copa do Mundo e



que atletas como Maria Esther Bueno se tornaram referências internacionais, demonstrando que o talento brasileiro podia competir em qualquer arena.

Nada disso é coincidência. Quando um país acredita em si, ele libera energia criativa, ousadia e ambição coletiva.

No plano econômico e territorial, essa crença se traduziu em política pública. Para JK, uma ponte nunca era apenas uma ponte: era uma engrenagem de desenvolvimento, um instrumento de integração territorial e de desconcentração de oportunidades. A criação da SUDENE expressa com clareza esse pensamento, ao levar desenvolvimento às regiões historicamente afastadas do centro decisório e econômico do país.

O economista Celso Furtado foi preciso ao afirmar que o subdesenvolvimento não se supera apenas com crescimento econômico, mas com a transformação das crenças profundas que organizam uma sociedade. O governo JK

operou exatamente nesse nível.

Essa cultura encontrou sua expressão mais visível em Brasília, a meta-síntese do governo, a 31ª meta. Mais do que uma capital administrativa, Brasília é a materialização de uma visão de país. Seu traço simples e ousado, inspirado na natureza e nas curvas do feminino, revela a convivência entre realização e sensibilidade, entre força e imaginação. A cidade nasce da convergência de opostos, da colaboração entre visões políticas distintas e da confiança na capacidade brasileira de criar, executar e integrar.

Brasília simboliza igualdade, diversidade e propósito comum. Reuniu brasileiros de todas as regiões, origens e classes em torno de um projeto coletivo: desenvolver o país. Por isso, não é apenas a capital política do Brasil, mas a expressão visível de uma cultura que transformou confiança em ação, imaginação em política pública e identidade em desenvolvimento. Uma cidade que ensina, até hoje, que um país se constrói tanto com concreto quanto com imaginação, com sentimento tanto quanto com obras, com alma.

Lembrar os 70 anos do início do governo de Juscelino Kubitschek não é propor a repetição do passado. É recuperar aquilo que o tornou possível: a convicção coletiva de que o Brasil podia (e ainda pode) ser maior do que jamais havia sido, do tamanho da grandeza e da genialidade do seu povo, quando reincorpora essa cultura que é a sua essência, que um dia o fez avançar e que ainda hoje espera e precisa ser reencontrada.



O Brasil de JK: há 70 anos Juscelino tomava posse na Presidência

Silvestre Gorgulho

Jornalista. Foi Secretário de Estado de Comunicação e Secretário de Estado de Cultura de Brasília

“Lutei dia e noite para dar nova dimensão ao nosso País. Quis que, da minha administração, não se pudesse dizer, sem pecar contra a verdade, que o Brasil crescia nas horas noturnas, enquanto o Governo dormia. Não! O Governo não dormiu, em minhas mãos.”

Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira

Em 526 anos de Brasil, há datas a celebrar e há datas para esquecer. Felizmente, as datas para celebrar são maioria. Duas delas, por exemplo, moldaram este País por serem mais significativas e funcionarem como um divisor de águas do Brasil como Nação. Ambas as datas, separadas por 148 anos, aconteceram no mês de janeiro. A chegada da família real ao Brasil, em 22 de janeiro de 1808 e a posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 31 de janeiro de 1956.

A vinda da corte para o Brasil foi uma manobra do príncipe regente, D. João, para garantir que Portugal continuasse independente, quando foi ameaçado de invasão por Napoleão Bonaparte. A principal consequência foi a declaração do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. O Brasil deixou de ser colônia, o que provocou uma série de transformações geopolíticas.

A permanência da família real foi decisiva para manter a unificação e grandiosidade do território nacional, a possibilidade de o país inteiro falar a Língua Portuguesa, além de outros ganhos concretos como a abertura dos portos para as nações amigas e a



criação de entidades essenciais: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Real Fábrica de Pólvora, Imprensa Oficial e Banco do Brasil.

Em 31 de janeiro de 1956, 134

anos depois da Independência, vem a segunda data que transformou o Brasil em todas as dimensões: cultural, industrial, econômica e política: a posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Não foi fácil a chegada de JK ao Palácio do Catete. Ainda governador de Minas, Juscelino deixou claro sua intenção de disputar a Presidência da República pelo PSD.

Houve muitas tratativas de lideranças nacionais e até de militares para demover JK de sua intenção. O próprio presidente da República, Café Filho (vice de Getúlio Vargas) e o governador de Pernambuco, Etelvino Lins, se articularam para evitar a candidatura de JK.

Pior: até seu padrinho político, o ex-governador de Minas, Benedito Valadares, temeroso de que o crescimento de JK lhe roubasse influência no Estado, não mediu esforços, nos bastidores, contra a candidatura.

Em dezembro de 1954, militares de alta patente levaram ao então presidente Café Filho um documento em defesa da candidatura única à Presidência. Sem JK, evidentemente.

O presidente Café Filho - que tomou a iniciativa de ler o texto no programa 'A Voz do Brasil', ainda procurou demover JK, com o argumento de que as Forças Armadas não aprovavam a sua pretensão.

JK começou a ganhar a eleição ali. Não se deixando intimidar, confirmou sua candidatura e mandou um recado curto e grosso para o presidente Café Filho. Sua frase virou seu lema de vida: "DEUS POUPOU-ME O SENTIMENTO DO MEDO".

E foi com este sentimento que JK plantou sua candidatura em 10 de fevereiro de 1955, para colher nas urnas, em 3 de outubro, 3.077.411 votos, ou 36% do total.

Não foi fácil. No dia primeiro de novembro, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede, discursando no enterro do general Canrobert Pereira da Costa, sugere golpe militar para impedir a posse de JK e do vice João Goulart.



Em 11 de novembro de 1955, para garantir a posse de JK, antes de deixar o Ministério da Guerra, o Marechal Lott põe os tanques nas ruas e dá o "Golpe da Legalidade". Carlos Luz, então presidente da República - com o afastamento de Café Filho - é deposto e nove dias depois, em 20 de novembro, o Congresso Nacional aprova o impedimento de Café Filho e elege Nereu Ramos presidente. O senador catarinense assume o governo até a posse de JK.

Há 70 anos, em 31 de janeiro de 1956, JK toma posse e pede ao Congresso a abolição do estado de sítio. No dia seguinte, põe fim à censura à imprensa.

JK, a seu modo, sacudiu a vida administrativa, política e cultural do Brasil. Seu governo plantou hidrelétricas, plantou estradas, plantou bom humor e plantou compromissos: cumpriu todas as 31 metas prometidas durante sua campanha à Presidência. JK plantou indústria automobilística e plantou unanimidade, perdendo revoltosos e inimigos políticos. JK plantou Brasília.

Ao interiorizar o desenvolvimento com a construção da nova Capital, o Centro-Oeste foi ocupado de todas as formas. Onde não se produzia um grão de soja em 1960, ficou responsável por 49,3% da produção nacional. A soja avançou sobre novas fronteiras e levou junto a cultura do milho. A produção de milho na região - antes de Brasília - era inferior a 9%. Atualmente representa 54,36% da safra nacional. Essas duas culturas levaram uma promissora cultura empreendedora em outros setores: pecuária, frutas, café, arroz, feijão, trigo. Centenas de pequenos povoados nasceram no vazio do Cerrado e transformaram-se, nestes últimos 70 anos, em cidades de pequeno, médio e grande porte com excelentes índices de IDH.

Na Era JK, o Brasil colheu efervescência cultural. O Brasil colheu a primeira Copa do Mundo, colheu Bossa Nova, Cinema Novo. Colheu alegria! O povo brasileiro colheu o sentimento de que é capaz de construir o que parece impossível.

JK plantou Democracia.
E o Brasil colheu Paz!



Duas ameaças existenciais

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal, ex-ministro da Previdência

O Brasil de 2026 está exposto a duas ameaças existenciais que, se não forem resolvidas, podem ferir de morte nosso destino como nação. Uma é de origem externa e vai testar no limite a sabedoria de nossas lideranças e o caráter de nosso povo, únicas armas que teríamos, no presente, para proteger nossa independência, diante da força desproporcional que nos ameaça. A outra é uma contaminação inédita dos Poderes da República por uma entidade financeira em processo falimentar, cujo desvendamento parece ter potencial para deslegitimar nossas instituições.

A ameaça externa está expressa com todas as letras na nova Estratégia Nacional de Defesa dos Estados Unidos, documento que redireciona o foco da política externa e das preocupações de segurança do país para o hemisfério ocidental, deixando, por incrível que possa parecer, em segundo plano regiões como o Oriente Médio, a Ásia e a Europa e antagonismos com a Rússia e a China. Sua ideia é agrupar as Américas do Norte e do Sul e, eventualmente a Groenlândia, como uma única unidade geopolítica e garantir que a dominação dos Estados Unidos sobre toda esta extensão territorial não será mais questionada por ninguém. O corolário deste princípio é que doravante, como já foi no passado, o governo americano é a única força policial para todo o hemisfério.

A nova orientação não deixa espaço para qualquer ambiguidade e não faz concessões a princípios ou valores, deixando claro que o princípio organizador das relações hemisféricas será sempre o interesse eco-



nômico da nação americana, ao qual estarão subordinados os recursos, a infraestrutura e a economia de todos os países do continente.

Dado o poder militar e econômico dos Estados Unidos, esta nova posição coloca desafios nunca imaginados para o Brasil. Somos o país com mais recursos de toda a região e com uma dimensão econômica que nos obriga a ter relações com todos os países do mundo, sendo praticamente impossível nos tornarmos uma economia anexada e subordinada aos interesses de uma América em Primeiro Lugar. Não temos recursos militares para fazer face a este tipo de ameaça, mas se formos uma nação unida em torno de sua independência e de sua liberdade, não seremos um alvo tão fácil como até agora tem sido a Venezuela. Para isto precisamos, mesmo que por emergência, deixar de lado a polarização atual. O Governo Federal tem que se tornar mais brasileiro e menos partidário e ideológico, estendendo pontes em todas as direções. Isto feito, quem recusar a unidade, para este fim exclusivo, estará a serviço de uma nação estrangeira, nada menos do que

isto. Uma nação unida é muito forte.

A ameaça interna é o risco que correm as instituições republicanas com os indícios cada dia mais evidentes de envolvimento de uma extensa lista de autoridades na tentativa de usar seu poder institucional a serviço dos donos do Banco Master, em processo de liquidação por motivo de insolvência e de uma extensa lista de fraudes. O Brasil está acostumado com escândalos, mas este supera todos, dada a extensão das suspeitas, que só continuam apenas como suspeitas porque o Supremo decidiu ocultá-las até agora do conhecimento público. Não fosse a imprensa, a jornalista Malu Gaspar à frente, o ocultamento estaria completo.

Até agora, com exceção do Banco Central e da Polícia Federal, nenhuma instituição está fora de suspeita. Pelo que se tem lido e ouvido, a mobilização em defesa dos negócios suspeitos envolveria membros do Senado, da Câmara, do Supremo, do Tribunal de Contas e agora, até a Presidência, que nomeou para a Comissão de Valores Mobiliários um dirigente que, segundo a jornalista Adriana Fernandes, da Folha, breçou decisões da CVM que seriam desfavoráveis ao dono do Master.

Nossa república sobreviverá se o caso Master for completamente desvendado, em toda sua amplitude? Qual será o nível real de contaminação? Como a população brasileira vai encarar suas instituições e suas autoridades, se um único homem de dinheiro tiver sido capaz de tamanha devastação moral? A angústia das respostas não pode durar muito tempo.



Homens públicos

Nestor de Oliveira
Jornalista e escritor

Dos regimes políticos a democracia representativa é a melhor forma de governo conhecida, uma verdade aceita e mais que constatada e sacramentada. Nela o povo elege seus representantes que passam a defender, gerir, estabelecer e exercitar todos os interesses da população. Em outras palavras é o poder político exercido pelo povo através de seus representantes, por si designados, com mandato de atuar em seu nome e por sua autoridade, isto é, legitimado pela soberania popular. Seu principal objetivo é fazer com que, juntos com os cidadãos, reivindiquem espaço para avançar em suas conquistas. Ao estado cabe oferecer ferramentas que catalisem essas demandas, afastando-se da visão de horizontalidade do poder. Claro, existe o princípio básico de que tais representantes sejam capazes, ilibados, honrados, éticos e justos, vocacionados a servir seus eleitores. Este é o princípio.

Nada contra o princípio da democracia, exceto pelo que acontece no Brasil e na escolha dos representantes de sua população de eleitores. Nossa estarrecedora realidade, desde a escolha pelos partidos políticos de seus candidatos e de todo o processo eleitoral, faz com que os homens de bem, cidadãos crédulos, se decepcionem a cada dia com o sistema. Não vou entrar no mérito de discutir o nefasto multipartidarismo, uma doença crônica da qual não temos encontrado remédio eficiente para curá-la, agravada com o injusto financiamento público de campanhas, uma absurda abertura para as mais cruéis formas de fazer desaparecer, deso-



nestamente, o dinheiro que tanto faz falta aos legítimos interesses da sociedade. Não há legitimidade popular para os manipuladores das emendas legislativas, ou, elas se transformaram em artigos de trocas eleitorais. Quero, neste espaço e com a permissão do leitor, falar dos homens que nos representam, ocupam os cargos e nos conduzem de forma irresponsável ao desejado e melhor destino do país. Ressalvadas as justas e honrosas exceções que existem e nos honram.

Se, o leitor, tiver a curiosidade de passar os olhos pelas páginas policiais, ou noticiário do rádio, TV e perigosas redes sociais, verá do quanto são frequentadas pelos nossos homens públicos. Vereadores, prefeitos, vices prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, governadores, vices governadores, senadores, presidentes e vices presidentes da república lá estão a se permitirem ver desnudados nos mais variados desajustes, pecados contra a democracia e crimes, de toda ordem, especialmente os cometidos contra os interesses

de seus representados. Transgredem leis, rompem com a dignidade, desconhecem princípios e mesmo processados, muitas vezes condenados, encontram forma de continuarem na vida pública. Aconteceu no Brasil a indesejável politização da justiça e o justicamento da política. Nada poderia ser pior que esta injusta mistura de poderes, julgar com olhos da política e exercer a política na indicação e escolha de nossos magistrados e seus processos. Sei que são longos e difíceis os caminhos a serem percorridos para alcançar o estágio de sociedade desenvolvida, socialmente justa, onde seus cidadãos sejam tratados com o respeito que merecem. No entanto estamos a repetir os mesmos erros eleições após eleições, sem aprender que errar não é tão grave, mas repetir o mesmo erro é burrice. Razão tinha o nosso Rei Pelé, tão combatido, quando disse que o brasileiro não sabe votar, referindo-se aos homens e mulheres eleitos como nossos representantes. O tempo, senhor da verdade, não pode contestar suas palavras.

Prosegur Cash anuncia novo Diretor Geral no Brasil e reforça compromisso com transformação do negócio

A Prosegur Cash, líder global em soluções de logística de valores, acaba de anunciar a nomeação de Sérgio França como Diretor Geral da operação no Brasil, posição que representa a liderança máxima da empresa no país.

Com mais de 25 anos de experiência no Grupo Prosegur, Sérgio França construiu uma trajetória sólida, passando por áreas estratégicas, comerciais, operacionais, financeiras e de inovação. Sua formação acadêmica inclui especializações em Gestão de Negócios, Engenharia da Qualidade, Finanças e Marketing, com destaque para programas executivos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), PUC-Minas, PUC-São Paulo, Fundação Dom Cabral (FDC) e IESE Business School, uma das mais renomadas escolas de negócios do mundo.

Além de sua atuação na Prosegur Cash, Sérgio França é Vice-presidente do Conselho da Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV) e Vice-presidente do Conselho da FENAVAL (Federação Nacional das Empresas de Transporte de Valores), instituições relevantes para o setor de transporte de valores e meios de pagamento.

A nomeação marca um momento estratégico para a Prosegur Cash no Brasil, que reforça seu compromisso com a transformação do negócio, investindo em tecnologia, inovação e novos modelos de serviços para atender às crescentes demandas do mercado.

“Estamos diante de um cenário desafiador e repleto de oportunidades. Nosso objetivo é liderar a transformação do setor, oferecendo solu-



ções cada vez mais seguras, eficientes e inovadoras para nossos clientes”, afirma Sérgio França.

A Prosegur Cash é uma empresa referência no segmento de logística de valores e gestão de numerário e pertence ao Grupo Prosegur. A companhia tem presença em mais de 31 países e cerca de 45 mil funcionários. Em 2024, a Prosegur Cash obteve uma receita de 2.090 milhões de euros. Além disso, articula seu compro-

misso social trabalhando em 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, nas quais considera que pode gerar um impacto positivo.

A Prosegur Cash faz parte do The Climate Pledge, uma aliança internacional cujos membros se comprometeram a gerar zero emissões líquidas de carbono até 2040. A companhia está listada nas bolsas de valores espanholas sob o indicador CASH.

Domino's Pizza anuncia Orestes Miraglia como novo CEO no Brasil

O executivo, que começou como franqueado da rede, possui mais de 25 anos de trajetória na companhia

A Domino's Pizza anuncia Orestes Miraglia como novo CEO da companhia no Brasil. Até então co-CEO, o executivo assume integralmente a liderança após uma trajetória consolidada dentro do ecossistema de franquias pelo país e da própria marca.

Com mais de 25 anos de experiência com a Domino's, Miraglia construiu uma carreira marcada por resultados expressivos. Enquanto franqueado, com lojas em Belo Horizonte, as unidades do atual CEO figuraram entre as de maior faturamento do país e do mundo, o que lhe rendeu o "Gold Franny Award", principal reconhecimento global da Domino's, concedido às franquias com melhores desempenhos no mundo.

Ao longo de sua trajetória, Orestes também atuou concomitantemente por 15 anos como conselheiro de franqueados nas redes Spoleto e da própria Domino's, e já ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios no setor de Turismo, acumulando ampla experiência de negócio, governança, expansão e relacionamento com franqueados.

Agora como CEO, Miraglia tem como prioridades o fortalecimento do relacionamento dos franqueados com a rede, a ampliação do suporte em supply e a continuidade do plano de crescimento da marca no país. Para este ano, a Domino's já conta com 15 novos contratos assinados para abertura de lojas, reforçando sua estratégia de expansão sustentável.

"Minha história com a Domino's começou na ponta, como franqueado, e isso moldou profundamente a forma como enxergo o negócio. Assumo este novo desafio com o compromi-



so de estar cada vez mais próximo da rede, fortalecendo o suporte, a eficiência operacional e criando as condições para que nossos franqueados cresçam junto com a marca", afirma Orestes Miraglia, novo CEO da Domino's Pizza no Brasil.

Maior rede de pizzarias do mundo, a Domino's é uma empresa de tecnologia que vende pizzas. No Brasil, é líder em número de lojas e desenvolve soluções que transformam a experiência do consumidor e os processos de gestão e produtividade.

Acordo entre Mercosul e União Europeia será passo decisivo para abrir mercado brasileiro ao mundo

Embora seja a décima-primeira economia do planeta, Brasil ainda mantém políticas tarifárias que prejudicam inserção nas cadeias globais; tratado amplia espaço do País no mercado internacional e sinaliza mudanças no futuro

Em um contexto pressionado pelas incertezas dos Estados Unidos sob a gestão do presidente Donald Trump, da guerra comercial entre o país com a China e de transformações estruturais no comércio internacional, a assinatura do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE) é um avanço significativo para o Brasil e para o bloco, pontua a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) — uma das entidades mais entusiastas do tratado.

O acordo será positivo para o Brasil, já que a UE é o segundo maior parceiro comercial do País hoje, com uma corrente comercial de US\$ 100 bilhões, respondendo por metade do estoque de investimento direto externo. A conjuntura atual só reforça, na verdade, o que a Federação tem argumentado há bastante tempo: apenas uma abertura comercial sólida permitirá ao Brasil aumentar a sua produtividade e a sua competitividade no cenário global. Em meio às tratativas do acordo, que duraram mais de duas décadas, atravessando governos distintos e mudanças importantes nos dois lados do Atlântico, sempre houve uma mobilização, por parte da FecomercioSP, em torno de uma abertura ampla, bem como que o tema fosse tratado como projeto de desenvolvimento nacional.

“Permaneceremos atentos aos desdobramentos do acordo a partir de agora. A abertura comercial racional e gradual é inegociável”, diz



Rubens Medrano, vice-presidente da Federação e que também preside o Conselho de Relações Internacionais da Entidade. “Estamos torcendo para que a ratificação ocorra de maneira célere, porque, além do potencial de alavancar a competitividade da economia brasileira, o acordo pode fazer com que outras negociações em curso avancem de maneira mais rápida”, continua.

PAPEL MUNDIAL DO BRASIL

É sintomático que, nos últimos 60 anos, a participação brasileira no mercado internacional permaneça pequena, flutuando em torno de 1,5% da composição da corrente de comércio global. A Organização Mundial do Comércio (OMC) afirma que o Brasil era, em 2023, apenas o 24º maior ex-

portador do mundo e o 27º colocado no ranking de importações. Tudo isso sendo detentor do nono maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta.

Isso acontece porque o Brasil se manteve inerte às transformações ocorridas no comércio internacional da década de 1990 em diante. Enquanto grande parte dos países reduziu tarifas de importação sobre bens intermediários e de capital, o que permitiu o surgimento das cadeias globais de valor e de produtos “made in world”, o País seguiu apostando no modelo de escalada tarifária, sob uma visão mercantilista de que exportar é positivo e importar, negativo. Isso culminou no “adensamento de cadeias domésticas”, quando um produto é todo produzido dentro de uma nação.

De maneira intrigante, as medi-

das tarifárias do governo de Trump nos Estados Unidos fizeram o mundo perceber, agora, como esse tipo de postura é nociva não só ao país que a adota, como também para as cadeias globais. Os norte-americanos elevaram tarifas para os aliados, como a própria UE, com quem assinou acordo para uma taxa de 15%, ou o Japão, enquanto elevou a taxas altíssimas para aqueles considerados “rivais” ou riscos geopolíticos, como a China e o Brasil, que segue com uma tarifa de 40%.

O acordo Mercosul-UE prevê, justamente, uma liberalização tarifária ao longo de uma janela de até 15 anos, cobrindo cerca de 90% dos produtos intercambiados pelos dois lados. Alguns itens simplesmente não terão mais tarifas de entrada no mercado europeu, como frutas e bebidas, além de produtos manufaturados.

PODERIA SER MELHOR

Apesar de positivo, o governo brasileiro voltou a negociar pontos que já estavam concluídos desde 2019, como o capítulo de compras governamentais, adotando uma postura protecionista, assim como já havia sido feito com a retirada da oferta de adesão ao Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A exclusão das compras feitas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro do acordo é outra questão. Para a FecomercioSP, tratados internacionais de compras governamentais, além de propiciarem os benefícios de uma economia mais aberta (redução de custos, expansões da produtividade e da competitividade e avanços tecnológicos), ainda resultam em melhorias de compras públicas, resultando em credibilidade e transparência — bem como representam uma ferramenta anticorrupção.

Ademais, o tratamento diferenciado do setor automotivo, que terá um



período maior de adaptação às eliminações tarifárias, assim como uma possibilidade até de reaplicação de tarifas (hoje, na casa dos 35%), não é justa em alguns casos específicos. O setor já tem uma proteção relevante há cinco décadas, sem que isso resultasse em ganhos de produtividade na corrente internacional. Da forma como ficou, o consumidor brasileiro continuará sem acesso a modelos melhores de automóveis.

COMO FICA O ACORDO AGORA?

Com a formalização da assinatura, ocorrerá o processo de internalização, em que os dois blocos discutirão o texto em trâmites internos de aprovação. No caso brasileiro, o Executivo encaminhará para aprovação do Congresso Nacional. No caso da UE, o acordo precisará ser aprovado por 65% do Conselho Europeu, representando 55% da população dos países integrantes, e por maioria simples do Parlamento Europeu. A expectativa é que a UE conclua esse processo até o mês de abril.

Uma vez realizadas essas etapas,

as partes confirmam, por meio da ratificação, o compromisso de cumprirem os termos definidos no documento. O acordo prevê vigência bilateral, ou seja, caso a UE ratifique o acordo, o Brasil — ou qualquer outro país do bloco que já tenha concluído o processo de ratificação — poderá já aplicar os termos do acordo em suas relações comerciais. Em outras palavras, caso o País avance na ratificação, não será necessário aguardar a Argentina, o Paraguai e o Uruguai para começar a atuar dentro dos tópicos do acordo. O tratado entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à ratificação.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que afetam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Reforma tributária reduz guerra fiscal, mas pode abrir disputas sobre “destino”

Serviços e economia digital devem concentrar insegurança e contencioso

A adoção do princípio da tributação no destino, prevista na reforma tributária, tende a reduzir a chamada guerra fiscal no país, ao diminuir o espaço para incentivos fiscais usados por estados e municípios para atrair empresas. Especialistas apontam, porém, que o conflito federativo não desaparece: ele pode migrar para disputas interpretativas e probatórias, especialmente em torno do conceito de “destino” das operações, tema sensível em serviços, intangíveis e economia digital.

Para André Felix Ricotta de Oliveira, professor doutor em Direito Tributário pela PUC/SP, a guerra fiscal se consolidou no Brasil porque o ICMS seguiu, historicamente, a lógica da tributação na origem. “A ideia do IVA segue o princípio da tributação no destino. Infelizmente, quando instituímos o ICM, que depois virou ICMS, não seguimos essa regra. Foi a tributação na origem, e com isso se possibilitou a guerra fiscal entre os estados”, afirma Ricotta.

A mudança, segundo ele, altera o eixo da arrecadação e reduz o efeito de políticas estaduais baseadas em atrair indústria, atacado ou grandes prestadores de serviço, já que o imposto passa a acompanhar o local do consumo. “Com a tributação no destino, pouco importa onde está a indústria, onde está o atacadista ou onde está o grande prestador de serviço. O que importa é onde está o consumidor final, onde está o mercado consumidor”, diz.

Na mesma linha, o tributarista Eduardo Natal, sócio do Natal & Manssur Advogados, mestre em Direito Tributário pela PUC/SP e conselheiro da ABAT, afirma que a adoção do destino deve mitigar a guerra fiscal, mas não eliminar totalmente o conflito. “A adoção do princípio do destino não elimina por completo a guerra fiscal, mas tende a mitigá-la de forma relevante quando comparada ao modelo atual”, afirma Natal.

De acordo com ele, a substituição dos tributos sobre consumo por CBS e IBS, em



uma lógica de IVA, diminui incentivos típicos do modelo de origem. Ainda assim, o novo sistema preserva algum espaço de diferenciação entre os entes federativos. “No novo sistema, estados e municípios ainda manterão alguma margem para fixação de alíquotas internas, o que preserva certo grau de diferenciação competitiva”, diz.

Natal também chama atenção para o período de transição, quando regimes convivem e disputas herdadas tendem a seguir em pauta, com o ICMS vigente até o final de 2032. “O ICMS permanece vigente até o final de 2032, e a eliminação gradual dos benefícios fiscais atualmente existentes não impede disputas durante a convivência entre o regime atual e o novo regime”, afirma.

Apesar do enfraquecimento da guerra fiscal tradicional, a tendência apontada pelos especialistas é que o conflito mude de forma, com maior peso para interpretações sobre o destino das operações, sobretudo em serviços e operações digitais.

Para Ricotta, o conceito de destino deve ser determinante no novo modelo. “Nas operações digitais, destino é onde está quem contratou aquele serviço. Pouco importa onde está a sede da empresa. Vale a última operação: onde está o consumidor final”, explica.

Como exemplo, ele cita serviços de streaming, em que a incidência se desloca para o local do contratante. “O streaming pode ter sua sede em São Paulo, mas o IBS

será devido ao estado e ao município onde está o consumidor que contratou aquele serviço”, resume.

Já Eduardo Natal destaca que o principal desafio tende a ser comprovar, na prática, onde está o destino, o que pode elevar riscos de insegurança jurídica e contencioso. “O novo modelo impõe um desafio prático e probatório relevante na identificação e comprovação do ‘destino’ das operações”, afirma.

Ele também observa que o volume e a complexidade da legislação exigirão um período de adaptação até a consolidação de interpretações e entendimentos administrativos e judiciais. “A legislação da reforma é extensa e complexa, e esse arcabouço demandará um período natural de adaptação, regulamentação infralegal e harmonização interpretativa”, diz.

No campo prático, os tributaristas reforçam que o novo sistema exige preparo antecipado, com revisão operacional e contratual.

Ricotta aponta que empresas precisam adequar contratos e estruturas para evitar perdas no novo modelo. “As empresas já vêm se preparando por meio de workshops e pareceres para entender como funcionará o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo. Depois disso, é essencial revisar contratos e até a própria operação”, afirma.

“Do jeito que a operação está pensada hoje, até questões societárias que fazem sentido no sistema atual podem não funcionar no IBS e CBS. Quem não se adequar pode ter prejuízo e enfrentar dificuldade financeira”, conclui.

Eduardo Natal destaca que 2026 deve ser tratado como etapa decisiva de adaptação. “A preparação exige antecipação e adaptação operacional. Um ponto central será o ano de 2026, concebido como um verdadeiro ano-teste do sistema”, diz.

Quatro pedras preciosas genuinamente brasileiras que fazem sucesso no mercado internacional

Gemas originárias do Brasil brilham no mercado internacional, ganham espaço nos grandes salões do segmento e reforçam o protagonismo do país no setor

A beleza e o encantamento das pedras preciosas brasileiras há muito ultrapassaram as fronteiras nacionais, conquistando espaço de prestígio no mercado internacional. Com uma geologia privilegiada e jazidas espalhadas por diversos estados, o Brasil se posiciona como um dos maiores produtores e exportadores globais de gemas naturais.

Esse mercado movimenta cifras bilionárias anualmente, e o Brasil tem participação expressiva nesse cenário. Segundo dados Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, o MDIC, as exportações brasileiras de gemas e joias somaram cerca de US\$ 290 milhões em 2024, sendo as pedras preciosas brutas e lapidadas responsáveis por aproximadamente 70% deste valor.

“Além do apelo estético, como o bri-

lho e a diversidade cromática, muitas dessas pedras são exclusividades brasileiras, o que as torna ainda mais valiosas para joalherias de luxo, designers internacionais e colecionadores”, explica Murilo Graciano especialistas em gemas e presidente do Sindijoias Ajomig, instituição sindical brasileira que atua frente a este mercado alinhado também com os segmentos de joias e bijuterias.

Essas pedras preciosas brasileiras não apenas compõem vitrines sofisticadas de joalherias mundo afora, como também marcam presença constante nos principais salões e feiras internacionais do setor, como a Hong Kong International Jewellery Show, JCK em Las Vegas e a Tucson Gem & Mineral Show, no Arizona, Estados Unidos. É nesses espaços que designers, mineradoras de gemas e compradores de alto padrão se

encontram para negociar gemas raras e identificar tendências.

Ainda para Murilo, as gemas nacionais não apenas representam um ativo relevante na balança comercial do país, como também movimentam cadeias produtivas locais, gerando empregos diretos e indiretos na mineração, no beneficiamento e no comércio de pedras, especialmente em polos tradicionais como Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba.

“Além do uso tradicional em joias, essas gemas também são requisitadas em setores como decoração, colecionadores e esoterismo. A diversidade mineral brasileira é tamanha que algumas pedras só podem ser encontradas em território nacional, o que reforça o diferencial competitivo do país”, completa.

Quatro pedras preciosas brasileiras que destacam no mercado internacional



Topázio Imperial: É no Brasil que se encontra as principais jazidas de Topázio Imperial, tendo como principal fonte, a histórica cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Algumas incidências na África, Paquistão e Rússia. Suas cores variam entre o amarelo, laranja, rosa, lilás e até um raro vermelho-cereja — tonalidade altamente valorizada no mercado externo. Com brilho intenso e lapidação refinada, essa gema é símbolo de elegância e é amplamente utilizada em joias de alto padrão.



Turmalina Paraíba: Considerada uma das pedras mais raras e cobiçadas do mundo, a turmalina paraíba é extraída, como o nome indica, no norte da Paraíba. Seu tom azul-turquesa vibrante, resultado da presença de cobre e manganês em sua composição, é incomparável, tornando-as únicas e ainda mais valorizadas internacionalmente. Há alguns anos, encontrou-se a turmalina paraíba na África, mais precisamente em Moçambique e Nigéria, apresentando os mesmos elementos químicos, porém com intensidade mais baixa quando comparadas com as brasileiras.



Ametista: A ametista é uma variedade do quartzo e talvez a pedra roxa mais conhecida do mundo. Com coloração que varia do roxo ao violeta e alto grau de transparência, a pedra ganhou notoriedade a partir do século XIX, quando grandes depósitos foram descobertos no sul do Brasil. Desde então, o país se consolidou como um dos maiores exportadores globais da gema, abastecendo mercados na Europa, América do Norte e Ásia.



Água-marinha: Gema da família do berilo, a água-marinha recebeu esse nome por sua semelhança com o tom do mar. Sua coloração azul é muito procurada por marcas de joias sofisticadas, e seu tamanho pode variar bastante. Grande parte da produção mundial vem do Brasil, sobretudo da região de Minas Gerais. Mesmo sendo encontrada em outros países, como Índia, África e Paquistão, é o solo brasileiro que abriga os exemplares mais valorizados e cobiçados da gema, a famosa Água Marinha Santa Maria.

Fotos JG Ltda.

Balança Comercial brasileira foi recorde em 2025 e registrou superávit de US\$ 68,3 bilhões



No ano de 2025 o Brasil registrou um total de US\$ 348,7 bilhões em exportações e US\$ 280,4 bilhões em importações - altas de, respectivamente, 3,5% e 6,7% em relação à 2024. Assim, o saldo de 2025 ficou US\$ 5,9 bi-

lhões abaixo dos US\$ 74,2 bilhões do ano anterior. Apesar de elevado patamar das importações durante a maior parte do ano, a recuperação das exportações no segundo semestre - e especialmente no 4T25 - foi determi-

nante para um desempenho da balança comercial acima das expectativas.

A análise da composição evidencia algo que já se desenhava há algum tempo. Apesar da redução dos preços de compras e vendas externas, o valor avançou tanto em dezembro como no ano, impulsionado pelo aumento expressivo do volume comercializado.

Em dias úteis, a média das exportações apresentou forte avanço de 19,1% a/a, e chegou a US\$ 1,41 bilhão, enquanto as compras cresceram de forma mais modesta - +0,9% a/a -, e atingiram US\$ 0,98 bilhão.

Exp., Imp. (-) e Saldo no mês

US\$ bilhões. Último dado: dez/25.

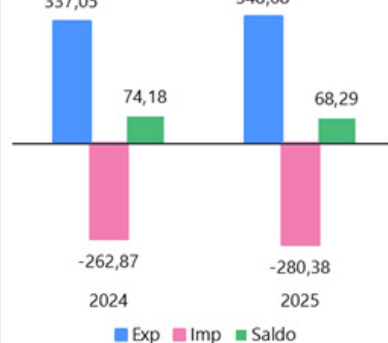
Fonte: Secex.



Exp., Imp. (-) e Saldo no ano

US\$ bilhões. Último dado: dez/25.

Fonte: Secex.



PRODUTOS

Nas exportações por produto, Óleos brutos de petróleo foi o destaque em dezembro, e aquele com maior

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - 1997/2025

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Secretaria de Comércio Exterior
Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior

Exportações, Importações, Corrente e Saldo Anuais - US\$ BILHÕES

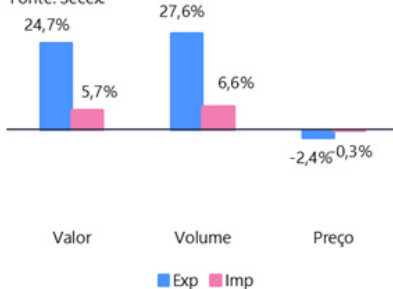
Data	Valor				Var. (%) Igual Período Anterior			
	Exportações	Importações	Saldo	Corrente	Exportações	Importações	Saldo	Corrente
2025	348.676,5	280.382,9	68.293,5	629.059,4	3,5	6,7	-7,9	4,9
2024	337.046,2	262.869,6	74.176,6	599.915,8	0,8	9,2	-25,0	3,3
2023	339.695,8	240.792,8	98.902,9	580.488,6	1,7	11,7	60,8	4,3
2022	334.136,0	272.610,7	61.525,4	606.746,7	19,0	24,2	0,2	21,3
2021	280.814,6	219.408,0	61.406,5	500.222,6	34,2	38,2	21,9	35,9
2020	209.180,2	158.786,8	50.393,4	367.967,1	-5,4	-14,6	43,2	-9,6
2019	221.126,8	185.928,0	35.198,8	407.054,8	-4,6	0,3	-24,4	-2,4
2018	231.889,5	185.322,0	46.567,5	417.211,5	7,9	16,6	-16,9	11,6
2017	214.988,1	158.951,4	56.036,7	373.939,6	19,8	14,1	39,4	17,3
2016	179.526,1	139.321,4	40.204,8	318.847,5	-3,9	-19,5	193,9	-11,4
2015	186.782,4	173.104,3	13.678,1	359.886,6	-15,5	-25,0	-298,7	-20,3
2014	220.923,2	230.823,0	-9.899,8	451.746,3	-5,0	-4,4	10,5	-4,7
2013	232.544,3	241.500,9	-8.956,6	474.045,1	-3,1	7,3	-160,6	1,9
2012	239.952,5	225.166,4	14.786,1	465.119,0	-5,4	-1,2	-42,5	-3,4
2011	253.666,3	227.969,8	25.696,6	481.636,1	26,6	24,3	50,3	25,5
2010	200.434,1	183.337,0	17.097,2	383.771,1	32,0	41,7	-23,7	36,5
2009	151.791,7	129.397,6	22.394,1	281.189,3	22,5	25,9	6,3	24,1
2008	195.764,6	174.707,1	21.057,5	370.471,7	22,5	43,2	44,3	31,4
2007	159.816,4	122.041,9	37.774,4	281.858,3	16,2	31,9	16,2	22,5
2006	137.581,2	92.531,1	45.050,1	230.112,2	16,0	23,9	2,6	19,1
2005	118.597,8	74.692,2	43.905,6	193.290,1	24,7	17,0	40,2	21,6
2004	95.121,7	63.813,6	31.308,0	158.935,3	30,7	29,4	33,4	30,2
2003	72.776,7	49.307,2	23.469,6	122.083,9	21,0	2,1	97,7	12,6
2002	60.147,2	48.274,8	11.872,4	108.421,9	3,6	-14,7	711,4	-5,4
2001	58.032,3	56.569,0	1.463,3	114.601,3	5,5	-0,7	-173,8	2,4
2000	54.993,2	56.976,4	-1.983,2	111.969,5	14,7	13,4	-14,3	14,0
1999	47.945,9	50.259,5	-2.313,6	98.205,4	-6,1	-14,3	-69,5	-10,5
1998	51.076,6	58.672,9	-7.596,3	109.749,5	-3,5	-3,1	0,1	-3,3
1997	52.947,5	60.538,0	-7.590,5	113.485,5	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Valor, Volume e Preço no mês

% ao ano. Último dado: dez/25.

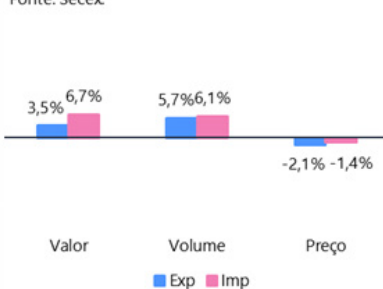
Fonte: Secex



Valor, Volume e Preço no ano

% ao ano. Último dado: dez/25.

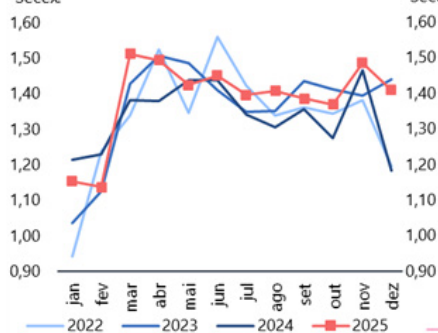
Fonte: Secex



Exp. - média por dias úteis

US\$ bilhões. Último dado: dez/25. Fonte:

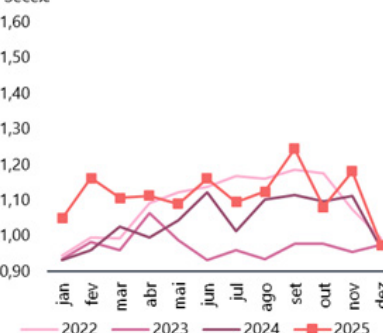
Secex



Imp. - média por dias úteis

US\$ bilhões. Último dado: dez/25. Fonte:

Secex



valor exportado no ano novamente. Minério de ferro e Soja seguiram avançando, e este segundo, inclusive, superou o desempenho observado em 2024 após a divulgação deste último resultado de 2025. Além disso, Carne Bovina e Café se destacaram com os crescimentos mais expressivos em valor vendido entre os principais produtos da pauta exportadora - altas de, respectivamente, 42,5% e 31,1% no ano acumulado anual.

Do lado das importações, o resultado do mês aponta em direções opostas, em linha com a lenta desaceleração observada ao longo do segundo semestre de 2025. De um lado, Óleos combustíveis de petróleo e Adubos apresentaram novo crescimento interanual e se consolidaram como os principais produtos da pauta importadora. De outro, Partes de automóveis e Motores continuaram em desaceleração, consequência, entre outras questões, da redução de desempenho da produção automotiva.

DESTINO/ORIGEM

Quanto ao destino das exportações brasileiras, o destaque no ano foi o crescimento superior a 30% nas vendas destinadas à Argentina - resultado puxado por veículos automotivos em um contexto de aperto das condições de crédito no Brasil e melhoria da economia, com valorização da moeda local, no país vizinho. As nossas vendas para a China também apresentaram expressivo avanço em 2025, superaram a marca de US\$100 bilhões e estabeleceram um novo recorde. Por outro lado, as exportações destinadas ao mercado americano seguiram em trajetória negativa, apesar de a perspectiva ser mais positiva para os próximos meses com o aumento da lista de produtos isentos de taxas de importação.

A análise da origem das importações evidencia crescimento das compras brasileiras vindas dos EUA e da China no ano. Este resultado é con-

seqüência, em grande parte, da forte demanda doméstica durante a maior parte do ano de 2025 em um contexto de reorganização das relações internacionais após conflitos comerciais. Assim, o Brasil se apresentou como um bom destino para redirecionamento de vendas externas.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

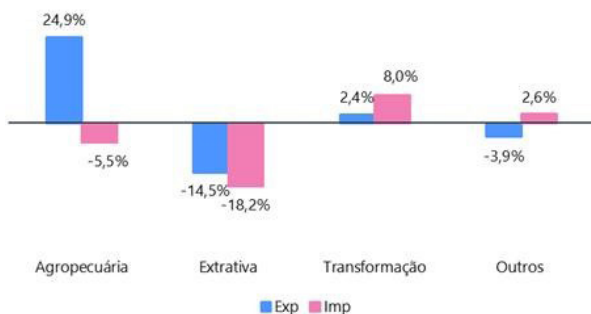
Em suma, o desempenho da balança comercial veio acima das expectativas do mercado no encerramento do ano. As exportações seguiram em trajetória de crescimento com fortes desempenhos para petróleo, soja, minério de ferro, carne bovina e café, enquanto as importações apresentaram sinais mais claros de desaceleração. O ano de 2025 foi marcado por conflitos comerciais que promoveram a reorganização do comércio internacional. Neste contexto, o Brasil teve sucesso em redirecionar produtos afetados pelo tarifaço, e recebeu outros produtos redirecionados.

Fonte: 4intelligence



Exp. e Imp. por setor no mês

% ao ano. Último dado: dez/25. Fonte: Secex.



Inclui alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil na União Europeia - Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e Portugal - e Reino Unido - Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales -

Exportações por produto

US\$ BILHÕES E % AO ANO. ÚLTIMO DADO: DEZ/25.	NO MÊS		% AO ANO	ACUMULADO NO ANO		% AO ANO
	2025	2024		2025	2024	
Óleos brutos de petróleo	US\$ 3,88 bi	US\$ 2,23 bi	74,0%	US\$ 44,7 bi	US\$ 45 bi	-0,7%
Minério de ferro	US\$ 2,93 bi	US\$ 2,19 bi	33,7%	US\$ 29 bi	US\$ 29,9 bi	-3,0%
Carne bovina	US\$ 1,71 bi	US\$ 1 bi	70,5%	US\$ 16,6 bi	US\$ 11,7 bi	42,5%
Café	US\$ 1,54 bi	US\$ 1 bi	52,9%	US\$ 14,9 bi	US\$ 11,3 bi	31,1%
Soja	US\$ 1,5 bi	US\$ 0,86 bi	73,9%	US\$ 43,5 bi	US\$ 42,9 bi	1,4%

Fonte: Secex.

Importações por produto

US\$ BILHÕES E % AO ANO. ÚLTIMO DADO: DEZ/25.	NO MÊS		% AO ANO	ACUMULADO NO ANO		% AO ANO
	2025	2024		2025	2024	
Óleos combustíveis de petróleo	US\$ 1,46 bi	US\$ 1,02 bi	42,9%	US\$ 15,6 bi	US\$ 15,2 bi	2,3%
Adubos ou fertilizantes químicos	US\$ 1,21 bi	US\$ 0,96 bi	25,4%	US\$ 15,5 bi	US\$ 13,5 bi	14,1%
Partes de automóveis	US\$ 0,55 bi	US\$ 0,62 bi	-10,5%	US\$ 8,7 bi	US\$ 8,2 bi	6,1%
Molinos(excluído pisão e geradores)	US\$ 0,53 bi	US\$ 0,81 bi	-35,0%	US\$ 11 bi	US\$ 8,5 bi	29,6%
Compostos orgânico-inorgânicos	US\$ 0,39 bi	US\$ 0,41 bi	-5,7%	US\$ 7,8 bi	US\$ 6,8 bi	13,9%

Fonte: Secex.

Exportações por destino

US\$ BILHÕES E % AO ANO. ÚLTIMO DADO: DEZ/25.	NO MÊS		% AO ANO	ACUMULADO NO ANO		% AO ANO
	2025	2024		2025	2024	
China	US\$ 7,21 bi	US\$ 5,18 bi	39,1%	US\$ 100 bi	US\$ 94,4 bi	6,0%
Europa*	US\$ 4,05 bi	US\$ 3,02 bi	34,2%	US\$ 47,3 bi	US\$ 45,0 bi	3,1%
EUA*	US\$ 3,49 bi	US\$ 3,74 bi	-6,6%	US\$ 38 bi	US\$ 40,6 bi	-6,4%
Argentina	US\$ 1,04 bi	US\$ 1,3 bi	-19,6%	US\$ 18,1 bi	US\$ 13,9 bi	30,6%
Índia	US\$ 0,95 bi	US\$ 0,56 bi	60,7%	US\$ 6,9 bi	US\$ 5,3 bi	30,2%

Fonte: Secex.

Importações por origem

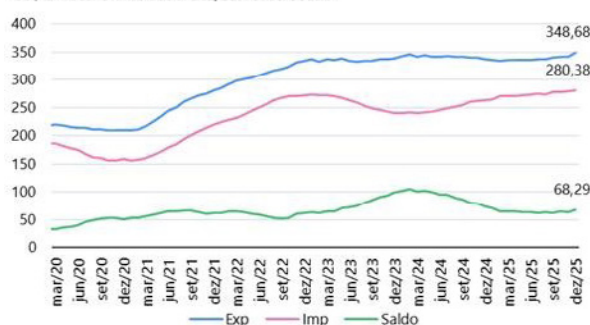
US\$ BILHÕES E % AO ANO. ÚLTIMO DADO: DEZ/25.	NO MÊS		% AO ANO	ACUMULADO NO ANO		% AO ANO
	2025	2024		2025	2024	
China	US\$ 5,44 bi	US\$ 5,15 bi	5,6%	US\$ 70,9 bi	US\$ 63,6 bi	11,5%
Europa*	US\$ 3,30 bi	US\$ 3 bi	12,0%	US\$ 41,2 bi	US\$ 39 bi	5,0%
EUA*	US\$ 3,23 bi	US\$ 3,28 bi	-1,5%	US\$ 46 bi	US\$ 41,4 bi	11,1%
Argentina	US\$ 1,07 bi	US\$ 1,24 bi	-14,1%	US\$ 12,9 bi	US\$ 13,6 bi	-4,7%
Índia	US\$ 0,7 bi	US\$ 0,59 bi	10,7%	US\$ 6,4 bi	US\$ 6,0 bi	21,9%

Fonte: Secex.

Inclui alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil na União Europeia - Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e Portugal - e Reino Unido - Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales -

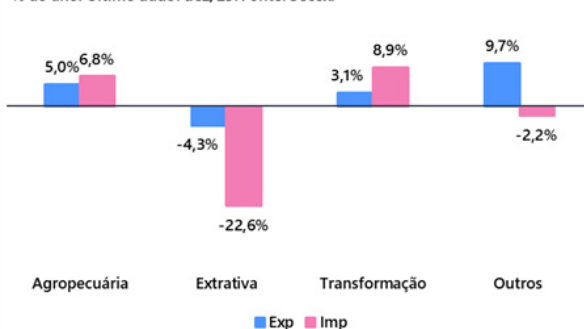
Exp., Imp. e Saldo acumulado em 12 meses

US\$ bilhões. Último dado: dez/25. Fonte: Secex.



Exp. e Imp. por setores no ano

% ao ano. Último dado: dez/25. Fonte: Secex.



Inclui Porto Rico.

Balança comercial de MG fecha 2025 com superávit de US\$ 27,3 bi e é o maior saldo desde 2011

Varginha, Araxá e Nova Lima foram destaque no comércio internacional do estado

No acumulado de janeiro a dezembro de 2025, as exportações de Minas Gerais totalizaram US\$45,7 bilhões e as importações somaram US\$18,3 bilhões, resultando em um superávit de US\$27,3 bilhões. Entre os municípios, Varginha, Araxá, Nova Lima, Guaxupé e Paracatu foram os principais exportadores do estado. É o que revela matéria divulgada pela Fundação Joao Pinheiro no dia 6 de janeiro.

Os dados atualizados do comércio internacional de Minas Gerais e de seus municípios, divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic),

Estado – Terceiro maior exportador brasileiro em 2025, Minas Gerais teve participação de 13,1% no comércio internacional do país, atrás de São Paulo, com 20,4% e do Rio de Janeiro, com 13,8%. No Brasil, o superávit foi de US\$ 68,3 bilhões, com avanço de 3,5% nas exportações e de 6,7% nas importações em relação a 2024.

Cerca de 60% da pauta mineira de exportações foi representada pelo minério de ferro, café e ferro fundido ferro e aço. O minério de ferro representou 27%, com decréscimo de 5,3% em valor e aumento de 6,7% em volume em relação a 2024. O café (24,7%), aumentou 44% em valor, com queda de 10,6% em volume. Para o ferro fundido, ferro e aço, que equivaliu a 10,2%, houve aumento de 5,4% em valor. As exportações de ouro também tiveram destaque:



representaram 7,2% e cresceram 71,7% em valor.

Os principais destinos das exportações de Minas Gerais foram a China e os Estados Unidos. A participação da China, de 36,6% em 2024, recuou para 35% em 2025 (variação de 3,7% em valor). Na mesma base de comparação, a dos Estados Unidos também recuou, de 11% para 9,3%.

Nas importações, o crescimento acumulado de 7,8% resultou principalmente do aumento das compras de máquinas e equipamentos mecânicos (+17,2%); adubos (fertilizantes) (+17,3%); produtos químicos orgânicos (+10,6%); e produtos farmacêuticos (+51,9%). As máquinas e equipamentos elétricos registraram queda de 11,6% e os veículos automóveis, de 16,4%. Juntos esses principais produtos importados corres-

ponderam a 50,6% da pauta. China e Estados Unidos foram, também, as principais origens das importações, com participação de 25,2% e 13,7%, respectivamente.

Municípios – Varginha foi o principal município exportador de Minas Gerais em 2025 (US\$ 3,3 bilhões), com vendas principalmente de café para Alemanha, Estados Unidos, Japão e Itália. Araxá (US\$2,5 bilhões) foi o segundo colocado e exportou principalmente ferro ligas para a China e Holanda. Nova Lima (US\$2,5 bilhões), na terceira posição, teve vendas concentradas em minério de ferro para a China e em ouro para o Reino Unido. Guaxupé (US\$ 2,4 bilhões), quarta posição, vendeu, sobretudo, café para os Estados Unidos, Alemanha, Turquia e China. Paracatu, quinto da lista, com US\$2 bilhões, vendeu essencialmente ouro para o Canadá e a Suíça.

Déficit brasileiro em transações correntes somou US\$ 68,8 bilhões (3,02% do PIB) em 2025 - praticamente o mesmo nível do ano anterior

Os investimentos diretos estrangeiros no país totalizaram US\$77,7 bilhões (3,41% do PIB), representando um aumento de 4,8% em relação ao ano anterior

As reservas internacionais somaram US\$358,2 bilhões em dezembro de 2025, aumento de US\$ 28,5 bilhões em relação ao ano anterior

O Banco Central do Brasil divulgou no dia 26 de janeiro os resultados do Balanço de Pagamentos relativos ao ano de 2025.

1 - BALANÇO DE PAGAMENTOS

De acordo com o informativo, as transações correntes do balanço de pagamentos foram deficitárias em US\$ 3,4 bilhões em dezembro de 2025, ante déficit de US\$ 10,2 bilhões em dezembro de 2024. Nessa comparação interanual, a redução no déficit em transações correntes decorreu principalmente do aumento no superávit comercial de bens, US\$ 4,7 bilhões, e reduções nos déficits em serviços, US\$1,2 bilhão, e em renda primária, US\$ 851 milhões. O superávit da renda secundária aumentou US\$ 176 milhões, na mesma comparação.

No ano de 2025, o déficit em transações correntes somou US\$ 68,8 bilhões (3,02% do PIB) ante US\$ 66,2 bilhões (3,03% do PIB) em 2024. O aumento de US\$ 2,6 bilhões no déficit deveu-se à redução de US\$5,9 bilhões no superávit da balança comercial, parcialmente compensado pela redução no déficit de serviços, US\$ 2,2 bilhões, bem como pelo aumento no superávit de renda secundária, US\$ 1,0 bilhão. O déficit em renda primária manteve-se no patamar observado em 2024.



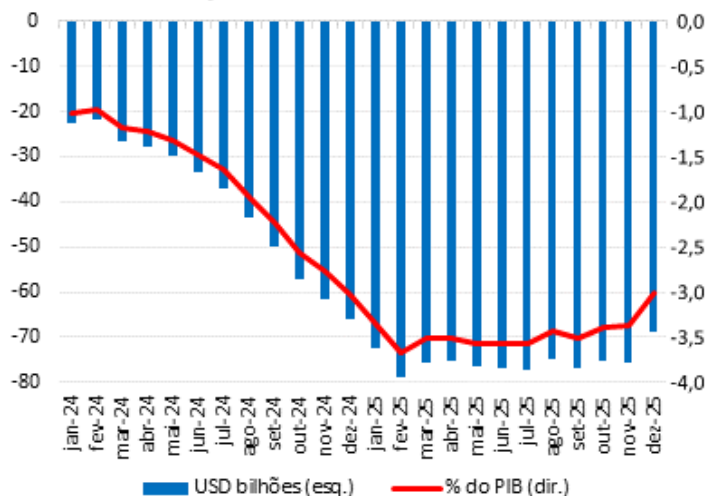
Em dezembro de 2025, a balança comercial de bens foi superavitária em US\$ 8,8 bilhões (superávit de US\$ 4,1 em dezembro de 2024). As exportações de bens somaram US\$ 31,2 bilhões, aumento de 24,3% relativamente a dezembro de 2024, e as importações de bens totalizaram US\$ 22,4 bilhões, crescimento de 6,7%, na mesma comparação.

No ano de 2025, a balança comercial registrou superávit de US\$ 60,0 bilhões, redução de 8,9% em relação a 2024. As exportações de bens somaram US\$ 350,9 bilhões e as importações, US\$ 290,9 bilhões, aumentos respectivos de 3,2% e 6,2%. As exportações e as impor-

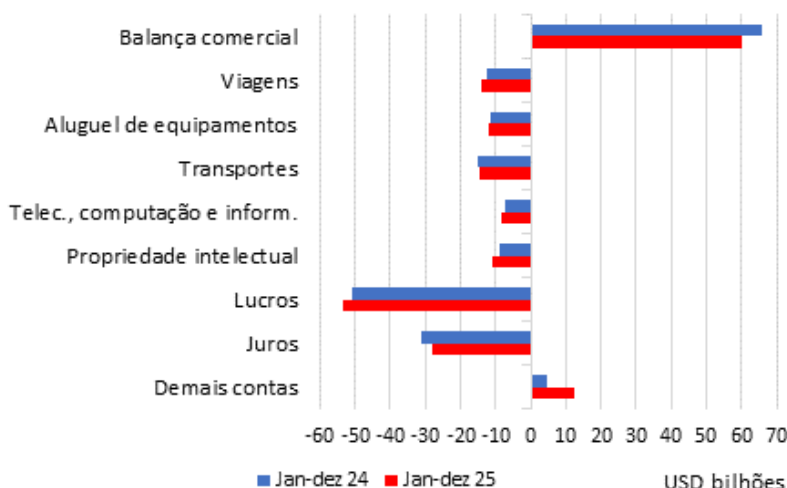
tações de 2025 foram recordes das séries históricas.

O déficit na conta de serviços totalizou US\$ 3,8 bilhões em dezembro de 2025, 23,2% inferior ao déficit de US\$ 5,0 bilhões registrado em dezembro de 2024. A conta de transportes registrou despesas líquidas de US\$ 1,0 bilhão, redução de 25,7% na comparação com dezembro de 2024. Os outros serviços de negócio somaram receitas líquidas de US\$ 1,2 bilhão, US\$ 929 milhões acima do resultado de dezembro de 2024. As despesas líquidas com viagens internacionais alcançaram US\$ 1,2 bilhão, aumento de 19,5% em relação a dezembro de 2024, com redução de 4,6% nas receitas (para US\$ 688 milhões) e aumen-

Transações correntes - acumulado em 12 meses



Transações correntes



to de 9,3% nas despesas (para US\$ 1,9 bilhão).

No ano de 2025, o déficit em serviços somou US\$ 52,9 bilhões, redução de 4,1% comparativamente ao déficit em 2024, US\$ 55,2 bilhões. Nessa comparação anual, destacaram-se a redução nas despesas líquidas de serviços culturais pessoais e recreativos, US\$5,0 bilhões (desde janeiro de 2025 a legislação obrigou as casas de apostas a tornarem-se empresas residentes, fazendo com que as transações de apostas deixassem de fazer parte do balanço de pagamentos),

e aumento das receitas líquidas de serviços financeiros, US\$ 1,1 bilhão. Por outro lado, houve aumentos das despesas líquidas de serviços de propriedade intelectual, US\$ 2,5 bilhões; viagens, US\$ 1,5 bilhão; e serviços de telecomunicação, computação e informática, US\$ 941 milhões.

O déficit em renda primária somou US\$ 9,2 bilhões em dezembro de 2025, redução de 8,4% comparativamente ao déficit de US\$ 10,1 bilhões em dezembro de 2024. Na mesma comparação, despesas líquidas com juros, US\$ 3,9 bilhões diminuíram

29,1%, e as despesas líquidas com lucros e dividendos, US\$ 5,4 bilhões, aumentaram 15,5%.

No ano de 2025, o déficit em renda primária totalizou US\$ 81,3 bilhões, mesmo valor observado em 2024. As despesas líquidas de juros somaram US\$ 28,1 bilhões em 2025, recuo de 9,9% em relação aos US\$ 31,2 bilhões ocorridos em 2024. Em 2025 houve crescimentos de 4,6% nas receitas de juros, para US\$ 10,9 bilhões, e redução de 6,3% nas despesas de juros, para US\$ 39,0 bilhões. As despesas líquidas de lucros e dividendos de investimento direto e em carteira somaram US\$ 53,6 bilhões em 2025, 5,9% superiores aos US\$50,6 bilhões observados em 2024. As receitas e as despesas recuaram, respectivamente, US\$5,4 bilhões e US\$ 2,4 bilhões, na mesma comparação.

Os investimentos diretos no país (IDP) registraram saídas líquidas de US\$ 5,2 bilhões em dezembro de 2025, ante ingressos líquidos de US\$ 160 milhões em dezembro de 2024. As saídas líquidas em participação no capital somaram US\$ 7,3 bilhões, resultado de ingressos de US\$ 4,1 bilhões em participação no capital exceto lucros reinvestidos, e saídas de US\$ 11,4 bilhões em lucros reinvestidos (o valor negativo denota que, no mês, a distribuição de lucros superou os lucros auferidos). As operações intercompanhia somaram ingressos líquidos de US\$ 2,1 bilhões

No ano de 2025, o IDP totalizou US\$ 77,7 bilhões (3,41% do PIB), ante US\$74,1 bilhões (3,39% do PIB) em 2024, aumento de 4,8%. O ingresso líquido em participação no capital somou US\$ 62,4 bilhões, redução de 3,5%, com recuo de 21,3% em reinvestimentos e aumento de 14,2% em ingressos investimentos exceto lucros reinvestidos. O ingresso líquido em operações intercompanhia somou US\$ 15,3 bilhões em 2025, superando o resultado de 2024 em US\$ 5,8 bilhões.

Os investimentos em carteira no mercado doméstico totalizaram ingressos líquidos de US\$ 3,9 bilhões em dezembro de 2025, resultado de saídas líquidas de US\$ 1,4 bilhão em ações e fundos de investimento e de ingressos líquidos de US\$5,3 bilhões em títulos de dívida.

No ano de 2025, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US\$ 15,3 bilhões, resultado de saídas líquidas de US\$ 4,9 bilhões em ações e fundos de investimentos e ingressos líquidos de US\$ 20,2 bilhões em títulos de dívida. Em 2024, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram saídas líquidas de US\$ 5,0 bilhões.

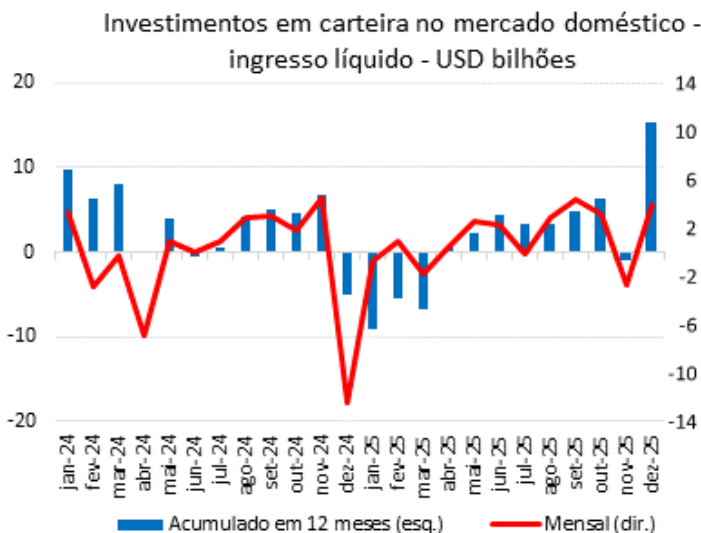
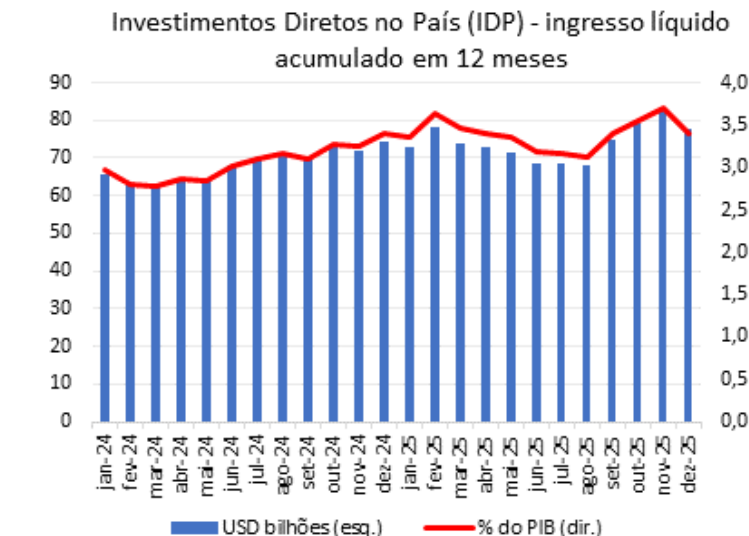
2. RESERVAS INTERNACIONAIS

As reservas internacionais somaram US\$ 358,2 bilhões em dezembro de 2025, redução de US\$2,3 bilhões em relação ao mês anterior. Contribuíram para reduzir o estoque de reservas a concessão de linhas com recompra, US\$ 4,5 bilhões, e as variações por preços, US\$626 milhões. As variações por paridades, US\$ 1,6 bilhão, e as receitas de juros, US\$ 811 milhões, contribuíram para elevação do estoque.

O estoque de reservas de dezembro de 2025 aumentou US\$ 28,5 bilhões em comparação a dezembro de 2024. Destacaram-se as contribuições positivas de variações por paridades, US\$ 12,9 bilhões, receita de juros, US\$8,9 bilhões, e variações por preço, US\$ 6,8 bilhões.

3. CENÁRIOS

Para a 4Intelligence o déficit em Conta Corrente veio abaixo da expectativa em dezembro, e fecha o ano em 3,0% do PIB, abaixo dos 3,4% do PIB de 2024, mas ainda considerado alto patamar se comparado à série histórica. A melhora da análise em 12 meses na reta final do ano foi pu-



xada tanto pela redução da demanda doméstica - mais evidente na conta de serviços, mas também perceptível nas importações -, como pelo aumento do ritmo de vendas externas, com recorde nas exportações de soja e minério de ferro.

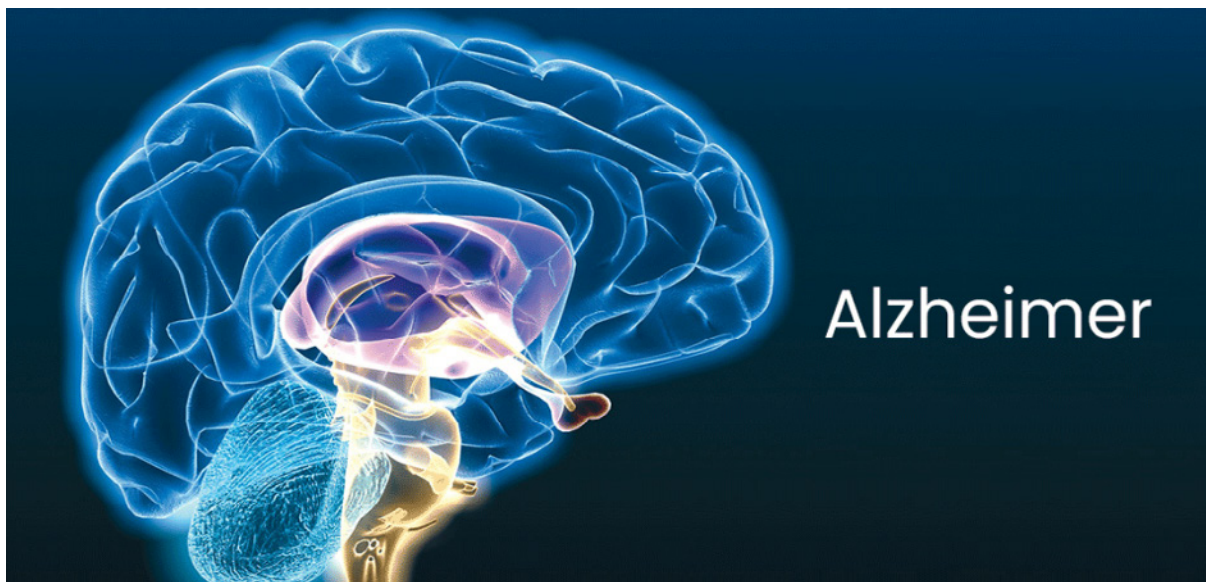
Já na conta financeira, o IDP surpreendeu negativamente, mas fechou o ano em elevado patamar. A sazonalidade de dezembro é negativa, e por isso a expectativa já era baixa. Porém, o desempenho de desempenho do encerramento de 2025 foi especial-

mente fraco por conta do resultado expressivamente negativo em Lucros reinvestidos, o que deve estar relacionado com a discussão e implementação da legislação que leva à tributação das remessas de lucros.

A expectativa preliminar da para janeiro é de US\$ -4,5 bilhões para Transações Correntes, e US\$ +6,0 bilhões para o IDP. Para o ano de 2026, espera-se déficit em CC em US\$ 61,6 bilhões (-2,5% do PIB). Já para IDP, a projeção é de US\$ 70 bilhões (2,8% do PIB).

Doença de Alzheimer - Aprovado pela Anvisa novo medicamento para fase inicial

Lecanemabe é uma terapia que atua nas causas subjacentes da doença, agora aprovada no Brasil



A Eisai Laboratórios Ltda. ("Eisai") e a Biogen Brasil Produtos Farmacêuticos Ltda. ("Biogen") anunciam que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o lecanemabe, um anticorpo monoclonal humanizado que tem como alvo agregados solúveis de beta-amiloide ($A\beta$), para o tratamento da Doença de Alzheimer (DA) em pacientes com Comprometimento Cognitivo Leve (CCL) ou demência em estágio leve (fase inicial da DA).

A Doença de Alzheimer é uma condição progressiva e degenerativa, que tem as proteínas beta-amiloide ($A\beta$) e tau como suas marcas patológicas características. É causada por um processo neurotóxico contínuo, impulsionado por protofibrilas*, que se inicia antes da remoção das placas amiloides e continua mesmo após sua eliminação^{1,2,3}. Apenas lecanemabe combate a DA de duas formas – visando tanto as protofibrilas quanto as

placas amiloides, o que pode impactar a progressão da proteína tau.

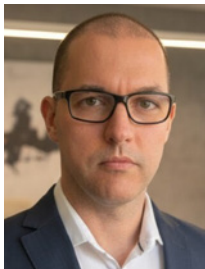
O medicamento está agora aprovado em 52 países e regiões em todo o mundo, incluindo Brasil, Japão, Estados Unidos, China, União Europeia, Coreia do Sul, Taiwan, Índia, Austrália e Canadá. A aprovação do lecanemabe baseia-se nos dados do estudo global de Fase 3, Clarity AD, no qual o medicamento atingiu seu desfecho primário e todos os desfechos secundários chave com resultados estatisticamente significativos.

Estima-se que aproximadamente 1,8 milhão de pessoas no Brasil sofrem de demência, e projeções indicam que esse número pode chegar a 6 milhões até 2050. A Doença de Alzheimer corresponde a 70% de todos os diagnósticos de demência.

A Eisai lidera o desenvolvimento e

as submissões regulatórias do lecanemabe globalmente, com a Eisai e a Biogen, comercializando e promovendo, conjuntamente, o produto no Brasil.

**As protofibrilas são consideradas um dos principais fatores que contribuem para a lesão cerebral que ocorre na DA e são vistas como a forma mais tóxica da proteína $A\beta$, tendo um papel central no declínio cognitivo associado a esta condição progressiva e debilitante. As protofibrilas causam lesões nos neurônios, o que pode impactar negativamente a função cognitiva por meio de múltiplos mecanismos, não apenas aumentando o desenvolvimento de placas insolúveis de $A\beta$, mas também causando dano direto às membranas das células cerebrais e às conexões que transmitem sinais entre elas. Acredita-se que a redução das protofibrilas pode prevenir a progressão da DA ao diminuir o dano aos neurônios no cérebro e à disfunção cognitiva.*



Quando ciência avança e saúde recua: a contradição que custa vidas

Bernardo Paiva

Cirurgião com doutorado pela Faculdade de Medicina da USP, especialista em medicina regenerativa e inovação no desenvolvimento de produtos.



Por muito tempo, a medicina seguiu uma lógica reativa: esperar o sintoma aparecer para, então, tentar controlá-lo. Esse modelo nos trouxe avanços, mas já não responde aos desafios atuais. Hoje, vivemos uma transição para uma medicina preventiva, personalizada e regenerativa, que não se limita a prolongar a vida, mas busca antecipar riscos, restaurar tecidos e oferecer qualidade de vida duradoura.

A ciência já nos permite regenerar estruturas que antes acreditávamos impossíveis, como cartilagem e tecidos lesionados. Estudos recentes apontam que não falamos mais de promessas vagas, mas de um campo ativo e diverso. A revisão científica “Emerging Strategies in Cartilage Repair and Joint Preservation” (2024), por exemplo, mostra avanços consistentes em terapias baseadas em células, scaffolds biomateriais, intervenções genéticas e até estratégias de modulação microambiental: todos caminhos concretos para restaurar cartilagem articular, que antes era vista como um tecido “irrecuperável”.

Ainda assim, a maior parte dos pacientes segue recebendo tratamentos paliativos: infiltrações, medica-

mentos de alívio temporário e intervenções repetidas que não tratam a causa, apenas mascaram o problema.

A pergunta é inevitável:

INOVAÇÃO CIENTÍFICA VERSUS BARREIRAS DE ACESSO

Parte da resposta está no descompasso entre ciência e sistemas de saúde. De um lado, o Brasil mostra sinais de avanço: em 2025, o Ministério da Saúde anunciou R\$561 milhões para investimentos em pesquisas científicas, valor importante para estimular a inovação no país. De outro, o setor suplementar cresce em tamanho, mas nem sempre em qualidade.

Segundo levantamento da ANS (dezembro/2024), os planos de saúde atingiram 52,2 milhões de usuários em assistência médica, recorde histórico. Número que mostra a força desse mercado, mas que também evidencia a responsabilidade de tornar as inovações acessíveis a quem já paga por esse serviço.

A realidade, no entanto, é que a maioria dos planos ainda reluta em

incorporar tecnologias regenerativas, preferindo cobrir soluções mais baratas a curto prazo, mas que se tornam ineficazes e custosas no longo prazo. É uma contradição que precisa ser enfrentada: de que adianta expandir o número de beneficiários se o cuidado oferecido ainda se baseia em protocolos ultrapassados?

O PAPEL DE MÉDICOS E PACIENTES NESTA MUDANÇA

Como cirurgião, vejo diariamente pacientes que poderiam ter sua dor interrompida e sua mobilidade restaurada de maneira mais definitiva, mas acabam presos em ciclos de terapias temporárias até que a doença avance para um estágio irreversível. É como se tivéssemos a chave de uma porta, mas insistimos em manter as pessoas olhando apenas pela fresta.

A transformação da medicina não será completa sem pressão da sociedade. Médicos precisam se atualizar constantemente e defender a adoção de terapias mais eficazes. Pacientes, por sua vez, devem questionar indicações ultrapassadas, exigir respostas e buscar informações sobre o que a ciência já comprova como viável. Quando ambos se posicionam, o sistema é obrigado a mudar.

O futuro da medicina já começou. Ele é regenerativo, antecipatório e centrado no paciente. O que falta não é ciência, mas vontade coletiva para transformar conhecimento em acesso. Quanto tempo mais aceitaremos tratar sintomas quando já podemos, de fato, regenerar e devolver qualidade de vida?

Catarata deixa de ser doença da velhice e passa a atingir pacientes cada vez mais jovens

Hábitos modernos e exposição excessiva à luz aceleram o desenvolvimento da doença



Historicamente associada à terceira idade, a catarata está mudando de perfil no Brasil. Dados recentes fundamentados em estudos da Fiocruz e do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) revelam que a doença, caracterizada pela opacificação do cristalino, está atingindo pacientes em faixas etárias cada vez mais precoces, com cerca de 25% dos brasileiros acima dos 50 anos já manifestando o problema.

O oftalmologista especialista na doença, Dr. Carlos Figueiredo (oftalmologista, especialista em Glaucoma e diretor da Oftalmolife, explica que a mudança no perfil dos pacientes está diretamente ligada a fatores comportamentais e ambientais. A exposição prolongada à luz solar sem proteção adequada, o uso intenso de telas digitais e hábitos de vida pouco saudáveis contribuem para o envelhecimento precoce do cristalino, estrutura do olho responsável por focalizar as imagens.

"O paciente jovem tem uma demanda visual muito alta por causa do trabalho e do uso de tecnologia. Por isso, não esperamos mais a catarata 'ama-

durescer' como se fazia antigamente. Ao primeiro sinal de perda de nitidez ou dificuldade para dirigir à noite, a intervenção já é indicada", esclarece.

Com os avanços da oftalmologia, tornou-se possível identificar sinais iniciais da catarata ainda em fases leves, muitas vezes antes que o paciente perceba prejuízos importantes na visão. Entre os principais fatores associados ao surgimento precoce da doença estão:

- *Exposição excessiva à radiação ultravioleta, sem o uso regular de óculos com proteção adequada;*
- *Uso prolongado de telas digitais, que favorece o estresse ocular e alterações metabólicas no olho;*
- *Tabagismo e má alimentação, que aceleram processos de oxidação no cristalino;*
- *Doenças metabólicas, como diabetes, que aumentam o risco de opacificação precoce;*
- *Uso inadequado de medicamentos, especialmente*

corticoides, sem acompanhamento médico.

Segundo Dr. Carlos Figueiredo, a catarata deixou de ser um diagnóstico restrito à idade avançada. "Hoje atendemos pacientes mais jovens com queixas visuais típicas da catarata, como visão embaçada, dificuldade para dirigir à noite e maior sensibilidade à luz. Isso reflete mudanças importantes no estilo de vida", afirma.

O especialista reforça que o diagnóstico precoce faz diferença na qualidade de vida. "Identificar a catarata ainda no início permite orientar o paciente sobre hábitos de proteção ocular e acompanhar a evolução da doença de forma segura. Quando indicado, o tratamento cirúrgico é altamente eficaz e devolve nitidez visual com rapidez", explica.

Apesar de a cirurgia ser o único tratamento definitivo para a catarata, a prevenção segue como um ponto-chave. O uso de óculos escuros com proteção UV, o controle de doenças sistêmicas e consultas oftalmológicas regulares ajudam a retardar o avanço da doença e preservar a visão por mais tempo.

"Vivemos cercados por telas e, muitas vezes, esquecemos o básico: o impacto da luz. Seja a luz azul dos dispositivos ou, principalmente, a radiação UV do sol, estamos sobrecarregando o cristalino. Não usar óculos de sol de qualidade não é apenas uma questão estética, é acelerar uma cirurgia que deveria acontecer daqui a 20 anos", reforça o Dr. Carlos Figueiredo.

Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa **total personalização**, transparência e **confiança aos nossos clientes**.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós.

Acreditamos no seu potencial. E você, acredita?

Não administramos fortunas, administramos futuros.



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br





Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

O vinho de cada dia

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com

Afirmção ouvida, dia desses, em roda de apreciadores de vinhos: “meu vinho é este (apontando para o tal) e não me preocupo em mudar.” A propósito do fato, bastante corriqueiro no momento de escolher o vinho do dia a dia, não custa reiterar que, para muitos o vinho de cada dia é a repetição do mesmo vinho.

Assim, ao se observar que cada um bebe aquele vinho que já conhece, é apropriado, pois, considerar que é a falta de, ao menos, curiosidade que condiciona esses muitos bebedores, sempre ao mesmo ou aos mesmos vinhos, em interminável círculo vicioso.

Essa curiosidade, sim, motiva o bebedor – não apenas o ocasional, mas, igualmente o habitual -, a buscar novas emoções em cada garrafa aberta e, assim, levando-o por esse universo a cada dia mais globalizado, mais diversificado, mais atraente.

Nesse universo a quantidade de vinhos é quase infinita, com perfis que agradam as mais variadas preferências e gostos, com preços bem democráticos; e, ademais, vai longe o tempo em que vinho era bebida de elite privilegiada.

Portanto, por ser igualitário – a exceção está em uns tantos produzidos para um mercado altamente seletivo, vale dizer, endinheirado -, o vinho está ao alcance de quantos queiram bebê-lo.

Espumante, branco, rosado, tinto, doce, fortificado, leve, encorpado,



para acompanhar comidas ou como aperitivo, produzido aqui no Novo Mundo ou no Velho Mundo, o vinho que se encontra nos supermercados, nas lojas, nas adegas, nos restaurantes, traz uma ou mais propostas.

Logo, abrir a garrafa para conhecê-las: se o perfil reflete a sua origem; foi produzido com objetivos meramente comerciais; reflete a tão buscada relação preço/qualidade (quando será que não se ouvirá mais custo/benefício?). Trata-se, portanto, de saber o que se bebe – o que aumenta o prazer.

Além desses perfis é preciso observar dimensões que vão além: se se trata de vinho que pode ser guardado e por quanto tempo; se é vinho gastronômico, ou seja, combina com uma ou várias comidas. Sabido que a maioria é de vinhos gastronômicos. Aliás, harmonizar vinho e comida é um dos encantos desse universo.

Respeitando gosto e preferência

de cada um, fixar-se em um ou poucos vinhos é renunciar a oportunidade de experimentar e conhecer um mundo de prazeres que está além da cartilha que consagra, no dia a dia, o mais do mesmo.

Enfim, a curiosidade estimulará o paladar para novas e encantadoras descobertas. Para os vinhos das várias regiões do mundo, com suas personalidades, suas aplaudidas histórias. Sim, vale se emocionar.

LANÇAMENTO

Preparo, para os próximos dias, lançamento da publicação VINHO - APOSTILA DE CONHECIMENTO PARA INICIANTE E INICIADOS. De minha autoria e tendo como patrocinadora a Importadora, Pontello Du Vin, ela tem o propósito de ser um recurso à mão para quantos têm relação com o vinho e suas consequências.

Tim, tim.



Mercado Gastronômico

Cuidados da estação

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br

O calor que ameaçou ser bravo este ano, deu lugar a um frio inusitado para o mês de janeiro. No início do mês, os 14 graus registrados em várias regiões de Minas e as geadas de zero grau no Sul do país ligaram o alerta de quem tinha planos de acordo com as tradições da Estação.

Na área gastronômica é possível que o alerta tenha sido levado apenas como um aviso, não uma previsão pessimista. Isso porque as comidas preferidas no verão diferem das que fazem sucesso no inverno, claro. O provisionamento é a alma das atividades em um restaurante. Nem todos os produtos do verão são usados no inverno. Conseqüentemente, os cardápios estão sujeitos a alterações significativas – principalmente se estiverem no litoral.

Em BH, as diferenças climáticas continuam tendo influência quase zero nos menus. Durante o verão verduras e legumes aparecem apenas nos acompanhamentos dos pratos. Assim como as sopas nunca aparecem durante o inverno – apenas os “caldos” em botequins.

As saladas deveriam ser permanentes nos cardápios. Não são. Elas são fartamente oferecidas nas bancas dos self-service de comida a quilo. Nos restaurantes pouco aparecem. Talvez por uma questão prática, pois exigem muita qualidade, bom preço e muito dificilmente há ofertas de bons produtores. Enfim, as saladas em restaurantes são peças raras e, quando encontradas, minguiadas.



E não precisam ser tão simples, só algumas folhas ou legumes. Dá para valorizá-las bastante, agregando produtos que combinam com as suas características: coisas leves, brandas, pouco calóricas e que tenham importância nutricional. Sem dizer, claro, saborosas.

A uma salada de folhas juntam-se, perfeitamente, peixes, frutos do mar, queijos, carnes cozidas de aves e muitas frutas. E há molhos para todos os gostos e necessidades.

O ceviche apareceu como uma novidade que prometia sucesso, mas virou um prato deturpado por muitos “chefs criativos”. O tradicional prato peruano virou um mexido cru. E, talvez por isso, anda muito sumido, pra não falar “desaparecido”. É um prato refrescante, substancioso, pouco calórico e muito agradável. Nem as

peçoas que rejeitam comidas cruas podem dizer que o ceviche é um prato marginal. É uma bela combinação inventada pelos peruanos do litoral que juntaram peixe cru (linguado, polombeta ou caranho – estes dois raros no Brasil), curtido no suco de limão, com verduras e legumes ao natural com pouco sal.

Como o brasileiro é duro nesse negócio de modificar as ideias dos outros, principalmente na cozinha, já vi ceviche aqui em BH até de peito de frango...

Como estamos vivendo um início de Estação atípico, é bom ficar atento às armadilhas. Comida leve nem sempre significa que seja boa para o organismo. As calorias hoje são as grandes vilãs da gastronomia, pois, geralmente, uma bela comida é calórica à beça.

Como essa anomalia climática já pode ter passado, com certeza o forte calor, que se anunciou em dezembro, não demora a voltar. E tudo será como antes: os hábitos alimentares serão restaurados.

Por exemplo, o consumo de sorvete vai voltar a ser uma das estrelas da Estação, tanto os industrializados quanto os de produção restrita, mais lights. E o sorvete é um dos alimentos mais calóricos do nosso habitué. Além do açúcar e gorduras trans, possui corantes e aditivos artificiais cheios de toxinas prejudiciais ao coração e ao cérebro.

Os refrigerantes são proscritos famosos. Nem por isso deixam de ser campeões de venda. E, olha o que contém em uma latinha: 150 calorias, 40mg de cafeína (em média), 10 colherinhas de açúcar, corantes e sulfitos. Dizem os nutricionistas que são necessários 30 copos de água para neutralizar os efeitos da acidez que vai direto para os rins. A consequência de tanta inconveniência é que o bebedor de refrigerante ainda pode ter osteoporose, caries em excesso e problemas cardíacos.

E, pior: se você acha que o refri diet é melhor, engana-se. É pior. Contém aspartame, que, segundo pesquisadores canadenses, é responsável por uma série de ataques ao organismo, como fadiga, compulsão por açúcar e qualquer tipo de comida, epilepsia, cegueira, tumores cerebrais, depressão, enxaqueca, perda de audição, insônia, artrite, câimbras, impotência e... vou parar pra não assustar mais! Esse é o aspartame!

As carnes vermelhas, que muita gente evita por considerá-la proscrita em termos de saúde, tem as suas qualidades que a tornam uma presença indispensável à alimenta-

ção do dia a dia. Quem a aboliu certamente a trocou por outro produto que contém suas propriedades: vitaminas do Complexo B, aminoácidos e zinco, indispensáveis ao organismo humano.

No verão, as carnes são uma boa opção, pois acompanham saladas como irmãs. Para muitos o ideal é que a carne seja rapidamente cozida, como um rosbife – ou não, crua como o maravilhoso carpaccio.

Fora com as frituras em gordura trans. Um churrasquinho mal passado vai bem com tomates, broto de alface e rúcula.

Outra comidinha que atrai as pessoas no verão, porque quase sempre é servida em salões arejados, refrigerados ou ao ar livre, é a pizza.

Contra ela já ocorreram muitas campanhas pelos seus ataques ao organismo. Entretanto, há como evitar tais inconvenientes: corte as coberturas como gorgonzola, catupiry, salaminho, calabresa, provolone e bacon. Prefira as fininhas, estaladiças. Por cima, peça cebola, peito de peru cozido, escarola, tomate, muçarela de búfala e frutos do mar.

O azeite pode ser um aliado importante para o paladar aceitar as recomendações mais leves do verão. Azeite EVO (Extra Vergine Oil) é muito bom para a saúde, desde que bem usado.

Aquecer o azeite acima dos 160 graus significa tirar dele suas boas propriedades. Isto é, os ácidos graxos insaturados, a grande riqueza do azeite, vão pro brejo. E, por cima, liberta acroleína, responsável pela destruição das fibras das artérias e atacam a mucosa estomacal. Isto vale tanto para o azeite quanto para

os óleos – soja, milho ou girassol.

Comer peixe nunca foi o forte dos brasileiros, fora do litoral. Nesta época, seria uma bela opção, fora os ceviches, comer peixes levemente cozidos, com molhos frescos, tipo pesto, azeite com hortelã, de maracujá, com agrião e rúcula, e uma bela combinação de saquê com vinagre balsâmico.

Outra comidinha fresca, boa de verão, é a maionese. Já foi o tempo que os médicos abominavam a maionese, na mesma proporção que os ovos. Hoje, a adição de mais água na produção da maionese em pote, digamos industrial, reduziu os seus efeitos maléficos. Consequentemente, foram reduzidos os teores de óleos e ovos em seus componentes. Um molho batido de maionese, creme de leite e azeite vai muito bem (sem exagero) com carnes e saladas.

A maionese caseira, muito melhor que a industrial, entretanto, virou vilã. É feita só com azeite (ou óleo) e gema de ovo, sem nenhum aditivo para amenizar as suas características nocivas. É mais calórica. Pena!

É bom entender, também, que nem tudo o que é gorduroso é nocivo à saúde. A gordura insaturada é importante para a saúde pois eleva o colesterol bom (HDL) e reduz o ruim (LDL), desde que usada com parcimônia!

O que se deve evitar, de qualquer jeito, são as frituras.

Na verdade, elas nem combinam com o verão. Calor a gente combate com frescura!

Enfim, vamos torcer para que a Natureza não force mais mudanças em nossos hábitos como no início do ano. E vamos cuidar da nossa saúde comendo do bom e do melhor!



Rothenburg ob der Tauber – Alemanha

Cidade cinematográfica

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



Considerada a cidade medieval mais bem conservada da Europa, Rothenburg ob der Tauber, charmosamente assentada na Baviera, está próxima a Frankfurt e Nurenberg. (Não confundir com Rothenburg, na Suíça, outra comuna belíssima, que trataremos aqui, oportunamente).

Rothenburg ob der Tauber leva este nome após a construção de um castelo, no século X. Rothenburg (rot = vermelho e burg = castelo). Ob significa “acima” e Tauber, o rio que

corta a região. Portanto, “fortaleza vermelha acima do rio Tauber”, no coração da chamada Rota Romântica, um roteiro que conecta lugares históricos na região da Bavária.

A cidade, com pouco mais de 12 mil habitantes, encanta o visitante pelo charme e nos remete à atmosfera infantil de um conto de fadas. Parece que foi montada como uma cidade de brinquedo. Não é à toa ela ter sido cenário inspirador de filmes como Harry Potter e o famoso “Pinóquio” de Walt Disney.

UM POUCO DA ORIGEM

O início do povoado remonta ao século X. Em 1274, o povoado foi elevado ao status de Cidade Imperial Livre pelo rei Rodolfo I de Habsburgo e passa a se sujeitar apenas à autoridade do imperador do Sacro Império Romano ganhando autonomia política e econômica. A muralha foi construída no século XIV para defesa de ataques.

Durante esse período, torna-se uma das cidades mais prósperas da

região e polo regional de cultura e comércio. A independência durou até 1803, quando a cidade foi incorporada ao Reino da Baviera.

Rothenburg já era um importante destino turístico na Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial, quando sofreu destruições significativas, mas foi reconstruída nas décadas de 1950 e 1960 mantendo suas características originais. Após o conflito, tornou-se um dos destaques da Rota Romântica (a primeira estrada turística da Alemanha).

Naturalmente, numa cidade com este valor histórico é proibida a circulação de carros no centro histórico, exceto para moradores locais devidamente identificados.

Tauber é cercada por uma muralha de 4 km inteiramente preservada, com 42 torres, grandes portões medievais e vistas para a cidade, onde o visitante pode caminhar por uma varanda coberta e desfrutar a inesquecível experiência de estar mergulhado no coração da Idade Média.

Duas torres são marcantes no passeio: Markusturm e Weisser Turm, que formavam o portal de entrada da primeira fortificação da cidade e nos



mergulham no centro histórico, com praças, fontes, museus, castelos e rica culinária tradicional alemã.

Completa o cenário mágico, a cidade ser a capital do Natal na Alemanha. A loja Käthe Wohlfahrt e o Museu do Natal, com artigos de decoração natalinos permanecem abertos durante todo o ano. Destaque para a variedade de relógios “cuco” delicadamente decorados e com bonecos em movimento anunciando os intervalos das horas, uma paixão pessoal deste colonista.

A culinária é outro destaque que reflete a rica herança cultural da região. Um circuito de restaurantes chamado Sabores de Tauber oferece menus exclusivamente com pratos regionais harmonizados com vinhos locais.

Além de carnes de animais, outros pratos tradicionais são o “Zwiebelkuchen” (torta de cebola), o conhecido Eisbein (joelho de porco com chucrute e batatas) e as especialidades de caça, como javali e veado.

Um dos doces mais característicos é o “Schneeball” (bola de neve), uma massa doce frita feita de tiras de massa de pastelaria moldada em forma de bola e polvilhada com açúcar de confeiteiro.

A sobremesa com maçãs e a spelta verde, um grão do cereal colhido prematuramente e seco em fornos com fumaça de faia é também uma marca regional. Este trigo ancestral é usado em sopas e em alguns pratos como substituto de carne.

Rothenburg ob der Tauber é mergulho na idade Média e fantasia de contos de fadas no pulsante coração cultural da Francônia, na Bavária.



Aeroportos de Guarulhos, Congonhas e Galeão lideram o fluxo de passageiros no Sudeste

Terminais aeroportuários responderam por 65,1% do total de viajantes que passaram pela região

Vosmar Rosa/Mpor



A movimentação aérea no Sudeste voltou a se concentrar nos grandes aeroportos em novembro de 2025. Os terminais de Guarulhos, Congonhas e Galeão reuniram aproximadamente 65% dos passageiros da região, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) liderou a movimentação de passageiros no Sudeste em novembro de 2025, com 2.571.698 embarques e desembarques, o equivalente a 29,11% do total da região, de acordo com o Painel de Demanda e Oferta da Anac. Na sequência, aparecem os aeroportos de Congonhas (SP), com 2.116.415 passageiros (23,96%), e do Galeão (RJ), que registrou 1.065.440 passageiros (12,06%).

Em seguida, de acordo com o le-

vantamento, vem o Aeroporto de Confins (MG), que ocupa a quarta posição, com 1.016.396 passageiros (11,51%), seguido por Viracopos (Campinas), que registrou 924.714 passageiros (10,47%). Juntos, os cinco aeroportos concentram a maior parte da movimentação aérea da região Sudeste.

Na análise das rotas mais movimentadas, a ligação Congonhas-Santos Dumont lidera entre os voos internos do Sudeste, com 340.817 passageiros, e representa 21,15% do total intrarregional. Em seguida, as rotas Congonhas-Confins, com 185.558 passageiros (11,52%), e Guarulhos-Galeão, com 131.318 passageiros (8,15%). Outras conexões incluem ainda Guarulhos-Confins

(120.312 passageiros; 7,47%), Vitória-Garulhos (83.085 passageiros; 5,16%) e Vitória-Galeão (67.890 passageiros; 4,21%), o que reforça a integração aérea entre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Os números, segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, refletem o fortalecimento da aviação brasileira e o impacto direto dos investimentos realizados no setor. "O crescimento da movimentação aérea é resultado de planejamento e investimentos contínuos. Estamos ampliando e modernizando aeroportos para garantir mais eficiência, conforto aos passageiros e capacidade para acompanhar a retomada e a expansão da demanda", afirmou.

CINCO AEROPORTOS RESPONDEM PELA MOVIMENTAÇÃO AÉREA DO SUDESTE



MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



Aeroporto de Confins

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2025, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) intensificou os investimentos em infraestrutura aeroportuária e logística na região com foco na ampliação da capacidade operacional, na modernização de terminais e no fortalecimento da conectividade aérea, com R\$ 5,6 bilhões em investimentos

anunciados em 21 aeroportos em todo o país, incluindo terminais da Região Sudeste.

Nesse pacote, os aportes mais significativos na região se concentraram em terminais de grande fluxo, como o Aeroporto de Congonhas (SP), que lidera com um montante previsto de cerca de R\$ 2,5 bilhões, além de aportes em aeroportos mineiros como

Uberlândia (MG), Montes Claros (MG) e Uberaba (MG).

As ações têm como objetivo ampliar a capacidade de atendimento, melhorar a experiência dos usuários e reforçar a competitividade dos aeroportos brasileiros, sobretudo em um cenário de crescimento contínuo da demanda de passageiros e retomada do setor aéreo.

Flamengo e Adidas lançam uniforme home, o primeiro da temporada de 2026

Campanha do novo Manto lança plataforma e convoca os torcedores rubro-negros a mostrarem que estão em todos os locais do mundo



No dia 16 de janeiro, Flamengo e Adidas apresentaram o uniforme para a temporada de 2026. Em uma campanha que celebra a presença nacional e mundial da torcida rubro-negra, a maior do mundo, o Manto chega para representar os mais de 45 milhões* de apaixonados que formam a Nação. E para afirmar essa hegemonia, chega, junto com o Manto, uma plataforma para que os torcedores pintem o planeta de vermelho e preto e revelem ao mundo a dimensão real do Flamengo.

A nova primeira camisa mantém o tradicional estilo rubro-negro com listras horizontais. As mangas e a gola polo sem botão são pretas, criando contraste com o vermelho das três listras da Adidas, que aparecem mais grossas nos ombros, uma referência às camisas clássicas da década de 1980, conhecidas pelas faixas largas. Na versão de jogo, o escudo e o

símbolo da Adidas ganham um efeito visual, revelando pequenos urubus conforme o movimento da camisa, um detalhe exclusivo do manto. O kit é completado por calção branco e meias rubro-negros.

O primeiro uniforme do Flamengo está disponível nas versões Torcedor e Autêntica, que tem a mesma tecnologia utilizada pelos atletas em campo, além da opção infantil. O modelo pode ser encontrado no site da Adidas Brasil e nas lojas oficiais do Flamengo e no e-commerce oficial do clube a partir de R\$ 449,99 (modelo adulto). O modelo fan-jersey chega nas lojas a partir do dia 27 de fevereiro.

PLATAFORMA É LANÇADA PARA TORCEDORES MOSTRAREM O TAMANHO DA NAÇÃO

No lançamento do primeiro uniforme da temporada, Flamengo e

Adidas celebram a força da torcida rubro-negra, que representa 22% da população brasileira, mais de 45* milhões de pessoas. Em termos estatísticos, um em cada cinco brasileiros torce pelo clube. A partir desse mote, a campanha do novo Manto destaca a capilaridade da Nação, presente no Rio de Janeiro, em Salvador, Porto Alegre e em inúmeros outros pontos do Brasil e do mundo, como Japão e Estados Unidos. O vídeo de lançamento traduz essa conexão global ao mostrar o atacante Pedro interagindo com torcedores apaixonados espalhados por diferentes regiões.

E os torcedores podem se engajar para comprovar a força da torcida rubro-negra ao redor do globo. Para registrar sua paixão pelo Mengão de onde você estiver, é simples: acesse a plataforma Link e faça check-in. Ao registrar onde está, em uma selfie com o Manto Sagrado, os torcedores vão popular o Mapa-Múndi e ajudar o Flamengo a mostrar sua presença no mundo. Dentro da plataforma, benefícios como figurinhas exclusivas e wallpaper serão disponibilizados quando os torcedores alcançarem as metas propostas.

**Baseado na projeção média dos principais institutos de pesquisa do Brasil (Datafolha, IPEC e AtlasIntel) aplicada à população estimada pelo IBGE.*

A Adidas é líder global na indústria de artigos esportivos. Com sede em Herzogenaurach, na Alemanha, a empresa conta com mais de 62.000 colaboradores ao redor do mundo e registrou um faturamento de 23,7 bilhões de euros em 2024.

Menor cidade do Brasil inaugura sistema “antiapagão” com energia solar e baterias que garante até 48 horas de autonomia

Serra da Saudade (MG), a menor cidade do Brasil em número de habitantes, acaba de se tornar referência nacional em inovação energética. O município, localizado no Centro-Oeste de Minas Gerais, inaugurou um sistema inédito de geração de energia solar com armazenamento em baterias, capaz de garantir até 48 horas de fornecimento elétrico contínuo, mesmo em caso de falhas na rede convencional.

O projeto e a execução da microrrede são assinados pela Enerzee, empresa especializada em soluções energéticas inovadoras, contratada pela WEG, em uma iniciativa realizada em parceria com a Cemig, concessionária de energia de Minas Gerais, e com o Governo do Estado. O sistema integra geração fotovoltaica, armazenamento por baterias (BESS – Battery Energy Storage System) e a rede da concessionária.

Ao todo, foram instalados 800 módulos solares, com potência total de 500 kWp, responsáveis por uma geração média mensal de 67.439,30 kWh, suficiente para abastecer toda a cidade, que tem pouco mais de 800 moradores. A usina conta ainda com quatro inversores, com potência total de 400 kW, e um sistema de armazenamento composto por oito racks de baterias, com capacidade de 500 kVA / 2.500 kWh.

O diferencial do projeto está justamente no armazenamento da energia gerada. Diferentemente dos sistemas solares convencionais, em que o excedente é injetado na rede, a solução implantada em Serra da Saudade permite que a energia fique armazenada localmente, garantindo autonomia ao



município em situações de falha ou manutenção na rede externa.

“Serra da Saudade passa a ser, na prática, um município à prova de apagões. Mesmo que a rede convencional falhe, a cidade terá mais de 48 horas de energia garantida pelas baterias, tempo suficiente para que o sistema seja restabelecido sem deixar a população no escuro”, afirma Alexandre Sperafico, CEO e fundador da Enerzee.

Os impactos positivos já são percebidos pela população. Antes da implantação da microrrede, quedas de energia eram recorrentes e chegaram a causar prejuízos, como a perda de

vacinas e medicamentos no posto de saúde local. Desde que o sistema entrou em operação, após a conclusão das obras em outubro do ano passado e um período de testes, essas ocorrências deixaram de ser registradas.

A inauguração oficial contou com a presença de autoridades estaduais e reforça o potencial das microrredes como solução estratégica para garantir segurança energética, sustentabilidade e resiliência, especialmente em cidades de pequeno porte. Para a Enerzee, o projeto de Serra da Saudade simboliza o início de uma nova etapa no uso de baterias como pilar central da infraestrutura elétrica no país.

População da China cai pela quarta vez seguida e taxa de natalidade registra mínimo histórico

Pesquisa nacional registrou 7,92 milhões de nascimentos em 2025, uma queda de 17% em relação ao ano anterior; taxa de mortalidade subiu para 8,04 por mil habitantes

A China registrou seu quarto ano consecutivo de declínio populacional em 2025, com a taxa de natalidade atingindo também um novo recorde negativo. Dados oficiais divulgados pelo Escritório Nacional de Estatística (NBS) nesta segunda-feira (19/01) revelam que, apesar das políticas voltadas para incentivar a população a ter filhos, a crise demográfica tem se aprofundado no país.

Segundo o relatório, em 2025, o número de nascimentos caiu para 7,92 milhões na China, uma queda vertiginosa de 17% em relação aos 9,54 milhões de 2024 – número mais baixo desde o início dos registros, em 1949. Por sua vez, a taxa de natalidade caiu para 5,63 nascimentos por mil habitantes. Paralelamente, as mortes aumentaram para 11,31 milhões, elevando a taxa de mortalidade para 8,04 por mil, o nível mais alto desde 1968. O resultado líquido foi uma redução de 3,39 milhões na população total, que agora está em 1,405 bilhão.

A demógrafa Yi Fuxian, da Universidade de Wisconsin-Madison, afirmou que os nascimentos em 2025 foram “aproximadamente do mesmo nível de 1738, quando a população da China era de apenas cerca de 150 milhões”.

O colapso nos nascimentos persiste apesar de um pacote crescente de medidas que visam aumentar a taxa de natalidade. No ano passado, o governo chinês destinou 90 bilhões de yuans (aproximadamente R\$ 65,8 bilhões) para seu primeiro progra-



ma nacional de subsídio a creches e anunciou planos para cobrir todas as despesas de parto pelo sistema de saúde público.

No entanto, os jovens têm considerado os custos de vida altos. Na China, criar uma criança até os 18 anos pode valer, em média, 538 mil yuans (cerca de R\$ 393 mil), o que equivale a mais de 6,3 vezes o PIB per capita do país, segundo um think tank de pesquisa local.

De acordo com o jornal britânico The Guardian, a política do filho único também foi uma das razões da redução drástica do número de mulheres em idade reprodutiva. Segundo projeções da ONU, este grupo pode encolher mais de dois terços até o final do século. Por outro lado, os maiores de 60 anos já representam 23% da população. Até 2035,

serão 400 milhões – um contingente equivalente às populações dos Estados Unidos e da Itália somadas. O envelhecimento tem pressionado o sistema previdenciário e o mercado de trabalho, forçando o governo a elevar a idade de aposentadoria: a China já aumentou a faixa, com os homens agora esperando que trabalhem até os 63 em vez dos 60, e as mulheres até os 58 em vez de 55.

Segundo o veículo, em 2025, a China também removeu os preservativos da lista de itens isentos de IVA, o que significa que eles receberão uma alíquota de imposto de 13%, levantando preocupações de que o governo esteja tentando dificultar a prevenção da gravidez, embora contraceptivos gratuitos ainda sigam disponíveis por meio de programas financiados pelo governo.

Universidades da China superam Harvard e dominam lista de melhores do mundo

Casas de estudo do país asiático ocupam sete posições no top 10 do CWTS Leiden Ranking, com destaque para Zhejiang e Jiao Tong, nos dois primeiros lugares



Entrada da Escola de Medicina da Universidade Jiao Tong, a segunda melhor do mundo segundo o Leiden Ranking

O Centro de Estudos de Ciência e Tecnologia (CWTS) da Universidade de Leiden, nos Países Baixos, divulgou há poucos dias sua mais recente versão do ranking global das universidades, com a presença de duas universidades chinesas nos dois primeiros lugares, superando a Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, que aparece em terceiro lugar.

Nesta nova edição do Leiden Ranking, a primeira posição é da Universidade de Zhejiang, no sudeste da China. O segundo lugar é da Universidade de Jiao Tong, na cidade de Xangai, também no sudeste chinês.

Além dos dois primeiros lugares, as universidades chinesas ocupam outras seis posições no top 10 do ranking: do quarto lugar até o nono, aparecem as universidades de Sichuan, Central South, Huazhong (Universidade de Ciência e Tecnologia da China), Sun Yat-sen, Xi'an Jiaotong e Tsinghua.

O décimo lugar pertence a uma instituição de fora da China, mas não dos Estados Unidos: a Universidade de Toronto, no Canadá.

O Brasil se destaca na lista pela

presença da Universidade de São Paulo (USP) no 17º lugar, que a coloca entre as poucas instituições não chinesas que ocupam os 20 primeiros lugares.

Vale destacar que o Leiden Ranking se baseia exclusivamente na produção científica, artigos e reviews indexados na Web of Science e não incorpora critérios como reputação acadêmica, prestígio entre empregadores, internacionalização formal, proporção de estudantes estrangeiros, prêmios individuais ou percepção da qualidade do ensino, razão pela qual o modelo é considerado imune à influência de variáveis simbólicas ou mercadológicas.

CAUSAS

Segundo o jurista e cientista político Hugo Albuquerque, o atual cenário de hegemonia das universidades chinesas é o resultado de “um brutal investimento feito desde a Revolução de 1949 para formar pessoas que pudessem construir o país, e isso nunca parou”.

“Esse enorme investimento estatal aconteceu principalmente no âmbito das ciências exatas e da tecnologia, e onde podemos ver uma evolução muito grande.

Também houve muito investimento nas ciências humanas, mas não tanto quanto nas ciências exatas e na tecnologia. E é óbvio que isso fez parte de um projeto de construção de um país, de uma superpotência”, analisou Albuquerque.

ESTADOS UNIDOS

O jurista também falou sobre as informações que Leiden Ranking traz sobre os Estados Unidos. Para ele, a lista reflete “uma crise nas universidades norte-americanas”, que levaram as mesmas a perderem protagonismo a nível mundial.

Sobre as causas dessa crise, Albuquerque cita o “custo muito alto e a desvinculação das universidades de um projeto de país que, na verdade, não existe”.

“Hoje, há uma divisão hoje nos Estados Unidos sobre o que é o projeto de país. O Partido Republicano, que está no poder, nega a importância das ciências, da tecnologia, do esclarecimento de um modo geral. Então, acredito que isso prejudique o desenvolvimento universitário norte-americano”, acrescenta.

Albuquerque lembra dos ataques feitos por Trump contra as universidades, em seus discursos, durante o primeiro ano do seu atual mandato presidencial.

“Por mais que elas (universidades) gozem de autonomia, essa postura (de Trump) cria um cenário de impasse, porque não há um debate entre dois projetos de país que envolva dois modelos de civilização. O que há nos Estados Unidos é uma disputa entre um projeto dominado pelas ideias do neoliberalismo e outro pelas ideias do fascismo, que nega o papel central da educação, da ciência, desses aspectos nos quais os chineses investem bastante”, completa o jurista.



Um novo mapa de valores para o Brasil

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifio, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

Uma especialidade do terceiro mandato do governo Lula é gerar déficits, o que faz permanentemente. O governo anterior gerava superávits, tanto que suas contas públicas eram equilibradas. Já este governo, apesar dos empréstimos e do aumento de tributação, tem gerado déficits. O déficit do mês de novembro, por exemplo, foi muito mais grave porque o mercado esperava um saldo negativo de 13 bilhões de reais, mas ele foi de 20 bilhões.

Ainda assim, o governo continua expandindo os gastos. Os Correios, por exemplo, que chegaram a dar lucro durante o governo Bolsonaro, têm apresentado enormes prejuízos: pediram 12 bilhões de reais, estão solicitando mais 8 bilhões e é possível que necessitem, ainda, de mais aportes. Esse cenário gera intranquilidade no mercado financeiro.

É interessante notar que também aumentam, com grande frequência, os benefícios destinados aos mais diversos setores. Um exemplo é o Poder Judiciário brasileiro, que é o mais caro do mundo. Enquanto a média mundial de gastos com o Judiciário é da ordem de 0,28% do PIB, levantamentos recentes mostram que o sistema brasileiro custa 1,55% do PIB, ou seja, cinco vezes mais do que a média global.

É possível perceber, portanto, que continuamos a gastar dinheiro que



não temos. Por isso, na minha tese de doutoramento, defendida em 1982 — a primeira da Universidade Mackenzie —, afirmei que o tributo é uma norma de rejeição social. Pagamos ao Estado para que este realize serviços públicos em prol do próprio Estado: em primeiro lugar, para beneficiar os detentores do poder; em segundo lugar, para cobrir a corrupção, que é, muitas vezes, o destino do dinheiro que somos compelidos a pagar.

Outro exemplo emblemático é o INSS, em que, na prática, nós, contribuintes, entregamos nossos recursos ao governo, mas grupos específicos se aproveitam do sistema previdenciário. Agora, em vez de se reaver o montante daqueles que se locupletaram, penaliza-se novamente os contribuintes para se ressarcir os lesados. É por

essa razão que o tributo se manifesta como uma norma de rejeição social: o cidadão é duplamente onerado para cobrir a ineficiência ou o dolo na gestão pública.

Todos somos compelidos a pagar tributos em patamares muito superiores ao que o Estado necessitaria para a prestação de serviços públicos essenciais. Esse excedente sustenta benesses e privilégios dos detentores do poder, além de alimentar o ralo da corrupção. Afinal, a realidade dos fatos desmente qualquer narrativa de integridade, especialmente quando confrontada com o volume de recursos desviados em esquemas como o Petrolão, o Mensalão e os revelados pela Operação Lava Jato.

Embora determinadas provas te-

tenham sido anuladas por tecnicismos ou questões estritamente processuais, a materialidade dos fatos permanece incontestável: os registros e as evidências continuam a existir. Esse ciclo de impunidade e privilégio se renova em episódios recentes, como os que envolvem o INSS. Observamos, mais uma vez, a ascensão daqueles que orbitam as esferas do poder, beneficiando-se de contratos milionários firmados sob o manto da influência e da proximidade com o Estado.

Na minha tese de doutoramento, sustentei a premissa de que o tributo configura, em essência, uma norma de rejeição social. Esta tese não nega a imprescindibilidade do imposto para a manutenção da sociedade: o tributo é necessário e fundamental.

Contudo, a rejeição nasce da percepção de que o cidadão é compelido a pagar muito além do que seria justo, apenas para alimentar uma máquina pública perdulária e ineficiente. Pagamos para ter um Estado prestador de serviços, pois essa é a contrapartida ética e jurídica do sistema tributário, mas o que recebemos é o fardo de sustentar uma estrutura que consome recursos sem devolver o devido amparo à cidadania.

A tese, originalmente apresentada em 1982, continua atual, lembrando-se a obra organizada por Marcelo Magalhães Peixoto, que reuniu cinquenta professores em homenagem aos meus 90 anos — incluindo dois ministros do Supremo Tribunal Federal — para debatê-la. O ponto central dessas discussões é a premissa de que o tributo deve ser compreendido como uma “norma de rejeição social” e de imposição tributária, um conceito que continua a desafiar e a pautar a doutrina jurídica nacional.

Diferente do que pregava no século XIX, a questão não é meramente

afirmar que o tributo é sempre devido por uma obrigação. É evidente que o tributo é devido; todavia, sua importância reside no fato de ser um instrumento necessário e fundamental para que o Estado possa prover serviços à sociedade.

Contudo, o que enfrentamos hoje é uma carga tributária desmedida. Existe uma parcela da arrecadação destinada, de fato, ao custeio dos serviços públicos essenciais; entretanto, há uma fração considerável que serve apenas para sustentar mordomias e privilegiar a entourage do governo. É esse sistema que permite que grupos de influência se aposentem ou se locupletem através de contratos milionários, transformando o sacrifício do contribuinte em fonte de enriquecimento para uma casta protegida.

Somado a isso, enfrentamos a chaga da corrupção que, embora tenha sido alvo de um enfrentamento vigoroso em passado recente, esbarrou na resistência tenaz daqueles que se recusam a combatê-la. A força do estamento que se beneficia do status quo foi tão avassaladora que os movimentos de combate sistêmico à corrupção — outrora celebrados internacionalmente como exemplos de avanço institucional — acabaram neutralizados. No cenário doméstico, esse esforço resultou em um vazio de impunidade.

Estou perfeitamente consciente de que estas palavras emanam de um simples professor de província. No entanto, falo como alguém que dedicou — e continua dedicando — 62 anos de sua vida à cátedra universitária, orgulhando-me profundamente de ser, antes de tudo, um professor universitário.

Minhas manifestações podem parecer um clamor isolado no deserto, insurgindo-se contra uma realidade que, infelizmente, golpeia a dignidade

de todos os brasileiros. Contudo, enquanto não me calarem, persistirei na defesa intransigente da moralidade pública.

Refiro-me ao alicerce escrito no artigo 37 da nossa Constituição: o princípio da eficiência, que exige resultados; e da publicidade, para que a luz do escrutínio popular penetre as entranhas do governo; e o da impessoalidade, que veda o uso da máquina pública para favorecer pessoas próximas ao poder. Estes não são meros conceitos abstratos, mas os pilares fundamentais da nossa Carta Magna estabelecidos pelos constituintes para balizar o dever de quem administra a coisa pública.

Em suma, continuarei a erguer a minha voz. Tenho plena consciência de que ela ressoa como um clamor isolado no deserto. No entanto, encontro alento nos leitores e amigos que, com fidelidade, acompanham minhas reflexões e manifestações. São mentes atentas que, independentemente da minha idade, caminham ao meu lado nesta jornada.

Reitero o meu compromisso inabalável com a defesa dos referidos princípios. Faço-o, porém, sob uma premissa inegociável: não ataco pessoas, mas sim fatos; não critico indivíduos, critico atos, pois a minha luta não é movida por ressentimentos pessoais, mas pelo dever de restaurar a moralidade pública.

Minha esperança é que essas mesmas pessoas, cujas ações e fatos hoje sou forçado a criticar, possam, enfim, despertar para uma reflexão mais profunda sobre o amanhã. Que elas compreendam que o futuro exige o desprendimento das vaidades imediatas e a renúncia aos interesses particulares. Aspiro o dia em que o bem comum deixe de ser um conceito abstrato para se tornar a bússola que orienta aqueles que detêm o destino do nosso País.



Democracia não é apenas um sistema político. É um sistema de circulação de dignidade

Glaucia Nasser

Empresária, artista e cantora



Quando falamos em democracia, costumamos pensar em instituições, regras e processos. Mas, em sua essência mais profunda, democracia é algo mais simples e muito mais exigente: é a capacidade de uma sociedade fazer sua riqueza material, cultural e humana circular entre todos.

Uma democracia real existe quando cada pessoa tem a chance concreta de desenvolver seus talentos, de construir sua vida por seu talento, por aquilo que conquista, de participar da criação da prosperidade comum. Onde isso não acontece, o que existe não é democracia, é apenas um sistema que administra desigualdades.

Por isso, talvez o maior drama do nosso tempo não seja apenas a pobreza material, mas uma forma mais silenciosa e perigosa de miséria: a miséria de quem já não confia na própria capacidade de realizar, de quem perde o vínculo com a honra, a ética, de quem passa a tirar do outro aquilo que não consegue conquistar por si mesmo.

Essa é a miséria que desumaniza.

É quando o indivíduo se desconecta do próprio valor interior, daquilo que dá sentido e responsabilidade e passa a agir apenas pelo cálculo do ganho. Quando isso se espalha, o tecido social se rompe. A sociedade deixa de ser comunidade e vira arena.

É aqui, na beira do egoísmo, que a democracia começa a vacilar. Quando o “eu” engole o “nós”, quando o imediato sufoca o bem comum, quando o outro deixa de ser rosto e vira meio... que nome damos a isso?

É por isso que discutir apenas política partidária pode nos afastar da verdadeira equação. A história nos revela: o que realmente define o destino de um país são seus modelos: de desenvolvimento, educação, circulação de riqueza, valorização do trabalho, integração entre regiões e estímulo ao talento.

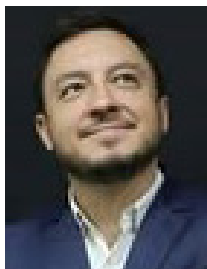
Um país cresce de verdade quando funciona como uma engrenagem viva: infraestrutura, educação, cultura, indústria e agricultura se conectam; quando as oportunidades

chegam onde antes só havia ausência; quando o desenvolvimento não se concentra, mas se espalha.

E é justamente aí que a cultura se torna central. Não como entretenimento, mas como formação de consciência. A cultura é o que ensina uma sociedade a reconhecer valor no outro, a sentir responsabilidade pelo todo, a manter viva a noção de dignidade e propósito comum.

E então, a grande pergunta é: até quando vamos continuar nos dividindo enquanto deixamos de olhar para a realidade concreta das pessoas, para a qualidade de vida que existe (ou não) no país? Até quando vamos trocar modelos por narrativas, construção por confronto, projeto de nação por guerra de versões? Quando é que, de fato, vamos nos reunir, mesmo com as nossas diferenças e orientações políticas distintas, para construir um futuro bom pra todos.

Talvez o desafio não seja escolher lados, mas escolher modelos. E isso exige maturidade coletiva.



Você está pronto para ser um porta-voz de verdade?

Jihan Kazzaz

CEO da ETC Comunicação Empresarial

Existe uma diferença significativa entre liderar bem internamente e representar uma organização em ambientes públicos. Ao longo de três décadas trabalhando em comunicação corporativa, tenho observado que muitos líderes chegam à exposição da sua imagem confiando exclusivamente em sua experiência técnica, sem perceber que o papel de porta-voz de qualquer organização exige preparo específico, método e consciência estratégica. Não fazem ideia do valor de se criar uma marca pessoal, combinada à reputação institucional.

Em 2026, essa lacuna tende a se tornar ainda mais crítica. A comunicação executiva passa a operar em um ambiente mais exposto, mais veloz e menos tolerante a ruídos. Cada fala deixa rastros permanentes e pode fortalecer — ou comprometer — a reputação de uma empresa e de quem a representa. Isso vale também para políticos e dirigentes de órgãos governamentais, ainda mais expostos à opinião pública.

Esse cenário se torna ainda mais sensível com o avanço da inteligência artificial. Ferramentas capazes de gerar textos, áudios e vídeos hiper-realistas ampliam os riscos de desinformação, manipulação de contexto e circulação de conteúdos falsos. Vídeos editados, falas atribuídas indevidamente e narrativas distorcidas passam a fazer parte do ambiente de risco reputacional que líderes precisam saber enfrentar.

Nesse contexto, o domínio narrativo com foco em contexto deixa de



ser apenas uma habilidade desejável e passa a ser uma linha de defesa. Saber o que dizer, quando falar — e mesmo quando não falar — torna-se essencial para evitar interpretações equivocadas ou amplificações indevidas em ambientes digitais.

Outro ponto recorrente de despreparo é a dificuldade de síntese estratégica. A abundância de dados e a pressão por posicionamento rápido levam muitos líderes a discursos longos, pouco claros ou facilmente recortáveis. Em tempos de inteligência artificial e edição automatizada, mensagens mal estruturadas se tornam matéria-prima para ruído e distorção.

A presença diante de câmeras e nas redes sociais também exige um novo nível de consciência. Não se trata apenas de estar presente, mas de saber performar com coerência, controle emocional e clareza de linguagem. A câmera amplia gestos, hesitações e incoerências — e, quando combinada com ferramentas de IA, pode transformar pequenas falhas em grandes problemas.

Além disso, cresce a importância da segurança comunicacional em cenários sensíveis. Em um ambien-

te onde informações falsas circulam com rapidez, improvisar ou reagir impulsivamente pode agravar crises. A resposta qualificada exige preparo prévio, alinhamento institucional e compreensão profunda dos limites da exposição pública.

Por fim, é cada vez mais evidente a necessidade de um posicionamento estratégico e eficaz nas redes sociais. Líderes não podem mais tratar esses canais como espaços informais ou intuitivos. Mídias sociais são hoje arenas de reputação, influência e construção de narrativa — e exigem método, consistência e intenção clara.

Nem todos os líderes ou dirigentes têm perfil ou disposição para assumir este papel. Ser porta-voz deixou de ser consequência automática do cargo. Tornou-se uma função estratégica, diretamente ligada à proteção da reputação e à construção de confiança. Em um cenário marcado por inteligência artificial, desinformação e alta exposição, os líderes que se prepararem adequadamente não apenas reduzirão riscos, mas ocuparão o espaço público com mais segurança, clareza e autoridade, gerando, em consequência, maior aceitação e sucesso, pessoal e profissional.



Compliance e Governança no setor bancário: a lição do Banco Master

Fernando Moreira

Especialista em Direito Empresarial, doutor em engenharia de produção com ênfase em Governança e Compliance.



O episódio recente envolvendo o Banco Master, independentemente de sua natureza específica, reforça a urgência de instituições financeiras tratarem compliance e governança não como formalidades, mas como pilares estratégicos de continuidade, credibilidade e competitividade.

O setor bancário opera sob intensa regulação do Banco Central, em um ambiente onde a confiança é o ativo principal. Qualquer falha interna rapidamente se traduz em risco reputacional, o qual, no sistema financeiro, converte-se instantaneamente em risco financeiro.

O caso evidencia que bancos não são vítimas passivas; são responsáveis por seus processos internos. Marcos do Banco Central exigem estruturas robustas de controles, ge-

renciamento de riscos, segregação de funções e mecanismos de prevenção a desvios. A falha reside na insuficiência do arcabouço de governança da própria instituição.

A governança, no setor financeiro, deve ser uma engenharia de segurança: precisa funcionar, ser testada e integrada à cultura. A área de compliance deve ter autonomia, capacidade de supervisão e respaldo irrestrito do Conselho de Administração. Sem esse suporte, normas se tornam apenas papel e os riscos se acumulam silenciosamente.

É crucial entender que falhas internas raramente são isoladas; elas sinalizam fraquezas sistêmicas na tomada de decisão, gestão de terceiros ou conflito de interesses. Pela natureza sensível de suas ope-

rações, o setor bancário não pode tolerar controles frágeis. Em instituições financeiras, todo desvio é grande, pois compromete a integridade do sistema.

Quando um banco enfrenta ruídos de falha, a confiança dos clientes é afetada, o custo operacional sobe e há um efeito cascata no mercado. Por isso, governança e compliance são camadas estruturantes de mitigação de riscos organizacionais, protegendo a organização contra seus próprios erros e vulnerabilidades.

O episódio serve como um alerta nítido: na lógica bancária atual, a integridade é tão vital quanto a liquidez. Governança sólida garante coerência entre discurso e prática. Compliance eficaz não é rigidez, mas sim maturidade organizacional.

O reordenamento que esperamos

José Maria Couto Moreira

Advogado

A União Federal guarda falta ancestral com os estados brasileiros, e por isso, tem falta antiga e muito reclamada pelos próprios brasileiros. Em falta está pelos serviços precários que presta à população, é verdade, cuja qualidade do atendimento não condiz com a dignidade humana, e assim procura mitigá-los com auxílios financeiros que possam amenizar seus padecimentos a um tempo de purgar a tradição de sua ausência dolosa. Faltam serviços básicos, irrenunciáveis, como fornecimento de água potável, energia elétrica, esgoto, urbanização, transportes, moradia. A cobertura de tais urgentes demandas estão sempre a cargo dos governos estaduais, e, a guisa de pretexto pelo desserviço, a União, quando muito, esboça planos nacionais que não vão além de promessas eleitoreiras. E porque encontra-se assim o Brasil continental? Por algumas razões incapazes de solver estas obrigações, em parte os gastos com projetos de conveniência político-eleitoral a que se junta a terrível corrupção que grassa pelo país. Uma análise serena acaba por sugerir que a União é a grande vilã desta realidade torpe que nos atormenta. E continuará nesta marcha vagarosa até que os economistas (estão sempre com a palavra), os técnicos, os burocratas e por fim os políticos possam atrasadamente concluir que tais problemas não se solucionam, mas se intensificam pela escassez de recursos oriundos do tesouro nacional, de cujos cofres deviam provir, motivados pela nossa acalentada alma federativa.

Infelizmente, há os insensíveis e demais outros brasileiros que se preocupam mais com o lucro do dia do que com o horizonte trágico que nos aguarda, que atingirá especialmente a população periférica ou aquela que se aninha em desordem urbana nos municípios de menor densidade habitacional, os chamados burgos podres.

Assim posto, torna-se claro que o país



necessita de um reordenamento de gestão, em que as carências e soluções devam pertencer à autoridade administrativa mais próxima dos problemas locais, tanto quanto a convalidar a tese hoje amplamente aceita de que a perquirição de causas e remédios para as mazelas urbanas devem localizar-se na sede do município, assim como sua subsequente resolução. E, nessa diretriz, considerando a dimensão continental da nação, a unidade federativa é que deve estar à frente das discussões, análises e estratégias a se aplicarem à ausência, disfunção, defeito ou imperfeição de equipamentos ou serviços postos a serviço da população ou dos que venham a precisar deles.

Então, como deve caber ao Estado a auscultação investigativa das carências que a União não poderá jamais suprir; é que devem ser atribuídas aos estados a execução de serviços e obras que atendem ou mitiguem necessidades e carências manifestas em seu território, nunca desacompanhadas dos valores monetários que os viabilizem.

Assim dito, sugerida pelos estados a renúncia de tais obrigações pela União, é esta mesma União, em apreço mesmo ao princípio federativo, ora imperante, que renunciará ela também ao volume (apenas numérico) que o Tesouro Nacional contabiliza como créditos seus, provenientes de uma suposta dívida contraída pelos estados. Esta dívida, aliás, já completado o bicentenário de sua instituição, exprime pura ficção aritmética, desde que não há precisão

nos cálculos respectivos, foi consentida em circunstâncias que não obrigaria o devedor; e resulta de fatores e mecanismos de atualização cujos critérios foram por ela exclusiva e unilateralmente fixados, tais como correção monetária, juros elevados e inflação (cuja evolução não é de responsabilidade dos estados). Os créditos conhecidos e somados como a dívida dos estados para com a União, não podem traduzir-se como propriedade monetária do Tesouro Nacional, pois que o patrimônio da União é patrimônio de todos, especialmente dos estados, com um apelo à lógica aristotélica. Enfim, com o valor assombroso que anuncia como créditos seus, está jugulando os estados e levando a população a suportar maior sacrifício. É de todo justificável e exigível que a União conceda uma absolvição geral dos débitos (fictos) que os estados já assinalaram como seus. Cessada assim a obrigação do recolhimento a que os estados penam em seu regular cumprimento, uma nova era vai certamente abrir-se para o futuro do país, e o Brasil será outro depois que as ações estatais se distribuírem em sentidos diversos buscando a realização do que antes era o clamor popular.

É imperioso que a União assim proceda, pois a rolagem alucinante da dívida vai eventualmente provocar um novo e inevitável acordo (hoje soma perto de 1 trilhão de reais), pois os estados não possuem valores disponíveis para honrar um resgate como previsto, sob pena de desonrar seus compromissos fundamentais. Toda a movimentação e inquietude política e social na discussão para o recente acordo não deve repetir-se, mas nos regozijaremos com o anúncio do perdão, que dará lugar a um distensionamento benfazejo da classe política que se estenderá por toda a nação.

Esse acontecimento (inédito) será compreendido e festejado por todo o mundo como um ato de governante que ama seu povo.



Construtora não é financeira para lucrar com juros de unidade vendida na planta

Kênio de Souza Pereira

Consultor Especial da Presidência da OAB-MG; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis
contato@keniopereiraadvogados.com.br

As construtoras têm liberdade de estipular o valor de venda do seu produto. Entretanto, fere a lógica de mercado algumas agirem como se fossem financeiras ou bancos ao inserirem no contrato de promessa de compra e venda que além da atualização monetária pela variação do INCC ou CUB, haverá cobrança de juros compensatórios de 1% ao mês. Essa cláusula é abusiva e somente é aceita por compradores que desconhecem matemática financeira, pois sua aplicação torna a transação em péssimo negócio já que implica em aumento da dívida em mais de 18% ao ano.

Isso porque, tendo o INCC (jan. a dez/25) subido 6,10%, o acréscimo dos juros compensatórios mensais resulta em um crescimento três vezes maior do saldo devedor do imóvel se comparado com a grande maioria das incorporações que se limitam a corrigir as prestações pelo INCC. Caso a indexação do contrato de compra e venda se dê pelo CUB/MG, que acumulou alta de 3,04% (jan. a dez/25), o saldo devedor do comprador subiu no ano passado mais de cinco vezes com a incidência dos juros de 1% ao mês.

Diante dessa realidade, cabe aos compradores adquirirem apenas de construtoras que não cobrem esses juros, pois sua incidência torna o imóvel caríssimo e fora do valor de mercado.

MAIORIA DOS TRIBUNAIS REPUDIA JUROS COMPENSATÓRIOS

Durante décadas prevaleceu a lógica nos julgamentos dos Tribunais de Justiça e do STJ: eram inválidas as



cobranças de “juros no pé”, ou seja, os juros compensatórios de 1% sobre as prestações em contrato de compra e venda. Isso porque, a construtora ao projetar e calcular o custo do imóvel, considera o custo do terreno, da mão de obra, insumos para definir o preço do imóvel, anunciando-o nos termos da Lei 4.591/64, que prevê a atualização das parcelas pelo INCC ou CUB, apenas.

Essa regra é utilizada em 90% dos contratos. Mas atualmente, alguns construtores, aproveitando-se da dificuldade dos brasileiros com cálculos financeiros, inserem os juros compensatórios que só se justificam para casos de empréstimo.

Entretanto, de maneira estranha, uma decisão de 2012 do STJ autorizou a construtora a cobrar os “juros no pé”. Essa decisão afronta a realidade do mercado, pois seria como admitir que a construtora emprestou dinheiro ao comprador, sendo que na prática quem adianta o dinheiro para a construtora lucrar com a obra são os próprios compradores. Comprador com consultoria jurídica evita prejuízos

É absurdo o comprador pagar juros compensatórios por um imóvel que ele está patrocinando a construção e que por isso não tem como utilizá-lo. Esse pagamento seria aceitável somente o comprador residisse no apartamento sem tê-lo quitado. Difere-se do caso a cobrança dos juros moratórios, que são devidos caso haja inadimplência do comprador.

A ilegalidade nos contratos de algumas construtoras não se limita à cobrança de juros compensatórios. Também se é constatada em várias cláusulas que utilizam termos técnicos e condições confusas para dificultar o entendimento do comprador e gerar lucro para a construtora tais como as que versam sobre posse, prazo de entrega, redução do prazo de garantia, taxa enxoval desviada para obras de acabamento, dentre outras.

Nesse cenário, a assessoria jurídica especializada é indispensável para proteção do patrimônio do comprador que deve repudiar a imposição de cláusulas abusivas que afrontam o CDC e a boa-fé.

Câmbio valorizado, indústria pressionada: um alerta em meio ao rearranjo global

Fernando Valente Pimentel

Diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

O Brasil volta a conviver com um ciclo de apreciação cambial. Em pouco mais de um ano, o real saiu de patamares superiores a R\$ 6,00 por dólar, no final de 2024, para níveis próximos de R\$ 5,20. Há, inclusive, análises econômicas que sugerem que o valor “de equilíbrio” da moeda brasileira estaria mais próximo de R\$ 4,50 do que da cotação atual.

Esse movimento não é isolado nem exclusivamente doméstico. Reflete mudanças profundas no cenário político e econômico internacional, com realocação de portfólios financeiros em busca de diversificação e retorno. Quando esses fluxos chegam a economias com mercados financeiros relativamente menores, como a brasileira, os efeitos sobre o câmbio tendem a ser amplificados.

Do ponto de vista macroeconômico, um real mais valorizado proporciona benefícios evidentes no curto prazo, especialmente no controle da inflação e na moderação dos preços de bens importados. O problema surge quando esse movimento ocorre em um país que ainda carrega elevados desequilíbrios estruturais e cuja produção manufatureira permanece exposta a um conjunto severo de custos sistêmicos. A indústria brasileira e, de maneira ainda mais sensível, a têxtil e de confecção, encontra-se entre os setores mais vulneráveis a uma valorização cambial não acompanhada de ganhos consistentes de produtividade.

Diferentemente de economias concorrentes, o Brasil combina uma carga tributária elevada e cumulativa, longos períodos de juros altos, custos logísticos e energéticos superiores à média internacional e um ambiente



regulatório complexo e pouco previsível. Somam-se a esses fatores propostas que tendem a elevar ainda mais o custo da produção, como a redução de jornadas e turnos de trabalho, sem contrapartidas claras em eficiência.

Esse quadro agrava-se quando observamos o cenário internacional. A China, maior exportadora mundial de bens manufaturados, não tem experimentado um processo equivalente de apreciação cambial. Ao contrário, mantém sua competitividade reforçada por políticas industriais agressivas, subsídios, incentivos financeiros e uma capacidade produtiva excedente que vem sendo direcionada a mercados de todo o mundo. O resultado é uma pressão adicional sobre indústrias locais em países que, como o Brasil, já enfrentam dificuldades estruturais.

Nosso país já viveu esse filme em passado não tão distante, com efeitos particularmente perversos no setor têxtil e de confecção: perda de competitividade, fechamento de fábricas, desestruturação de cadeias produtivas e migração de investimentos. Hoje, começam a se repetir sinais preocupantes, como o movimento de empresas brasileiras do setor se instalando no Paraguai

para atender, de modo prioritário, o próprio mercado brasileiro. Não vão para lá por vantagens extraordinárias do país vizinho, mas pela busca de condições mínimas de competitividade que deixaram de encontrar no Brasil.

Iniciativas como a Nova Indústria Brasil (NIB), que contam com o apoio do setor produtivo, são importantes e caminham na direção correta ao reconhecerem a relevância do setor para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social. No entanto, políticas públicas não operam no vácuo. Quando fatores macroeconômicos como câmbio excessivamente valorizado, juros elevados e custos sistêmicos persistentes atuam de maneira contrária, a capacidade de reação das empresas fica severamente limitada.

O risco é claro: uma apreciação cambial prolongada, sem avanços rápidos e concretos na agenda de produtividade e na redução do “Custo Brasil”, aumenta a vulnerabilidade da indústria nacional justamente em um momento de rearranjo das cadeias globais de produção e comércio. É uma conjuntura na qual muitos países estão reforçando suas bases industriais e não as enfraquecendo.

Fortalecer e reindustrializar o Brasil exige coerência entre as políticas macroeconômica e industrial e o ambiente de negócios. Um câmbio valorizado pode ser parte desse equilíbrio, mas jamais o seu eixo central. Sem enfrentar os entraves estruturais que penalizam quem produz, continuaremos estimulando, ainda que involuntariamente, a substituição da produção nacional por importações e a saída de investimentos produtivos. E esse é um custo que nossa economia não pode mais se permitir.



Exposição Yoshitaka Amano - Além da Fantasia

Rachel Capucio
Advogada especialista
em Cultura

Até o dia 2 de março, o CCBB Belo Horizonte apresenta a exposição “Yoshitaka Amano – Além da Fantasia”, que reúne 218 obras do consagrado artista japonês, entre pinturas, ilustrações originais, objetos e uma sala imersiva criada para aprofundar a experiência sensorial do público.

Conhecido por um traço que equilibra força e delicadeza, palidez e cores intensas, Amano constrói universos visuais marcados por uma estética ambígua e poética. Reverenciado mundialmente. Sobretudo nos universos dos games, dos quadrinhos e da cultura pop. O artista chega ao Brasil com a maior mostra de sua carreira, oferecendo um panorama abrangente de sua produção.

A exposição revela diferentes camadas de sua obra ao unir arte e tecnologia para evidenciar a sutileza do desenho, o vigor narrativo e o imaginário singular que atravessam sua trajetória. Iniciada no estúdio Tatsunoko, referência da animação japonesa, sua carreira ganhou projeção internacional com a icônica contribuição para a franquia “Final Fantasy”, na qual seu estilo se tornou elemento central da identidade visual e influenciou gerações de criadores.

Versátil, Amano transita entre atmosferas góticas, universos fantásticos e personagens emblemáticos, com trabalhos em projetos como “Vampire Hunter D”, “Candy Girl” e diversas colaborações para editoras e veículos internacionais. Sua linguagem estética funde tradição japonesa,



mitologia e referências do art nouveau, do surrealismo e da pop art, criando mundos em que natureza, tecnologia e fantasia coexistem.

A MOSTRA ESTÁ ORGANIZADA EM SETE NÚCLEOS:

Tatsunoko, Final Fantasy, Candy Girl, Devaloka, Vampire Hunter D, Angel’s Egg e Colaborações, que apresentam as diferentes fases e influências do artista. O percurso se encerra com uma sala imersiva baseada em treze obras da série “Devaloka”, em que Amano sintetiza referências orientais e ocidentais para construir uma mitologia própria.

A exposição ocupa as Galerias do

3º andar do CCBB BH e pode ser visitada de quarta a segunda, das 10h às 22h. Os ingressos são gratuitos e podem ser retirados na bilheteria ou on-line. A classificação indicativa é livre, com exceção do núcleo “Devaloka”, indicado para maiores de 12 anos.

“Yoshitaka Amano – Além da Fantasia” conta com patrocínio da BB Asset, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).

Informações:

CCBB Belo Horizonte
Praça da Liberdade, 450

A filosofia de Warren Buffett: uma bússola para navegar nas finanças e na vida



Conhecido mundialmente como o “Oráculo de Omaha”, Warren Buffett é uma das figuras mais admiradas e influentes da história das finanças. Em *A filosofia de Warren Buffett* estão reunidos os princípios e reflexões que definem o modo de pensar do maior investidor de todos os tempos. Lições de sabedoria para cultivar uma mente sólida e pavimentar o sucesso prolongado e duradouro.

Publicação do Grupo Editorial Edipro, essa é uma leitura indispensável para quem busca compreender o universo dos investimentos de forma prática, inteligente e humana. Os autores apresentam uma seleção de pensamentos que vão muito além das estratégias de mercado. São lições sobre integridade, trabalho árduo, paciência e bom

Obra reúne as principais lições do investidor e mostra como cultivar uma mentalidade sólida e duradoura diante dos desafios econômicos e pessoais

senso, virtudes que conduziram Buffett a construir uma fortuna bilionária e uma reputação inabalável.

Cada capítulo explora um princípio essencial, explicando como teoria e prática se conectam no dia a dia dos negócios e nas decisões de investimento. O conteúdo vai desde como ganhar e guardar dinheiro, passando pelos princípios básicos para quem deseja investir, criptomoedas e ouro como investimento, as dinâmicas do mercado de ações e, ainda, como ter uma vida feliz e produtiva. Mary e Clark oferecem explicações concisas e exemplos baseados nas transações comerciais de Buffett, além das reflexões inteligentes, descontraídas e memoráveis, que revelam sua filosofia de vida.

A Coca-Cola vende um produto que não mudou nada desde sua primeira venda em 1886. Ela tem 46% de todo o mercado norte-americano e 17% do mercado mundial de refrigerantes. Seus 139 anos de história e de forte posicionamento de mercado são bons indicadores de que ela tem um pedaço da mente de seus consumidores, além de vantagem competitiva durável. (*A filosofia de Warren Buffett*, p. 35).

Mary Buffett, especialista reconhecida nos métodos de Warren Buffett, e David Clark, que possui mais de 30 anos

de experiência no mercado financeiro, apresentam, com simplicidade e humor, as bases da filosofia que moldou o pensamento econômico moderno. Traduzido para mais de vinte idiomas, o trabalho da dupla é referência internacional para quem busca unir resultados financeiros e valores éticos.

A filosofia de Warren Buffett é um convite à reflexão sobre o verdadeiro significado de investir: mais do que multiplicar recursos, trata-se de construir sabedoria, caráter e visão de longo prazo. Um guia prático que revela por que o investidor de Omaha segue sendo uma das vozes mais influentes do capitalismo contemporâneo e como seus ensinamentos continuam a inspirar novas gerações a pensar o dinheiro com propósito, responsabilidade e visão de futuro.

Ficha técnica

Título: *A filosofia de Warren Buffett – Os grandes ensinamentos do maior investidor de todos os tempos*

Autoria: Mary Buffett e David Clark

Editora: Grupo Editorial Edipro

ISBN: 978-6556602042

Dimensões: 16 x 1,6 x 23 cm

Páginas: 208

Preço: R\$ 79,90

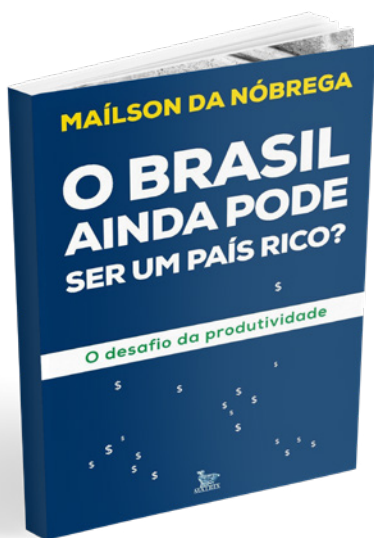
Onde encontrar: Amazon

Autores: Mary Buffett é uma das maiores especialistas do mundo nos métodos de investimento de Warren Buffett. Autora de diversos best-sellers – muitos deles já considerados clássicos do investimento –, teve suas obras traduzidas para mais de vinte idiomas. Além de escritora, é palestrante, empresária, ativista política e ambiental, e já atuou como consultora para grandes corporações. Desde 2013, colabora para o Huffington Post.

David Clark é uma das principais autoridades nos métodos de investimento de Warren Buffett. Seus livros de investimento foram traduzidos para mais de vinte idiomas e são considerados “clássicos do investimento” em todo o mundo.

O Grupo Editorial Edipro tem como propósito, desde 1977, publicar obras que ajudem na evolução do leitor. Edipro é formação, inspiração e entretenimento. Ao longo dos anos, são mais de 500 títulos publicados nas principais áreas do saber e novos selos foram criados, como Caminho Suave e Mantra.

Maílson da Nóbrega decifra o rumo econômico do Brasil em novo livro



Ministro da Fazenda entre 1988 e 1990, sócio da Tendências Consultoria e reconhecido com o prêmio Economista do Ano, Maílson da Nóbrega analisa os caminhos que podem levar o país à prosperidade ou condená-lo à estagnação definitiva no livro *O Brasil ainda pode ser um país rico?*, lançamento da Matrix Editora.

A partir de sua vasta trajetória como economista e da experiência nos bastidores das grandes decisões nacionais, Maílson conduz o leitor por uma jornada intelectual que se inicia na Antiguidade, passa pela Revolução Industrial e chega aos dilemas contemporâneos, investigando por que certas nações prosperam enquanto outras, como o Brasil, permanecem presas na armadilha da renda média.

Nóbrega apresenta uma perspectiva

Ex-ministro da Fazenda avalia oportunidades e riscos no futuro do país em uma análise comparada com potências globais

histórica abrangente: compara o modelo de colonização inclusivo da América do Norte com o modelo extrativista da América Latina e investiga casos emblemáticos como a decadência argentina sob o populismo peronista e a ascensão meteórica da China através de reformas pragmáticas e da liderança de uma tecnocracia focada em resultados.

Ao longo das páginas, ele chama atenção para o desafio da produtividade, identificado-a como único motor sustentável para a geração de riqueza em um cenário em que a redução da população em idade ativa já preocupa. Nesse contexto, o economista apresenta um diagnóstico honesto e multifacetado, equilibrando o que chama de “ventos contra” e “ventos a favor”.

Entre os obstáculos, ele destaca a insustentabilidade fiscal crônica herdada da Constituição de 1988, que criou um sistema de despesas obrigatórias capaz de paralisar o Estado, além de uma cultura muitas vezes hostil ao capitalismo e uma insegurança jurídica alimentada por um Judiciário que, por vezes, carece de compreensão sobre os impactos econômicos de suas decisões.

Por outro lado, Maílson ressalta ativos estratégicos que ainda mantêm a esperança viva, como a solidez institucional do Banco Central, a pujança tecnológica do agronegócio, apontado por ele como potência global, e as oportunidades na indústria extrativa

e na infraestrutura logística impulsionada pela iniciativa privada.

O especialista propõe ainda um novo pacto de crescimento que exige a modernização da própria política. Segundo Nóbrega, a esquerda brasileira, em especial o Partido dos Trabalhadores, precisa evoluir seus posicionamentos para se alinhar à realidade do século XXI, abandonando visões anacrônicas em favor de uma agenda que priorize a eficiência, o investimento e a inovação.

Leitura essencial para entender as raízes da desigualdade e os mecanismos que impedem o país de dar o salto definitivo para o desenvolvimento, *O Brasil ainda pode ser um país rico?* conta com narrativa que une rigor analítico e clareza didática. Mais que um livro de economia, esse lançamento é um manifesto em defesa de reformas estruturais profundas para que o país finalmente encontre o seu rumo e se torne uma nação verdadeiramente rica e justa.

Ficha técnica

Título: *O Brasil ainda pode ser um país rico? – O desafio da produtividade*

Autoria: Maílson da Nóbrega

Editora: GMatrix Editora

ISBN: 978-6556166421

Páginas: 373

Preço: R\$ 69,90

Onde encontrar: Matrix Editora, Amazon



Maílson da Nóbrega é economista e sócio da Tendências Consultoria. Foi ministro da Fazenda no período 1988-1990. Tem seis livros publicados, inclusive sua autobiografia. Professor visitante na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), no período de 2013 a 2014. Membro do conselho de administração de várias empresas brasileiras. Economista do Ano 2013 pela Ordem dos Economistas do Brasil.

Apostar em novos talentos, formatos e leitores. Essa é a marca da Matrix Editora, desde a sua fundação em 1999. A Matrix é hoje uma das mais respeitadas editoras do país, com mais de 1.100 títulos publicados e oito novos lançamentos todos os meses. A editora se especializou em livros de não-ficção, como biografias e livros-reportagem, além de obras de negócios, motivacionais e livros infantis. Os títulos editados pela Matrix são distribuídos para livrarias de todo o Brasil e também são comercializados no site www.matrixeditora.com.br.

Juscelino Kubitschek:

PROFETA DO DESENVOLVIMENTO EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI

"Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida. Esta nova obra sobre JK, contendo fatos inéditos ainda não revelados busca, resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico, vigoroso, consistente, contínuo e sustentável."



Conheça o legado do político que transformou o País e fez o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo.

São 2.336 páginas distribuídas em três volumes:

Volume I - O Profeta do Desenvolvimento

Volume II - O Desenvolvimento em 1º Lugar
A Construção de uma Nação Próspera e Justa

Volume III - Mensageiro da Esperança
Coletânea de 250 Discursos Proferidos na Presidência da República

AUTOR:

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Bacharel em Ciências Contábeis e Economista; Presidente/ Editor Geral de MercadoComum - Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; Presidente da ASSEMG - Associação dos Economistas de Minas Gerais; e Coordenador-Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Vice-Presidente da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Maiores informações: (031) 3281-6474 ou www.mercadocomum.com